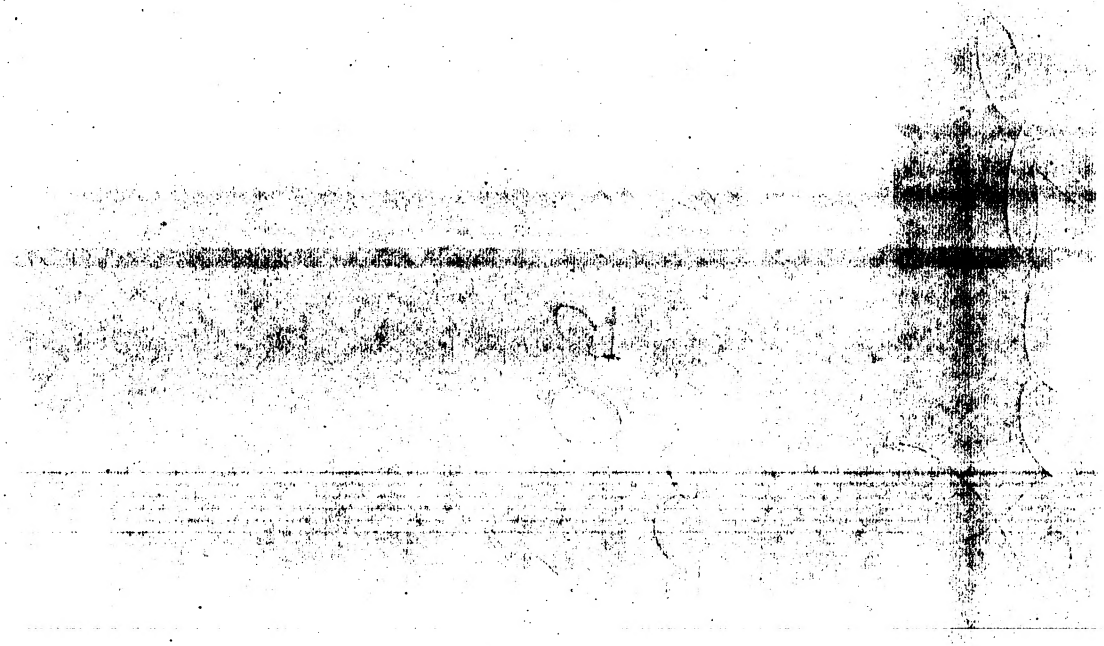
SÉCULO

Atualidade e Cultura

Fundação Cultural
Padre João Maria

Ano V - Nº 05
Dezembro de 2001

Natal/RN



Fundação Cultural "Padre João Maria"
MANTENEDORA DO JORNAL "A VERDADE",
REVISTA *SÉCULO* E COLEÇÃO DE LIVROS - *CULTURA*
CGC 12 738 456/0001-32 - **Telefone: (084) 222-1529**
Av. Floriano Peixoto, 381 "A" - Tirol - CEP 59020-110 - NATAL/RN

SÉCULO

ANO - V Nº 5 DEZEMBRO DE 2001 - NATAL/RN

DIRETORIA

Presidente - Jurandyr Navarro da Costa
Vice-Presidente - Carlos Rosalvo de Oliveira Serrano
Secretária - Maria Geny Pereira Pontes
Primeiro Tesoureiro - Perônio Fernandes Cabral de Macêdo
Segundo Tesoureiro - Rosaldo Moreira de Aguiar
Contabilista - Flávio Cláudio Siminéia
Consultor Jurídico - Vivaldo de Lima
Consultor Doutrinário - Itamar de Souza
Diretor do Jornal - Paulo Pereira dos Santos

EDITORA
Auricéia Antunes de Lima -
Reg. 257 - DRT/RN
auri_lima@zipmail.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Itamar de Souza
Rosaldo Moreira de Aguiar
Enélio Petrovich
Arlindo de Melo Freire

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA
Luiz G. M. Bezerra
Francisco Dantas Guedes
Cristalino Regalado Costa

CONSELHO FISCAL
Efetivos
- Eufran de Oliveira Lima
- Jairo Tonelli

Suplentes:
- Firmino Firmo de Moura
- Ernani Alves da Silveira
- José Gurgel Guará

CONSELHO CONSULTIVO:
- Lauro Gonçalves Bezerra
- Raimundo Nonato Costa

DIGITAÇÃO
-José Maria F. de Lima

PROGRAMAÇÃO VISUAL
-Edenildo Simões DRT - 614/RN

IMPRESSÃO
-Departamento Estadual de Imprensa

CAPA
-Luciana Celestino

FOTOS:
Diogenes Foto/Arquivo

Rua Açu, 384 - telefone (084) 222-1529
Natal/RN- 59.020/110

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Nº. Reg.

Século

S4.15 Século: atualidade e cultura / Fundação Padre João Maria.
--Ano 5, nº. 5(dez. 2001) - Natal(RN) : Departamento Estadual de Imprensa, 2001.
1v.

Quadrimestral.

1. Conhecimentos gerais - Periódico. I. Fundação Cultural Padre João Maria.

FJA/BPCC 2001/60

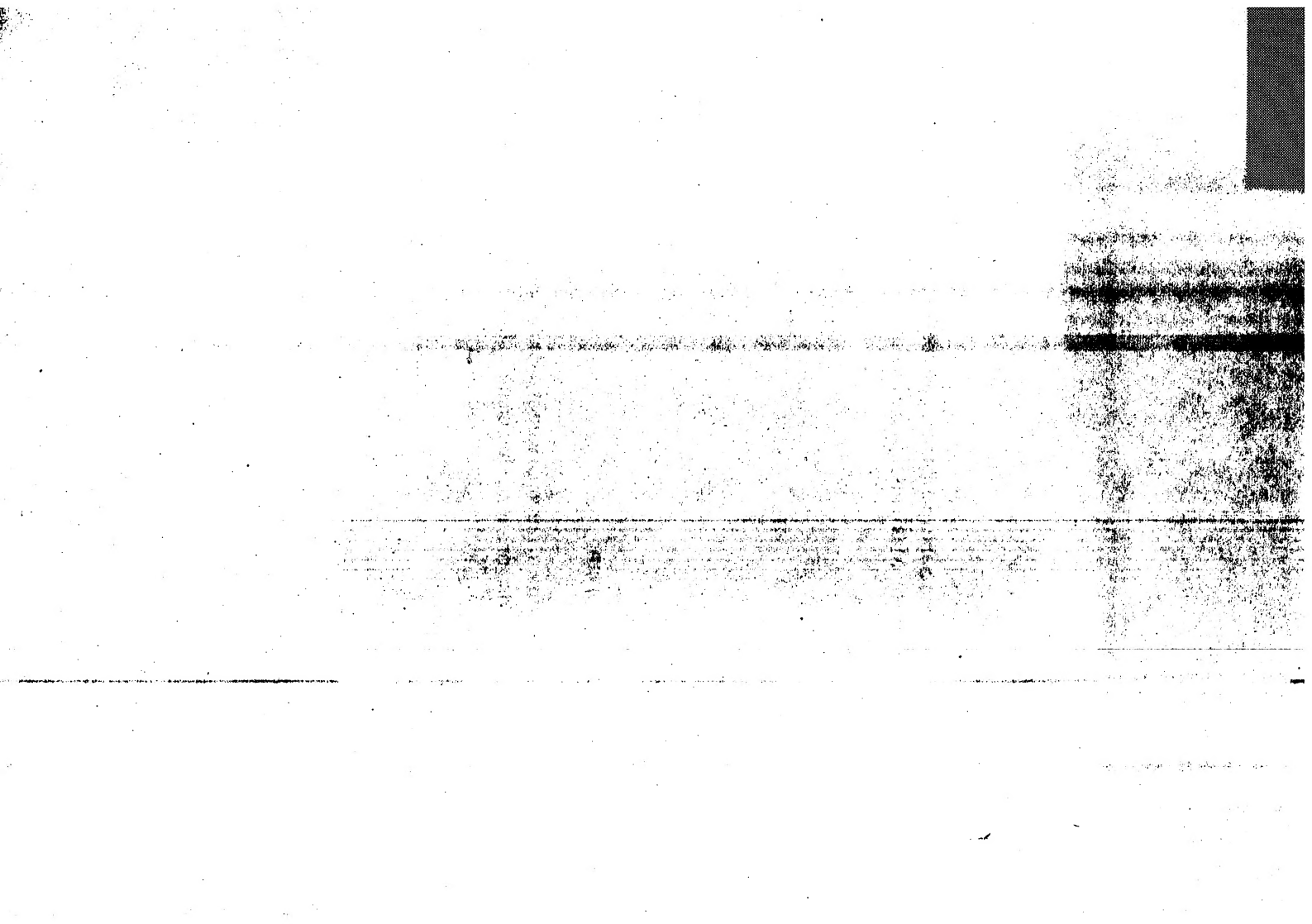
CDD 050
CDU 05

Século

"O homem Santo permanece na Sabedoria, estável como o Sol; Mas o insensato é inconstante como a Lua".

Homenagem:

Neste número homenageamos o Padre Luiz Monte, personalidade marcante da Igreja de Natal pelo zelo sacerdotal e estudioso da Ciência em Geral.



SUMÁRIO

Apresentação 09
A Paz
-Jurandyr Navarro 11
Eucaristia e Análise
-Pe. Luiz Monte 15
O Marco de Touros
-Enélio Lima Petrovich.....21
Até quando os moradores de hospitais
-Joaquim Eloi F. Silva 31
Toussaint Gurgel
-José Guará.....37
Um vazio produtivo
-Fernando Viana Nobre 43
A perspectiva do diálogo
-Almira Navarro e Ana Lúcia Assunção Aragão 47
O Monsenhor das Águas
-D. Eugênio de Araújo Sales 55
Ao mais criativo dos nossos governadores
-Itamar de Souza.....59
Padre Monte - Apóstolo do Evangelho
-Marcos Maranhão.....63
O Século da Luz
-João Humberto de Vasconcelos.....69
Amélia Earhart
-Pery Lamartine 73
Monsenhor Honório, o Santo Macauense
-Gilberto Avelino.....77

Economista autodidata e homem de negócios
-Paulo Pereira dos Santos.....81
Estigmatizados
-Padre Luiz Monte.....89
Francisco de Assis - O Santo
-Padre Orsini Nuvens Linard 95
Unicidade e Unidade da Igreja
-Auricéia Antunes de Lima 99
Afinal! Uma Lei de Responsabilidade Fiscal
-Carlos Roberto de Miranda Gomes 111
As Estórias de Pelusio Melo
-Protásio Pinheiro de Melo 115
Leite Ribeiro, Modelo de Desportista
- Luiz G. M. Bezerra 121
Um convite à reflexão
-João Samuel de Araújo 131
Cronologia da Psicologia
-Herculano Ricardo Campos
-Osvaldo H. Yamamoto.....139
Padre João Maria
-Síntese Biográfica.....163
Professor Ulisses Celestino de Góes
-Síntese Biográfica 165

Apresentação

Esta é a nova edição da Revista **Século,** no seu quinto número. Abrindo as suas páginas, este Editorial saúda os seus leitores e responsáveis pela sua feitura.

Escritos dos mais eruditos e interessantes, nas suas páginas, nos variados temas abordados.

Os números anteriores receberam o aplauso de inúmeros interessados que o procuraram para adquirí-los. Agradecemos o interesse demonstrado o que nos anima o descortino de novas etapas.

A sua linha reflete a manifestação cultural da nossa sociedade, buscando os debates do mundo moderno e a sua interpretação, dentro dos cânones da Religião e da Ciência.

A sua tiragem atual é dedicada a mais um vulto proeminente do Rio Grande do Norte.

A edição do seu lançamento prestigiou a figura do Professor Manoel Rodrigues de Melo, personagem dedicada à Cultura, construtor do edifício-sede da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, e seu presidente por duas décadas. A seguinte prestou homenagem ao Cônego Jorge O'Grady de Paiva, também ligado à literatura e à Ciência especulativo-experimental e pertencente a vários Institutos científicos do Brasil e Arcádias literárias.

Câmara Cascudo e Ulisses de Góes foram distinguidos nos dois número subsequentes. Este, empreendedor notável nas esferas da Educação, da Imprensa e do Crédito cooperativista. Foi também católico. E aquele, nosso conhecido historiador, um dos símbolos positivos da nossa Cultura.

A edição presente é dedicada à personalidade marcante do Padre Luiz Monte, incansável investigador científico, homem de múltiplo saber e estudioso da Literatura. Nome dos mais queridos do Clero natalense.

A tiragem da Revista **Século** deve-se ao empenho extraordinário dos que fazem a Fundação Cultural "Padre João Maria", mantenedora, também, do jornal católico – **A Verdade.**

Graças a Deus a citada instituição tem mantido o seu ritmo de trabalho – labor edificante, mercê os méritos dos seus bravos voluntários, cuja fé e destemor superam os formidáveis obstáculos que se antepõem à sua frente. Todavia, a dedicação e a perseverança na luta que empreendem formam as duas colunas de fogo que iluminam o seu caminho.

Natal, setembro, 2001
A Direção

A Paz

Século–Século–Século **Jurandyr Navarro***

A sensação da Paz é agradável e quase hedonística, sem constituir-se, contudo, um prazer epicurista, do gozo e do deleite. Simboliza ela uma bela ave de plumagem branca: a Pomba. Nada mais conforme e adequável. Não há ave dócil e que encante mais aos olhos e enterneça mais o coração. E o seu vôo deslizante representa a Liberdade, ao librar docemente as alvacentas asas.

A exemplo da Paz com o Amor, a pomba é fiel ao seu companheiro. Ela não dissimula como a raposa. Os pombos constituem em matrimônio e o seu acasalamento é monogâmico, até a morte de um deles. O seu canto nupcial se prolonga com seu arrulhar diário.

Não é assim a união indissolúvel entre o Amor e a Paz? Sim, a Paz sem o complemento do Amor é impossível. Tão impossível como se reconstituir um cristal em pedaços.

Em Atenas esculpiram estátuas em seu louvor. Roma a enalteceu com o magnífico templo da Via Sacra.

Que é a Paz? Será a ataraxia inspirada no perfume do jardim de Epicuro? Não, porque essa calmaria é imobilismo infecundo, visando, tão-somente, o gozo estéril do espírito e a satisfação sensorial. Traduz ela uma forma de quietude budista, apenas contemplativa, sem ação. Qual o Nirvana, repetido por Shopenhauer, a extinção da chama vital, a anestesia dos sentidos...

E a quietude é neutra, é isenta de matiz, descolorida e opaca, como um vitral sem luz.

Será a Paz uma rendição, tal a atitude de Pôncio, lavando as mãos trêmulas, numa postura acomodatícia?

Ou a sonhada pela comédia de Aristófanes, trazida do Olimpo? Também não! Porque, como deusa das messes e das festas, só oferecia enlevo sensitivo.

Seria a dos mistérios cabalísticos, do templo eleusino, iluminada pela tocha esmaecida do paganismo?

E a representada por Lisístrata, forçando os homens a uma continência compelida, para acabar com as guerras, a greve do sexo?

Ou então, a apregoada pela estratégia macedônica, a paz da ocupação, para 'proteger' a paz do cativeiro?

Ou ainda a 'união dos corações' pregada por Alexandre, conclamando macedônios e persas?

Será a gerada pelo libelo inflamado de Demóstenes, nas suas Filípicas, a paz da Pátria?

Depois de oprimir os povos vizinhos, Augusto brada-lhes : Pax!

Poderia ser ela a Paz do pensamento, haurida do florido bosque de Academus, de Platão, ou a do paradisíaco Campos Elísios, de Virgílio?

Finalmente será ela a 'harmonia na ordem', considerada por Santo Tomaz de Aquino, ou a 'companheira da Caridade', no dizer de Santo Agostinho?

A Paz reflete tranqüilidade e tranqüilidade não é quietude. A tranqüilidade pressupõe ação e confiança interior do espírito. Uma pessoa quieta é mui diferente de uma pessoa tranqüila. A rocha é quieta, mas não é sensitiva, e, como tal, não pode ser tranqüila. A tranqüilidade supõe vida.

A Paz tem alma, é vibrante, é corajosa.

O estado de espírito do cristão é dinâmico e não estático. E a Paz é filha da doutrina do Crucificado.

A alma, a tranqüilidade e o dinamismo supõem energia cinética, como a que impulsiona a perfumada onda do mar, em constante movimento vibratório e, ao quebrar-se, abre-se em flor, espelhando a vida.

A quietude e a omissão sendo atitudes letárgicas simbolizam a morte.

A Paz é formada por forças positivas, corporificadas num organismo social, no anseio de uma Nação, perseguindo o ideal de vida de um Povo.

Ela deve cingir a vontade de todos de Rousseau, num amplexo geral dos homens.

Em suma, tranqüilidade e quietude não são termos tautológicos, mas díspares. Esta é imobilismo patológico; aquela, vibração anabólica.

Tudo na vida está a se mover febrilmente: o átomo, por seus prótons e elétrons, vibra em toda a matéria – no coração inquieto do oceano ou nos olhos faiscantes das estrelas.

As suas íntimas moléculas são invisíveis. No entanto, o átomo existe palpitante. Afigura-se como a imagem de Deus que a imperfeita visão humana não enxerga. Exemplo palpável se tem na eletricidade: não se vê a corrente elétrica, mas ela existe. E quem for cético a esse respeito que a toque ou se aproxime do pólo magnético de um fio de alta tensão!

A Paz é como a poesia lírica: um canto! Um canto à musa Polímnia, às criaturas e ao mar, um canto ao Sol, às flores e às estrelas... um canto a Deus!

A Paz representa o Amor universal. E esse Amor não brotará das ideologias que dividem o mundo. Não nascerá do Capitalismo egoísta por ser ele refratário à Igualdade. Nem tampouco gerado pelo Comunismo ateu, porque este é inimigo da Liberdade.

A Paz só brotará do Cristianismo que prega tanto a Liberdade quanto a Igualdade.

O homem sozinho será incapaz de promover a Paz. Somente com a ajuda de Deus é que ele a conseguirá. Tal o suplício de Tântalo, ele, isolado, será incapaz de saciar a sede, com a água à sua vista.

Sozinho, o homem apenas sonhará com a Paz, como Moisés que avistou, ao longe, a Terra da Promissão, sem poder nela pisar nem dela se apossar.

***Professor da UFRN, aposentado.**

"A morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima.

Rui Barbosa

Eucarístia e Análise

Século Século Século Padre Luiz Monte*

Toda a verdade se deforma, quando vista através das lentes enfumaçadas de preconceitos irredutíveis.

O dogma da Eucaristia não pôde fugir às imposições desta lei tirânica e ominosa.

Muitas vezes foi compelida a depor no tribunal inflexível da ciência experimental, onde às verdades religiosas se têm infligido martirizantes torturas. O ódio ao Dogma não recua diante do sacrilégio. Já se tentou uma análise sacrílega.

Analisaram-se quimicamente hóstias consagradas e não consagradas. Os resultados foram **assustadoramente fulminantes**.

A química não constatou diferença alguma entre a partícula consagrada e o pão comum. Seria o golpe de graça na realidade do dogma Eucarístico.

Se na hóstia se oculta o Corpo de Jesus, por que então os processos analíticos nela não descobrem os princípios imediatos formativos do corpo; carne, sangue, músculos, tecidos...?

A cortina de fumaça que a ofensiva agnóstica levantou contra a Transubstanciação, se dissipou sem resistência, à luz penetrante da verdade.

O entusiasmo pela vitória facilmente alcançada teve vida efêmera; morreu na decepção de um irremediável fracasso. Vejamos.

O fenômeno químico não realiza a conversão substancial dos elementos sem reação. Seria exigir da química mais do que ela poderia prometer.

Quando dois elementos, levados pelo impulso de uma eletividade recíproca, reagem entre si, não sacrifica a identidade substancial.

A tanto não lhes abrigam as leis da afinidade, essa expressão inconsciente de amor entre as formas destituídas de vida. A um olhar

menos experimentado, a paixão de dois elementos, que reagem na ânsia de formar um terceiro, se reveste das cores simbólicas, que caracterizam os sacrifícios desinteressados, de que é tão pródiga a natureza. Entretanto, um exame acurado, desfazendo a miragem, nos revela toda a extensão do disfarce. O sacrifício é apenas aparente. A agonia silenciosa dos reagentes não condiciona a formação do corpo reagido. Sem a renúncia de seus sacrifícios menos exigentes, ambos se acolhem no aconchego das moléculas do composto recém-formado.

Passando dessas generalidades imprecisas, fixemos as idéias em um elemento particular. Ponhamos em contato dois elementos, animados de mútua simpatia: o sódio e o cloro.

Ao calor da reação rompe-se o equilíbrio das moléculas. E os átomos, postos em liberdade, procuram satisfazer suas afinidades recíprocas. Cada átomo de Sódio se incorpora a um átomo de Cloro. Na posse de suas eletividades satisfeitas, se empenham uns e outros na construção de edifícios moleculares, mais estáveis enriquecidos com propriedades novas: **as moléculas do cloreto de sódio**. No término da reação, nenhuma molécula intacta ou devoluta. Todas se combinaram.

Era de julgar-se que toda a substância dos dois reagentes, o Cloro e o sódio, se transformou na substância do cloreto formado. Os fatos, entretanto, nos reservaram uma amarga decepção.

Vulnerando a questão nas suas raízes mais profundas, chegaríamos a conclusão bem diversa.

Em cada molécula de cloreto, encontraríamos egoisticamente unidos a um átomo de Cloro e um outro de Sódio.

Nada de sentimental ou de heróico. Apenas migração de átomos de uma molécula para outra, no desejo incontido de satisfação mútua de eletividade.

Em suma, não se deu transmutação de substâncias: uma migração de átomos, tão-somente.

Daí se infere espontaneamente que análise não revela a substância.

Quando se analisa um fragmento de hóstia consagrada ou não, nele não se descobre a **substância pão**. Mas, apenas se constata a

presença de um reduzido número de elementos, que diversamente combinados, formam as moléculas dos componentes do pão: glicídios, protídios, lipídios e sais.

O que nos dá a razão dos repetidos fracassos da química, na ingrata tarefa de desvendar a constituição íntima dos corpos. De pouco nos vale a luz minguada dos recursos analíticos, em meio da obscuridade dos problemas que envolvem a **substância**. Exemplificando.

Se nos propusermos a analisar o açúcar e o estricnino, em um e em outro encontraremos com surpresa os mesmos elementos formativos, hidrogênio, carbono e oxigênio, apesar da diversidade inconfundível dos dois compostos analisados. Se submetermos à nossa curiosidade analítica a quase totalidade dos representantes químicos das séries orgânicas, ainda a mesma desoladora surpresa: C,H e O. Identidade absoluta dos elementos formativos, na diversidade mais complexa dos compostos analisados. A química na impossibilidade de encontrar a resolvente do angustioso problema, apela, em desespero de causa, para os recursos da malcinática. O enigma está na proporção dos reagentes. Assim, acontece. Entretanto não é preciso enxergar muito para ver que a **quantidade** não influi na **qualidade**. Afirmar-se que a diferença substancial entre o açúcar e o estricnino, e entre os demais compostos das séries orgânicas, reside na **proporção** é fazer a substância depender da quantidade; quando, realmente, é a quantidade que depende da substância.

Demais, em última instância, poderíamos apelar para um testemunho insuspeito: **a metameria**

O seu veredito irrecusável proclama a existência de corpos substancialmente diversos coexistindo na mais perfeita identidade qualitativa e quantitativa dos elementos formativos. O óxido de metila e o álcool comum, o metil benzila e o Xileno, os ácidos acético e aconítico, por exemplo.

Em casos como esses, é vezo atribuir-se a diferenciação substancial a uma diversidade de estruturas nas moléculas dos metâmeros. Razão, evidentemente, de precário valor dialético e experimenta. Ressalta ao observador menos experimentado, que a **qualidade** não depende da posição.

Todos conhecemos que os corpos amorfos, quando passam ao estado cristalino, **não deixam de ser o que são** pesar de sofrerem suas moléculas modificações estruturais profundas. Não raro o mesmo composto se esconde sob o disfarce de simetrias cristalinas diferentemente orientadas. O trimorfismo do óxido de Titânio é familiar a qualquer estudante de mineralogia elementar.

Ao olhar inexperiente de **análise**, os metâmeros são irmãos gêmeos da grande família da Química orgânica, perfeitamente idênticos, frustando toda distinção possível. À luz da realidade, porém, descobre-se sem esforço, que os **gêmeos** não são filhos dos mesmos pais. Consequentemente, nem são irmãos, nem são gêmeos.

Donde se vê que a análise, por si só, deixando-se facilmente enganar, pode conduzir ao dédalo sem saída de erros imperdoáveis. É que ela não atinge a substância; contenta-se com apontar os elementos formadores dos compostos analisados.

O que foi dito nos conduz a uma conclusão espontânea.

No mistério da Eucaristia, **a substância de pão** se transformou no Corpo de Jesus, que se oculta sob os acidentes remanescentes do pão. A transubstanciação, portanto, integra a substância do pão, respeitando-lhe a integridade dos acidentes. É óbvio que a **análise**, não atingindo a substância, poderá tão-somente constatar na Hóstia Consagrada, os mesmos elementos do pão não consagrado, uma vez que é na substância do pão que se dá a transubstanciação.

Mas, em Física se poderá admitir uma substância sob os acidentes da outra?

Em todo elemento há substância e acidentes. A substância subsiste por sí mesma; enquanto a **inerência** é o caráter diferencial dos asidentes. Não existem em si mesmos, mas inerentes à alguma substância.

Não tendo existência própria, mendigam a esmola de um suporte substancial, em cuja dependência dinâmica e imediata, vivem submissos e reconhecidos. Um exemplo.

Os lindos cambientes, os matizes delicados, a variada irisação e os efeitos policrômicos que nos oferece a gama maravilhosa das

cores, não existem em si mesmos. Coexistem em algum corpo capaz de absorver e refletir a luz.

Por outro lado, diga-se de passagem, a substância precisa de acidentes. Em uma comparação grosseira, a substância e o acidente vivem em simbiose.

A substância nunca se nos revela despida dos véus de seus acidentes. Quando por exemplo, contemplamos, embevecidos, o vivo jogo de luz da Opala de Fogo, examinando-lhe a pureza de sua água e a perfeição dos retículos cristalinos, não vemos a substância da Opala. Vislumbrados, apenas, a substância oculta sob o véu de acidentes magníficos: cor, opalescência, dureza e simetria.

Conquanto existia entre substância e acidente uma como relação de causa para efeito, a ciência experimental admite a possibilidade de uma substância se apresentar com acidentes atípicos.

O fenômeno da alotropia nos oferece disto uma nova crucial. É clássica a forma alotrópica dos fósforos branco e vermelho. O carbono, outrossim, se presta admiravelmente a estudos dessa natureza.

Não é sem relutância que nos rendemos à evidência do que o grafite e o diamante constituem apenas modalidades cristalinas de uma mesma sustância.

Entre uma gota de luz viva que se deixasse prender nos retículos de um cristal, e uma porção de sombra, que se condenasse em trevas, não se poderia estabelecer divergência mais profunda e radical.

Uma outra ordem de fenômenos, que bem merecia o esforço de um estudo mais minucioso e acurado é o estado coloidal. No estado de coloídes os elementos estão disfarçados, na acepção mais legítima do termo.

Espoliam-se de seus caracteres diferenciadas, despem a roupagem típica dos seus acidentes, e se submetem a uma **maquilagem** tão perfeita, que poderiam passar por substâncias bem diversas.

Quem descobriria na modéstia das soluções auri-coloidais, as régias propriedades do ouro metálico? Tem-se a impressão de que os colóides sofrem de exagerado mimetismo. Mudam de

indumentária a cada passo. A polimeração, efetivamente, é a nota dominante dos sistemas coloidais.

Há um só cloreto de Sódio; existe, entretanto, uma variedade infinita de miscélios deste sal, disfarçados sob os mais variados aspectos e animados de propriedades bem distintas.

A cristalização, igualmente, confere ás substâncias cristalizáveis particularidades modais, que no estado amorfo, lhe eram de todo desconhecidas. Na verdade, os acidentes do cristal, quaisquer que eles sejam, são tributários de sua simetria cristalina.

Uma conclusão se impõe.

Esses e muitos outros fenômenos, na expressão insuspeita de suas sentenças irreformáveis, põem em evidente relevo a possibilidade de uma substância se ocultar sob acidentes, que lhe não eram peculiares.

Numa manifestação suprema de amor aos homens , Jesus pode, sem violentar as leis naturais, realizar o milagre da Eucaristia, deixando-se ficar sob os humildes acidentes do pão.

Tranqüilizem-se os escrúpulos dos que, rendendo exagerado culto à veracidade da ciência experimental, interpuseram às leis da química analista o milagre da transubstaciação.

A Onipotência, que legislou para o átomo e para a estrela, é a Bondade, que se fez Eucaristia.

Da Antologia do Pe. Monte, vol. 1

O Marco de Touros

7 de agosto de 1501

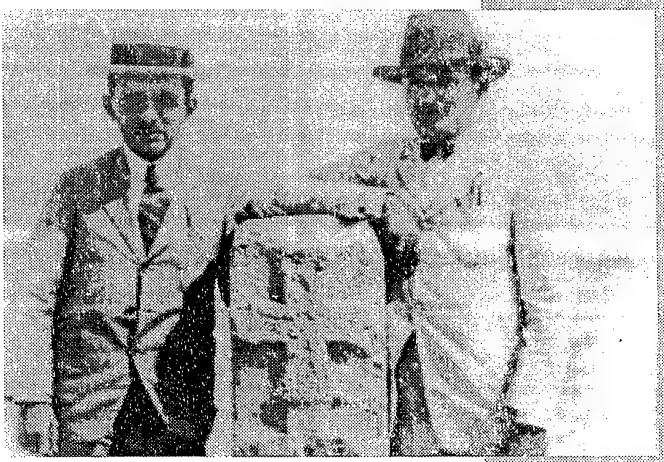
Século Século Século **Enélio Lima Petrovich***

Diga-se de início: não queremos polemizar acerca do tema em epígrafe. A nossa linha de ação obedece à coerência e ao bom senso.

O certo é que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no decorrer de seus quase 100 anos, jamais, em tempo algum, foi nem será o refúgio ou ancoradouro de frustrações, oriundas de alguns visionários e fantasistas.

Convenhamos, nos interessa mesmo e tão somente evidenciar a autêntica história do marco de Touros, seus segmentos, afugentando as distorções infundadas, pelo conjunto que consolida o evento, na sua trajetória, desde o ano de 1501.

Com efeito, merece louvor a conduta do Deputado Valério Mesquita, amigo, colega, confrade e acadêmico, ao ter apresentado projeto-de-lei à Assembléia Legislativa do Estado, instituindo o **dia 07 de agosto, alusivo à fixação do marco colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.**



NESTOR LIMA E LUIS DA CÂMARA CASCUDO

27/08/1928, em Touros (RN) junto ao primeiro marco português de posse chantado no Brasil.

Então, já aprovado por unanimidade, pelo Poder Legislativo Estadual, mister que se ressaltem os argumentos da justificativa, os quais foram fundamentados, também, com base em pesquisa séria do historiador Marcus César Cavalcanti de Morais, sócio efetivo e membro da diretoria do IHG/RN.

Em conseqüência, com os aplausos efusivos, acrescentamos: o atual governante norte-rio-grandense, Garibaldi Alves Filho, sancionou a Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000 (D.O.E. do dia seguinte), decorrente da iniciativa do ilustrado parlamentar.

Comenta-se e discute-se, pois, aqui, sobre o marco de Touros, e por ele, os que colaboraram, em momentos memoráveis, pela formação nacional, no enaltecimento de um André Gonçalves ou Gaspar de Lemos, integrando a expedição colonizadora Américo Vespúcio, cosmógrafo italiano, escolhido por El Rei de Portugal. Escreveu quatro cartas, contendo relatos valiosos para a ciência ampla de tão importante fato histórico, que se irradia por todos os recantos da terra de Santa Cruz. A ele coube a imprescindível tarefa de aferir as latitudes e longitudes, durante a viagem desbravadora.

E esse marco de Touros, prova maior da presença portuguesa em território brasileiro, em 07 de agosto de 1501, encontra-se resguardado na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, a partir de janeiro de 1976, considerando as ameaças de sua destruição, quando incautos e ignorantes cidadãos usavam o mármore que o compõe, como remédio ou mezinha "capaz" de curar doenças e mazelas psíquicas e corporais.

Por isso, fora trazido para aquele baluarte de lutas seculares.

Registrando, assim, esse episódio, o marco de Touros, realmente, foi posto à beira da praia tourense, no dia 7 de agosto de 1501. Logo no ato de desembarque dos timoneiros da vitoriosa expedição.

A respeito, vejamos, **ad-argumentandum**, o que escreveu Olavo de Medeiros Filho, autor de vários livros, sócio efetivo e diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo do nosso IHG/RN e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o testemunho de Américo Vespúcio:

"Segundo a **Carta de Lisboa** e a epístola MUNDUS NOVUS, a travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias . Finalmente, aos 7 de agosto de 1501, a esquadra atingiu a costa norte-rio-grandense, à altura de 5 graus ao sul da linha equatorial. Na epístola **Lettera**, consta uma outra data indicativa da chegada dos três navios à costa do nosso Estado: 17 de agosto. Diversos autores têm se dedicado à elucidação da divergência apontada. Tomando-se por base o tempo decorrido (64 dias), de Bezeguiche (5 de junho) ao litoral nordestino, verifica-se ser a data de 7 de agosto a verdadeira, tratando-se de um equívoco aquela outra, apontada na **Lettera** (17 de agosto)" ("Aconteceu na Capitania do Rio Grande" - 1997 - Edição do IHG/RN - Coleção CULTURA - 02 - págs. 7/8).

Outrossim, válidas se nos afiguram as considerações da arquiteta e historiadora Jeanne Fonseca Leite Nesi, também sócio efetiva da nossa Casa da Memória, ao referir-se, à pág. 11, de seu "Natal Monumental"- 1ª edição - 1994:

"O percurso percorrido pelas caravelas foi o seguinte: partiram de Lisboa rumo ao sul, atingindo as Ilhas Canárias, em seguida contornando as costas africanas, chegaram à atual cidade de Dakar, no Senegal, em 25 de maio. De lá partiram aos 5 de junho, para a travessia do oceano, em direção a então terra de Vera Cruz. A travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias, atingindo a costa norte-rio-grandense aos 7 de agosto de 1501".

Outro pesquisador de nomeada, presidente perpétuo do IHG/RN (de 1927 a 1959), Nestor Lima, com a sua serenidade e cultura multiforme, em trabalho ainda inédito, em nosso poder, esclarece que "segundo o "Roteiro" daquela expedição, ela "alcançou terra entre 5 e 6 graus, desembarcou gente e tomou posse da terra".

(Rocha Pombo, opus citatus, 24, II). **Isto a 7 de agosto.** No dia seguinte, descobriram índios e houve lutas. Mas, não resta dúvida que a frota prosseguiu para o sul; não recuou para o norte, absolutamente. Nessa rota, a 16 de agosto, isto é, nove dias depois do desembarque e posse da terra, segundo o "Roteiro", foi descoberto e denominado "Cabo de São Roque", e, daí por diante, outros pontos, cujos nomes coincidem com as datas da descoberta ou da "posse". Donde se vê que o primeiro ponto assinalado não ficava ao sul do Cabo, mas, ao norte. Logo, deve ter sido o lugar do **Marco** da Praia, ou suas proximidades".

E quem não conhece o insigne homem de letras, alagoano, Moacyr Soares Pereira, autoridade máxima sobre o assunto e a quem se deve a melhor obra, sob o título "A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio"?

Dele são estes lúcidos e definitivos conceitos:

"Não é difícil, entretanto, a escolha entre os dados cronológicos discordantes questionados. A "Carta de Lisboa" e "Mundus Novus" é que devem estar certas. E não apenas pelas proximidades dos acontecimentos. A duração da viagem e a data da ancoragem no Brasil se conformam entre si e com a saída de Bezeguiche no dia 5 de junho. A partir desta data, os 64 dias de navegação terminam a **7 de agosto**, *desde que se inclua no cálculo o dia da chegada ao litoral brasileiro.*

Ainda há a se levar em conta que a data de 7 de agosto, consignada em "Mundus Novus", faculta colocar-se São Roque (16 de agosto)".

"Somos assim impelidos a considerar os 64 dias de percurso oceânico da expedição manuelina e a sua aterragem no Brasil em 7 de agosto, como os dados mais seguros e a aceitá-los sem hesitação".

"Cronologicamente, temos de levar em conta na segunda etapa da navegação os 64 dias da viagem transoceânica desde Bezeguiche e a data da

chegada ao Brasil, 7 de agosto de 1501."

"E veremos na análise do curso seguido pelas caravelas de D. Manuel deste ponto inicial, a praia dos "Marcos", que ele se põe de acordo com o traçado do litoral na direção que tomaram, além da cronologia da viagem, vinculada ao topônimo "São Roque", 16 de agosto: comprovando-se em definitivo que foi na "Praia dos Marcos", a 5° 04'40 de Lat. S., que os expedicionários portugueses desembarcaram na costa do Brasil, a **7 de agosto de 1501**, *após a travessia atlântica."*

"Tendo a frota aterrado no sítio dos "Marcos" a 7 de agosto, e aí permanecido sete dias, a sua partida ter-se-ia dado a 14, dia imediato ao reencontro com os índios locais".

Essas citações supra foram extraídas do livro do autor, acima referido, às págs. 174,175,177,195 e 205.

De igual modo, obedecendo um raciocínio lógico, convincente, imune a interpretações temerárias e controvertidas, procede ainda o entendimento do escritor, acadêmico e consócio Nilson Patriota, quando, no seu livro, a ser editado pelo nosso IHG/RN, sob o título "Touros - uma cidade do Brasil", à página digitada 361, conclui:

> "O Marco de Touros, o mais antigo padrão colonial do Brasil, foi chantado em território potiguar no dia 7 de agosto de 1501, pela expedição portuguesa, cujo comandante tanto pode ter sido André Gonçalves quanto Gaspar de Lemos. Nela, na condição de cosmógrafo, viajava o florentino Américo Vespucci".

Não podemos olvidar, também, o raciocínio do historiador Marcus César Cavalcanti de Morais, sócio efetivo do IHG/RN, que enfatiza:

> "O primeiro acontecimento histórico oficialmente

ocorrido no território potiguar foi a fincagem do *Marco de Touros,* em 7 de agosto de 1501, um ano após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, cujo objetivo foi oficializar o domínio sobre as terras recém descobertas.

A expedição portuguesa composta por três embarcações e comandada pelo capitão-mor André Gonçalves, contando também com Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, saiu de Portugal no dia 14 de maio daquele ano, passando pelas Ilhas Canárias e chegando ao Senegal (costa africana), após onze dias de navegação, onde permaneceu mais onze dias, iniciando no dia 5 de junho a travessia do Atlântico. O percurso rumo ao Brasil foi realizado no decorrer dos 64 dias, chegando à orla marítima de Touros no dia 7 de agosto de 1501, desembarcando, precisamente, na área hoje localizada na divisa dos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, denominada *Praia dos Marcos"* ("O Jornal de Hoje" - Natal - 25 /05/2000).

Mais além, repetindo Camões, *outro valor mais alto se alevanta,* para consagrar a verdadeira história do marco de Touros. Referimo-nos a Luís da Câmara Cascudo, genial e humilde.

De sua autoria é o grande-pequeno livro "O mais antigo Marco de Posse", editado pela UFRN, em 1965, englobando "Dois ensaios de História".

Nele, ressalta o mestre de todos nós:

"O marco é tipicamente um padrão-de-domínio, atestando posse. Difere imensamente de muitos outros colocados como divisas e que ostentavam datas e letreiros elucidativos. O marco afirmava a soberania de Portugal nas regiões onde fossem encontrado. Índice oficial de domínio" (págs. 56/57).

"A esquadra demorou sete dias nessas paragens; de 17 a 24 de agosto de 1501, segundo a **Lettera;** 7 a

14, conforme o **Mundus Novus.**"

"Apesar da afirmativa peremptória de haver tomado posse da terra, e tomava-se posse chantando-se o padrão com as Armas Reais, não há e jamais houve um marco fincado pelos portugueses no Cabo de São Roque" (pág. 58).

"José de Vasconcelos e o padre Rafael Galanti aventam uma hipótese plausível:

> - Afirmamos que a esquadra fundeou no dia **sete;** não no dia dezessete de agosto. Vespucci diz o dia **sete** na carta escrita a Lourenço de Médicis; dia **dezessete** na que dirigiu a Pedro Soderini. Vê-se, porém, que a data certa é a primeira; porque Vespucci acrescenta que nesse lugar se demoraram **sete dias**, e que depois de fazer muitas escalas ou entradas pela Costa, chegaram no dia vinte e oito ao Cabo que denominaram Santo Agostinho".
>
> "Desta forma, o primeiro ponto da terra brasileira onde a esquadra de Gaspar de Lemos aportou, operou desembarque e chantou o padrão de posse inicial em todo território de Vera Cruz, não seria no Cabo de São Roque, a 16, e sim na baia do Marco, **a 7 de agosto de 1501".** (págs. 63/64).

Daí, por outro lado, após leitura minuciosa e percuciente, quando de nossa participação no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, realizado no Rio, em outubro de 1998, sob o patrocínio do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentamos uma comunicação acerca do evento histórico de grande repercussão, a qual fora aprovada por todos os representantes ali presentes.

Ei-la, como, ainda mais, uma justificativa maior:

CONSIDERANDO a grande importância do Marco de

Touros para a História do Brasil, conforme trabalhos de autoria de reconhecidos e renomados pesquisadores que se interessaram pelo magno assunto, cuja bibliografia e texto integram-se a esta comunicação, como fontes básicas e fidedignas, imprescindíveis ao conhecimento e projeção do episódio;

CONSIDERANDO que o referido marco foi chantado em território norte-rio-grandense pela Expedição sob o comando do capitão-mor André Gonçalves, constatando-se, assim, como o primeiro padrão de posse implantado em terras do Brasil, a 5 graus de latitude sul, pelos colonizadores lusitanos, cujo ato ocorreu a 7 de agosto de 1501, com a finalidade de registrar o reconhecimento litorâneo da terra de Vera Cruz, descoberta, um ano antes, pelo português Pedro Álvares Cabral;

CONSIDERANDO que se deve ao cosmógrafo Américo Vespúcio o relato minucioso da ocorrência de alta significação histórico-geográfica já registrada pela historiografia potiguar e brasileira, cabendo ressaltar-se que três caravelas fundearam ao largo de uma praia deserta, a qual se tornaria conhecida como Ubranduba e praia dos marcos, atualmente não mais em Touros, e sim nos limites do município de São Miguel do Gostoso, que dista 145 quilômetros da cidade do Natal/RN;

CONSIDERANDO, enfim, que merece expressivo destaque o feito ora narrado, precisamente quando, no ano 2000, comemorar-se-á o V centenário do descobrimento do Brasil, tendo sido, em Porto Seguro-Bahia, o local que ancorou a esquadra de Pedro Álvares Cabral, a 25 de abril de 1500, três dias após o avistamento do Monte Pascoal;

RESOLVE:

1 - Solicitar que, no I Colóquio de Institutos Históricos Brasileiros, os seus eminentes participantes, tomando ciência ampla do histórico acontecimento, há cerca de 500 anos ocorridos, possam melhor sentir e alcançar a sua transcendental validade, ensejando, ***pari passu****, uma maior divulgação, à luz da História, que é eterna.*

2 - Consequentemente, à vista e em razão deste comunicado, que seja o mesmo inserido nos anais do Colóquio, proporcionando um vasto e útil conhecimento às entidades culturais do País, centros universitários e órgãos educacionais dos Estados e da Nação. Incluam-se, de igual modo, com essa iniciativa sobremaneira oportuna, também alguns organismos de caráter histórico e geográfico, congêneres, até de outros países, para que, dessa forma, realizem-se com mais intensidade e amplitude, não apenas as comemorações dos 400 anos de fundação da cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, como sobretudo, o V centenário do descobrimento do Brasil, no ano 2000.

Esta é a comunicação do quase secular Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição de cultura do Estado, nascido em 29 de março de 1902, celeiro de nobres e vivas tradições do povo norte-rio-grandense, em dimensões nacionais.

Evidentemente, pelo exposto, seguindo a sistemática deste enfoque, e à guisa de melhores elucidações e esclarecimentos em torno do ato de posse, em 7 de agosto de 1501, é de revelar que alguns historiadores se dividem quanto ao verdadeiro navegador que, no comando da expedição portuguesa, ancorou na praia dos Marcos e, ali, chantou o padrão de posse em terras de Vera Cruz.

Sim, Gaspar Correia, em "Lendas da Índia", livro escrito em 1510, reconhece como sendo André Gonçalves o comandante, cujo entendimento é corroborado por diversos outros pesquisadores, entre os quais Moacyr Soares Pereira (reitere-se, a maior autoridade no tema abordado), Thomaz Pompeu Sobrinho, Barão do Rio Branco e Olavo de Medeiros Filho.

João de Barros (1496-1570), em "Décadas da Ásia" considera Gaspar de Lemos o capitão-mor da expedição de 1501, e, com base nele, emergem as conclusões dos historiadores eméritos Visconde de Porto Seguro, Pedro Calmon, Luís da Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lyra.

Ora, sejamos sóbrios, coerentes, conscienciosos, acompanhando as pegadas dos eminentes historiadores, cujas lições

de sabedoria e humanismo tanto dignificam e promovem a cultura pátria.

Sem dúvida, os depoimentos aqui explicitados, à vista do lógico convencimento, afugentam quaisquer controvérsias e ilações confusas, prevalecendo sempre o bom senso.

E sob esse prisma, igualmente, destacamos ser tão correta a data, que o Governo do Estado quando era governador Tarcísio de Vasconcelos Maia, em janeiro de 1976, trouxe o marco para a Fortaleza dos Reis Magos, onde se lê o dia referido, no pedestal que o sustenta.

Vamos, por conseguinte, refletir sobre os feitos de nossa História, que, por ser a mestra da vida, no dizer de Cícero, valoriza o passado numa perspectiva e projeção mais alvissareira para o presente e o porvir.

Marco de Touros foi mesmo chantado a **7 de agosto de 1501**, em terras potiguares.

E ponto final...

***Enélio Lima Petrovich é Advogado, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.**

Até quando "os moradores de hospitais"?

Século Século Século **Joaquim Eloi F. de Souza***

A Folha de São Paulo, edição 13 de agosto de 2000 no caderno Cotidiano em 1ª página estampa: HOSPITAIS PISIQUIÁTRICOS ABRIGAM ALCOÓLATRAS E "MORADORES" QUE PODERIAM SER TRATADOS EM OUTROS SERVIÇOS e acrescenta que o Ministério da Saúde desperdiçou em 1999 a soma de 230 milhões de reais em internações desnecessárias. Destas, cerca de 50% (850 mil) são de alcoólicos, os quais não deveriam ser internados. Além destes, constam os que são considerados "moradores" dos hospitais, isto é, aqueles que lá permanecem há mais de um ano.

É lamentável, que ao entrar no 3° milênio, a psiquiatria no Brasil ainda apresente essa realidade.

Desde a década de 1970 as escolas brasileiras têm travado uma luta para tirar o hospital do centro da política psiquiátrica. E como particípes dessas idéias conseguimos criar em Natal nove ambulatórios de Psiquiatria na área da Secretária de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte. Mas se nos perguntam, hoje onde os mesmos se encontram, não há informação, ninguém sabe, ninguém viu. Até o ambulatório localizado no Centro de Saúde do Alecrim, criado por Dr. João da Costa Machado, onde trabalhamos durante 13 anos, já não existe mais.

No Brasil, na década de setenta ressalta-se o trabalho do Ministro da Saúde Dr. Machado de Lemos visando criar um novo contorno para assistência psiquiátrica no Brasil.

Ao tomar posse no Ministério da Saúde, o Dr. Machado Lemos constatou que entre as décadas de 60 e 70 tinha ocorrido um aumento de 57% no número de leitos psiquiátricos. Não se podia

justificar esse processo de hospitalização no âmbito da psiquiatria, considerando-se o aparecimento do arsenal de pisicofármacos, descoberto desde 1952. Com a utilização desses medicamentos os EEUU, entre os anos de 1955 e 1959, conseguiram reduzir em 91,4% o número de internamento em psiquiatria.

A atuação do Presidente Kennedy em 1960, no inicio do seu governo foi uma referência para a saúde mental. Ele elaborou uma lei que mudou toda a estrutura de assistência psiquiátrica no seu país. Esta tratava da criação de Centros Comunitários de Saúde Mental em cada cidade dos EEUU e da capacitação de pessoal especializado como: psiquiátras, psicólogos e assistentes sociais. E com a utilização de psicotrópicos foi possível desenvolver as chamadas socioterapias aplicadas em pacientes medicados.

No Brasil chegamos a gastar 9% do orçamento da saúde, só a saúde mental, apesar de internarmos 3,55% das consultas médicas gerais (Dados do INPS. 1971) Nesta época além dos alienados, residentes dos hospitais, havia um grande número de internamentos de pacientes portadores de neuroses e alcoolismo.

A compreensão dessa realidade numa perspectiva de superação exige a retomada histórica da posição da psiquiatria e das representações sociais sobre o doente psiquiátrico. Os epilépticos e loucos eram colocados em asilos, eram assistidos por religiosos ou pessoas abnegadas, os quais ofereciam a ajuda material para sua sobrevivência. A reclusão social dessas pessoas era uma necessidade para se garantir a ordem e a harmonia social.

A idéia da loucura relacionada a reclusão social atravessou gerações e ainda exerce influência na sociedade atual. Houve um avanço da ciência e da tecnologia a respeito da saúde mental, no entanto, o estigma social ainda está presente na cultura e nas representações sociais sobre a doença mental.

A proposta de Machado de Lemos publicada na portaria/32 de 27/01/74, Ministério da Saúde representou um avanço para a psiquiatria no Brasil. As indicações para a nova política de saúde consistiam em dez princípios básicos de Saúde Mental para serem operacionalizados pelos estados. Diante da realidade publicada na Folha de São Paulo, convém apresentar para o leitor esses princípios,

considerando-se pertinência dos mesmos com a realidade atual, são eles:

1) organizar e estruturar em nível regional e local, sob a forma de sistema, os serviços de psiquiatria e saúde mental, de modo a operacionalizar a distribuição dos mesmos e oferecer uma cobertura completa á população urbana e rural, dando ênfase às práticas de psiquiatria de comunidade;

2) abranger nas programações os níveis de prevenção primária (profilaxia), prevenção secundária(diagnóstico e tratamento) e prevenção terciária (reabilitação);

3) melhorar a qualidade de prevenção primária e de assistência prestada nos serviços psiquiátricos e o acesso a esses serviços, incorporando essas atividades aos serviços básicos de saúde, com vista a alcançar uma cobertura de pelo menos 60% da população;

4) incrementar a criação de unidades de saúde mental nas cidades com mais de 100 mil habitantes, integrados aos serviços de saúde correspondentes, estimulando a participação ativa da comunidade em torno desses serviços;

5) estabelecer a relação de um leito para 1000 habitantes nas zonas urbanas, e para dois mil habitantes na zona rural com relação a hospital psiquiátrico;

6) oferecer serviços de prevenção, tratamento e reabilitação de modo a procurar diminuir a demanda de alcoolismo e outra dependência;

7) dar prioridade ao serviço ambulatorial e à hospitalização curta, de preferência em hospitais gerais, com particular atenção para os grupos mais vulneráveis da população;

8) capacitar recursos humanos voltados para as necessidade regionais e locais;

9) adotar técnicas modernas de prevenção, tratamento e reabilitação, especialmente as de alcance coletivo;

10) estimular e promover investigações epidemiológicas e atividades de pesquisa que enriqueçam o conhecimento e contribuam para o aperfeiçoamento do sistema.

A proposta apresentada representava um novo paradigma para a assistência psiquiátrica no Brasil. Estabelecia-se uma ruptura com a prática tradicional asilar em que o doente mental é afastado do convívio social e se introduzia uma nova prática cujas bases científicas fortaleciam a integração e participação da comunidade como aspecto fundamental no tratamento.

Lamentavelmente, apesar da repercussão dessas idéias na época, e de se constatar que o preço do tratamento no ambulatório era 7,5 vezes menor que o realizado no hospital, não houve interesse dos estados em colocá-las em prática. Quem detinha a hegemonia de custeio da política de saúde era a previdência social cujos objetivos divergiam dos princípios defendidos pelo Ministério da Saúde sob a ótica da saúde preventiva.

Entretanto, o insucesso do "milagre brasileiro" e processo de racionalização econômica repercutiram na Previdência Social, a qual adotou mudanças na política para com os hospitais psiquiátricos, tais como:

a) taxa de ocupação inferior a 90;
b) exigir menos de um óbito para 200 altas;
c) Ter menos de um óbito para cada 100 ou 50 crônicos;
d) Rotatividade anual de leitos: duas vezes para crônicos e seis vezes para agudos;
e) Usara as emergências psiquiátricas para evitar os internamentos;
f) Contratar um psiquiatra para 40 pacientes agudos;
g) Ter um psiquiatra para 60 pacientes crônicos;
h) Os ambulatórios devem internar somente até 1% dos pacientes atendidos.

No Brasil, já existia um consenso de que a assistência psiquiátrica deveria ser prestada prioritariamente nos ambulatórios, e centros de saúde, havendo até a novidade da preocupação com a atenção primária.

Na época era fragrante um tratamento de melhor qualidade para a elite através de uma medicina liberal. Para essa classe social

era disponibilizado o tratamento em divãs, em consultórios com relação bem personalizada. Enquanto que a maioria da população dificilmente tinha acesso ao atendimento médico e aos medicamentos psicofármacos. Dessa forma, a população que não tinha acesso a esse tipo de tratamento tinha que se submeter ao internamento em hospitais psiquiátricos.

Havia, portanto, dois conceitos de serviços Psi: - o da elite privilegiando o bem estar das pessoas com estrutura de tratamento contendo terapias psicológicas; e o internamento em hospitais psiquiátricos destinado ao restante da população. Mas, a essa situação reagiu a classe trabalhadora contando com o apoio das fábricas, as quais interessava a recuperação da força de trabalho.

Os esforços empreendidos não foram suficientes para mudar o atendimento prestado aos trabalhadores. O acesso ao tratamento continuou muito difícil e o atendimento, quando obtido, já encontrava o trabalhador em estado de cronificação.

A descentralização da assistência psiquiátrica em ambulatórios localizados nos bairros populares se constitui uma alternativa para garantir ao trabalhador o tratamento adequando. Entretanto, raros são os Centros de Saúde mental da população. Lutar por esse pleito é um exercício de cidadania. É verdade, que na nossa realidade grande parte da população não dispõe de condições condignas à natureza humana.

A ação política marcada pelo clientelismo, não demonstra interesse em resolver os problemas básicos da população relacionados à saúde. Basta ver a Reforma Psiquiátrica está em discussão no congresso há 11 anos sem ter dado possibilidade à população a oportunidades de conhecer e até opinar.

A rede de serviços alternativos abrangeria o atendimento integral em Ambulatórios, centros Comunitários, Lares Abrigados. CAPS, NAFS. Sem essa estrutura para o público, a única alternativa será a cronificação. E a rede de moradia de "alienados mentais", que no Hospital Dr. Eiras era de 65%.

Sabe-se que existe um lobby no Congresso Nacional organizado por donos de hospitais e de deputados ligados às empresas de prestação de serviço na área da psiquiatria.

O sistema asilo-colônia, próprios de 1° mundo. Esse sistema gorou pela prática autofágica do capital que deixou extrapolar a desmasia de leitos psiquiátricos.

Uma rede de Centros de Saúde Mental Integrados para atendimento setorizado e Hospital Central para agudos não isolando o paciente da família e da comunidade são um imperativo para o estabelecimento de uma rede de saúde mental moderna.

No novo século que se inicia esperamos que Deus ilumine as lideranças da psiquiatria brasileira e fortaleça a luta encetada em prol dos direitos do cidadão e da dignidade humana. As mudanças deverão ser feitas. Não podemos admitir que os nossos doentes continuem "morando" e morrendo nas Colônias Psiquiátricas como acontece no Hospital Dr. Eiras.

***Médico, Professor e Presidente da Sociedade São Vicente de Paula.**

Toussaint Gurgel

Século Século Século **José Guará ***

Muito se tem escrito sobre a FAMÍLIA GURGEL, valendo salientar os estudos do **Engenheiro Carlos Rheingantz**, do Colégio Brasileiro de Genealogia; do **Dr. Heitor Luiz Gurgel do Amaral**, com "Uma Família Carioca do Século XVI" – 1964; de **Miguel Santiago Gurgel do Amaral**, autor de "Porteiras e Currais" – 1969 e, mais recentemente, as pesquisas do **Dr. Audysio Gurgel do Amaral**, retomando os estudos da filogenia dos GURGEIS, com seu livro "Na Trilha do Passado" – 1986.

A Família Gurgel, no Brasil tem sua origem no casamento de **TOUSSAINT GURGEL** (1568-1651), natural da Alsácia, filho do Barão Von Gurgel, do Reino da Baviera e de mãe francesa, com DOMINGAS DE ARÃO AMARAL, nascida no Rio de Janeiro, em 1582 e filha de pais portugueses.

Dedicado, desde muito jovem, à vida do mar, **Toussaint Gurgel** logo tornou-se navegador, viajando por todo o Mediterrâneo, pois o seu grande sonho era tornar-se corsário, espelhando-se nos seus ídolos Gaspar Coligny (1519-1972) e Nicolau Durant de Villegaignon (1510-1570). Estudou na Escola de Construção Naval e de Hidrografia de Saint Malo, onde nasceu Dugray Trouin e que se tornaria famosa por seus corsários conduzindo as insígnias da cidade pelos mares dos cinco continentes.

Dois anos depois, encontrava-se em Paris, onde ainda se comentava o fracasso da França Antártica, ambicionado sonho de Villegaignon, Coligny e Calvino e cujo fracasso estimulava inconfessáveis desejos de vingança contra os portugueses, pela derrota que os bravos Estácio de Sá e Cristovam de Barros impuseram aos franceses em 1567, com a prestimosa ajuda de **Arariboia** e de outros caciques fiéis.

Na verdade, o que os navegadores franceses almejavam era a possibilidade de ganho fácil, usando o contrabando de madeiras de lei, especialmente de pau-brasil. Seguindo as pegadas de seus compatriotas, **Toussaint Gurgel** conseguiu o comando de duas naus, partindo de Saint Malo, em fins de 1595, com destino ao Brasil. Toca em Cabo Frio, que encontra em pé de guerra, "com o gentio temeroso e arredio e os franceses também receosos de novas investidas dos portugueses, o que de fato aconteceria dias depois".

Não foi feliz o alsaciano na sua empreitada. Embora houvesse combatido com decisão e bravura, à frente de um "troço de marimbeiros e tamoios", foi feito prisioneiro pelas tropas portuguesas, superiores em número de homens e em armamentos. **Toussaint** veio para o Rio de Janeiro, ficando sob a guarda de seu vencedor o Capitão JOÃO PEREIRA DE SOUZA BOTAFOGO, posteriormente elevado a Capitão-mor de São Vicente, e que receberia ainda como recompensa uma Sesmaria nas terras onde morava, originando-se daí o nome de um dos mais atraentes bairros do Rio de Janeiro.

Em pouco tempo, porém, o francês foi conquistando a simpatia da sociedade local, concorrendo para isso sua refinada educação e dotes pessoais. Era fidalgo no trato e no espírito.

Segundo Heitor Luiz Gurgel do Amaral, "tinha 27 anos, quando chegou ao Rio de Janeiro. Era alto, esguio, alourado, olhos azuis, inteligente e bom "causeur". Trajava com apuro, não dispensando de usar, cruzada às costas a espada sempre limpa e de lâmina afiada.

Conquistou, também, pelo modo com que se batera em Cabo Frio, as boas graças de seu captor, passando a gozar de ampla liberdade, tanto que chegou a dedicar-se à pesca da baleia e seu aproveitamento industrial, que lhes proporcionariam certa estabilidade econômica e financeira.

Daí para as conquistas amorosas, foi um passo, pois **Toussaint Gurgel**, já há algum tempo, vinha dirigindo seus olhares para uma simpática jovem pertencente à distinta família da sociedade carioca. A moça chamava-se DOMINGAS DE ARÃO AMARAL. Tinha 16 anos e era filha de Dom Antônio Diogo do Amaral e de sua

mulher, a alentejana Michaela de Jesus Arão.

Domingas era morena como a mãe, de grandes olhos esverdeados, mais baixa de que alta, nariz bem feito, "boca servida por lábios aveludados, rubros e úmidos, encobrindo dentes alvos e fortes", lembra Heitor Gurgel.

O encontro dos dois jovens enamorados deu-se numa quermesse. **Toussaint** e **D. Antônio** disputavam a mesma prenda posta em leilão. Em dado momento, alarmou-se o sacristão controlador das apostas, pelo avantajado crescimento dos lances de cada um. Foi quando surgiu o Capitão Botafogo, padrinho de DOMINGAS e eterno protetor de TOUSSAINT, desde os combates de Cabo Frio, em 1595. Aproximando-se, apresentou o compadre D. Antônio ao francês. Foi o bastante. A partir daquele momento, passaram a se encontrar, selando ambos forte e duradoura amizade. Quanto aos jovens, o tempo encarregou-se de resolver. Amiudaram-se os encontros, sob os olhos vigilantes da mãe, os sussurros, as promessas de amor eterno, os sonhos, os planos e o final feliz.

Em janeiro de 1598, TOUSSAINT casou-se com DOMINGAS. O casamento realizou-se na Igreja dos Jesuítas, no alto do Morro do Castelo, cujo acesso se dava pela Ladeira da Misericórdia, que começava onde hoje se encontra o imponente edifício da Biblioteca Nacional. A noiva chegou de liteira, decorada de cortinas de damasco azul claro e carregada nos ombros de dois vigorosos angoleses. **"Em pouco tempo, sob o silêncio de todos os presentes, apenas perturbado pelos suspiros das moças casadouras, o francês Toussaint Gurgel e a carioquinha Domingas de Arão Amaral eram marido e mulher".**

Segundo depoimento de Heitor Gurgel, a noite foi festiva e preparada com muita antecedência, pois já na véspera estavam empilhados os grandes pratos de barro cozido, nos quais seriam servidos os apetitosos pombos de salsa negra, os patos de piverada, os frangões fritos, os peitos de vitela recheados com lingüiça, as pernas de porco estufadas em vinho branco, leitão assado, gemas de ovos e chouriços – este um dos mais apreciados pratos portugueses da época. Além das Trutas preparadas à lisbonense,

tão de agrado dos **gourmets** daqueles tempos e da apreciadíssima muqueca de peixe, dos enormes e apreciados goiamuns cozidos no próprio casco. E ainda, assados de baleia, de vaca, tudo com bastante molho de marfim. Um ou outro legume e muita macaxeira, farinha e beijús de mandioca. E mais, bolos, pudim real, pães de ló, doces de cajú e três ou quatro qualidades de queijos. Entre as bebidas, havia os bons vinhos de Portugal e a brasileiríssima cachaça. Para a indiada e até para alguns brancos, mamelucos e curibocas, foi servido o perturbador cauim".

Para a recepção, escolheu-se o amplo terreno que servia de quintal, todo enfeitado com bandeirinhas de papel de seda, tendo o chão atapetado de folhas de mangueiras. Os escravos da casa e os que vieram com os convidados dançaram o **lundum**, acompanhado pelos atabaques, ganzás e agogôs. Mais adiante, afastados da senzala e de todos, os índios da casa se reuniram e festejaram a seu modo o grande dia, dançando e cantando ao som de seus instrumentos de percussão, acompanhados de flauta de bambu. "Nos dois salões, após o suculento jantar, é ainda Heitor quem comenta, os pares rodopiaram animados por um conjunto de violões, guitarras e sanfonas, até alta madrugada, **quando os noivos, já cansados, pediram licença e foram refugiar-se na alcova nupcial, debaixo de ruidoso acompanhamento de gente jovem, como era de costume naqueles tempos"**

O casal Toussaint Gurgel e Domingas de Arão Amaral passaram a viver ali mesmo no Rio de Janeiro, em uma casa da Rua Aleixo Manoel, hoje Rua do Ouvidor, bem no centro da "Cidade Maravilhosa". Daí por diante, torna-se obscura a vida do jovem casal. Sabe-se que TOUSSAINT GURGEL faleceu em 1651, viúvo já há alguns anos.

Tiveram sete filhos, sendo seis mulheres e apenas um varão

1 – Maria do Amaral Gurgel
2 – Francisco do Amaral Gurgel
3 – Bárbara Daran
4 – Antônia do Amaral Gurgel

5 – Isabel do Amaral Gurgel
6 – Méssia Daran
7 – Ângela Daran

Maria do Amaral Gurgel foi casada duas vezes. De sua descendência, houve dois sacerdotes, Padres Francisco Álvares e Manuel dos Anjos.

Francisco do Amaral Gurgel, ordenado padre, faleceu em 1697. Não deixou descendentes.

Bárbara Daran casou-se com João Nogueira. São os pais de Bartolomeu Nogueira, batizado na Candelária, em 17 de outubro de 1655.

Antônia do Amaral Gurgel, foi casada com João Azevedo Roxas e por morte deste com o Capitão Antônio Rodrigues Tourinho, tendo o casamento se realizado na Candelária, em 15 de janeiro de 1676. De ambos casamentos houve, quatro filhos, sendo três homens e uma mulher. Dos homens, dois se tornaram sacerdotes – o Frei João do Rosário e o Padre Francisco de Araújo Tourinho.

Isabel do Amaral Gurgel casou-se com Cláudio Antônio Besançon, natural da Borgonha. Isabel faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1654.

Dos filhos da TOUSSAINT e DOMINGAS DE ARÃO AMARAL, apenas as irmãs caçulas MÉSSIA e ÂNGELA deram prosseguimento às famílias **Amaral Gurgel** e **Gurgel do Amaral**, com ramificações em quase todos os estados brasileiros, notadamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte, estendendo também até Portugal e ao continente africano.

As duas irmãs caçulas e mais a de nome BÁRBARA usavam o sobrenome DARAN. Aí divergem os autores, quanto à origem deste sobrenome. Alguns são de opinião de que DARAN lembra DURANT, um dos sobrenomes do Almirante francês Nicolau Durant de Villegaignon. Outros, como **Vivaldo Coaracy**, citado por **Heitor Gurgel**, entendem que DURAN é um "estropiamento" do sobrenome "DE ARÃO" usado por Domingas de Arão Amaral. Esta parece ser a opinião mais acertada.

MÉSSIA DARAN nasceu no Rio de Janeiro. Casada com

José Nunes da Silva, teve duas filhas:
1 - Antônia de Jesus
2 - Domingas do Amaral, casada com o Coronel Manoel Martins Quaresma.

São filhos do casal:

1 - Francisco Nunes do Amaral
2 - Joana do Amaral
3 - Bento do Amaral da Silva
4 - Francisco do Amaral Gurgel

ÂNGELA DARAN – a última filha do casal Toussaint Gurgel e Domingas de Arão Amaral, de quem descendem os GURGÉIS DO AMARAL do nordeste brasileiro – nasceu no Rio de Janeiro, em 1616 e faleceu na mesma cidade, em 1695. Casou-se com o Capitão **João Batista Jordão**, português de Santarém e filho de Antônio Nunes da Silva e de Maria Jordão.

Tiveram dois filhos:
1 – João Batista do Amaral
2 – Cláudio Gurgel do Amaral

(De um livro em preparo)

***Advogado e Professor Aposentado da UFRN.**

Rio Grande do Norte: Um vazio produtivo

Século Século Século Fernando Viana Nobre*

A) A fome e outros males no âmbito do município

O crescente problema da fome mundial tem imposto à humanidade as mais graves e desumanas conseqüências. No Brasil, segundo dados oficiais, cerca de 24% da população, aproximadamente 40 milhões de pessoas, são famintos pelo menos em determinadas épocas do ano. Um contingente da dimensão da população nordestina.

No Nordeste, a indigência atinge níveis elevadíssimos de 45% da população. E no Rio Grande do Norte um pouco maior, 46%.

Particularizando-se o Rio Grande do Norte, em qualquer município, a realidade é chocante e sem perspectivas de melhorias substanciais, a curto prazo. Ao contrário a situação poderá se agravar, se, urgentemente, não forem tomadas medidas adequadas.

Na luta contra a fome e outros males do subdesenvolvimento, é necessária a união de todas as forças vivas da sociedade. E o "quartel general" da guerra contra a pobreza deve ser cada município, evidentemente. A integração de esforços no âmbito municipal, envolvendo instituições públicas e privadas, é indispensável para o alcance de avanços permanentes, nas condições econômicas e sócio-culturais da população.

No grande esforço para o desenvolvimento, o papel da Administração Municipal é, obviamente, da máxima importância. Cabe à Prefeitura Municipal planejar, executar, coordenar e apoiar ações as mais diversas, que resultem no bem estar da população urbana e rural.

Paralelamente, à Câmara Municipal compete a importante missão de legislar em favor da promoção integral da coletividade, sem distinção política, religiosa, racial, econômica, social, etc. Essas duas instituições municipais, Prefeitura e Câmara, precisam entender que, muito acima dos interesse pessoais e político-partidários, devem ser colocados os gravíssimos problemas do subdesenvolvimento.

Os políticos e o povo de cada município precisam se conscientizar de que muitos dos seus problemas podem e devem ser resolvidos ou, pelo menos, atenuados, através de ações locais. Ações resultantes da interação inteligente e responsável de pessoas e instituições públicas e privadas.

Se a alimentação é a necessidade maior e mais imediata, que se sobrepõe a todas as outras exigências humanas, ações urgentes devem ser postas em prática para intensificar a produção agropecuária.

Em cada município, no meio rural e nos subúrbios, há milhares de pessoas totalmente ociosas ou sub-utilizadas. Falta a elas, muitas vezes, uma oportunidade mínima de produção. Oportunidade digna de trabalho, em vez de "ajudas oficiais", que, quase sempre, humilham e/ou "viciam". A pessoa digna e capaz de produzir não quer esmolas, porém oportunidade de trabalho.

Em termos de produção de alimentos, inúmeras atividades agropecuárias poderiam ser estimuladas: a criação de pequenos animais, a fruticultura, a horticultura e a agricultura, de forma individual e coletiva.

Paralelamente à produção de alimentos, poderiam ser desenvolvidas e/ou intensificadas e aprimoradas ações diversas, em diferentes áreas: capacitação de mão-de-obra rural e urbana; formação profissional, especialmente de jovens; educação formal; saúde; preservação e manejo do meio ambiente, entre outras.

A somatória destas e de outras ações, de forma ordenada e persistente, contribuíram, sem dúvida, para melhorias substanciais das condições de vida, em cada município.

Compete às Administrações Municipais juntamente com outras instituições públicas e civis, a mobilização das comunidades rurais e urbanas para enfrentarem este grande desafio.

B) Agropecuária e agroindústria municipais

A realidade municipal em termos de agropecuária e agroindústria, no Rio Grande do Norte, está a exigir um grande esforço planejado e permanente, no sentido da ordenação e fortalecimento dos sistemas produtivos.

Cada prefeitura deveria ter sua secretaria de agricultura com profissionais específicos de Ciências Agrárias – Agronomia, Veterinária e Zootecnia – que teriam como meta coordenar e dinamizar ações de apoio à agropecuária e à agroindústria.

Essas ações de caráter local incluem, evidentemente, a interação com instituições públicas e privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Fomento, Crédito, Associativismo e Comercialismo, nos limites municipais e fora deles.

Duas linhas de ação municipal poderiam ser estabelecidas com base na interação dessas instituições:

- Apoio permanente à agropecuária e agroindústria, no âmbito da própria unidade produtiva, no campo e na cidade;
- Planejamento e realização de eventos anuais, de incentivo à agropecuária e agroindústria – Exposições/Feiras Agropecuárias e Agroindústrias, Torneios Leiteiros, Dias de Campo, Encontro, Cursos, Treinamentos, etc.

Eventos dessa natureza contribuem, fortemente, para difusão de informações técnicas, divulgação de atividades produtivas e interação de instituições e pessoas, em benefício, sobretudo, do município sede da promoção.

Convém salientar que é possível e desejável a realização desses eventos, também congregando municípios de uma ou várias regiões. Isto, sem dúvida, é uma excelente estratégia para viabilizar essas promoções, com custos bem menores para cada município.

Exemplos patentes da importância dessa integração de esforços foram dois eventos, realizados recentemente no Estado: Seminário para o Desenvolvimento da Piscicultura no Seridó, em Caicó, e a I CAPROV – Encontro de Criadores, Feira e Leilão de Caprinos e Ovinos do Potengi, em São Tomé. Ambos promovidos/

apoiados por diversas instituições públicas e privadas e congregando centenas de produtores rurais, técnicos, líderes, empresários e autoridades.

As Prefeituras Municipais e demais instituições envolvidas (EMATER, EMPARN, SAAb, DFA, SENAR, SEBRAE, FIERN, UFRN, FUNPEC, Associações de Criadores, Colônias de Pescadores, entre outras) estão de parabéns pelo exemplo de capacidade de aglutinação de esforços para o fortalecimento de atividades produtivas de ampla aceitação regional.

Finalmente, vale salientar que os citados são grandes oportunidades para divulgação e preservação da cultura rural nordestina. As comidas e bebidas típicas, as músicas sertanejas, o forró, o chapéu de couro e outros símbolos nordestinos devem estar cada vez mais presentes nessas promoções. Eles contribuem, fortemente, para que não se perca a identidade regional, elemento indispensável ao nosso desenvolvimento sócio-cultural e econômico.

Ex-extencionista da ANCAR/EMATER-RN. Professor aposentado de Zootecnias/UFRN. Pesquisador colaborador da EMPARN e FUNPEC. Consultor do SEBRAE-RN.

A perspectiva do *diálogo* em David Bohm e a Organização Educacional

*Almira Navarro**
Século Século Século *Ana Lúcia Assunção Aragão***

"A maior descoberta da minha geração é que os seres humanos, alterando suas atitudes mentais (pensamentos), podem alterar a própria vida."

William James

Atualmente vivenciamos profundas crises que nos afetam sob todos os aspectos, sejam éticos, políticos, interpessoais, religiosos, ecológicos, morais, tecnológicos, científicos, ecológicos, entre outros. Esse estado de coisas vem se constituindo numa crise universal que, a cada dia, revela-se de modo mais fragmentado e diluído. Acreditamos que isso acontece por se tentar impor divisões arbitrárias e não legítimas, ignorando-se conexões essenciais, sem considerar contextos mais vastos.

Neste trabalho ressaltamos esse estado de crises no âmbito da educação: no processo ensino-aprendizagem e no processo organizacional. Com relação ao processo ensino-aprendizagem, as escolas expressam uma sensível desarticulação e fragilidade nos conteúdos, perfilando um quadro em que as diversas visões e modos de abordagem não conseguem se relacionar no sentido de permitir a composição e ampliação de formas criativas de entendimento e compreensão das questões e dos conteúdos educacionais. No

tocante ao processo organizacional, essas crises se manifestam no pouco preparo dos professores, na precariedade das condições funcionais e estruturais da escola, nas relações interpessoais dos seus agentes.

Diante desse quadro, são adotados programas especiais com o intuito de "remediar" tais situações críticas. Um exemplo disso é a implementação de cursos de capacitação e/ou formação de professores para propiciar uma maior aquisição de conhecimento de modo que, também, lhes permita maior compreensão acerca do universo escolar e dos conteúdos.

Na verdade o que percebemos é que muitas dessas iniciativas acima destacadas não se concretizam em efetivo benefício do processo educacional, seja ensino-aprendizagem, seja do organizacional. Mas, como também já anunciamos, esse estado de crises não é só na educação, mas envolve todas as áreas de atuação do homem. E, nesse sentido, adotamos a perspectiva do *Diálogo* em David Bohm. Para ele, o *Diálogo* é um instrumento possível para se investigar os problemas atuais. A palavra *Diálogo* é de origem grega, significando 'através da palavra'. Segundo Bohm (1996), dialogar é compor e partilhar significados, estar atento para o pensamento, pois vivemos num mundo de relações, onde cada parte do universo tanto contém como contribui para a totalidade. A dificuldade maior reside no fato de que a nossa forma de pensar nos faz agir como se vivêssemos em um mundo fragmentado. Daí a necessidade e a importância do *Diálogo*.

O trabalho de Bohm tem como fundamento básico a visão de pensamento como sistema, destacando uma preocupação mais ampla sobre a relação homem/sociedade e entendendo a realidade como um todo indivisível em transformação constante. Bohm (1996) destaca que a origem das crises que vivenciamos reside na forma como operamos o pensamento. Ele sugere que nós temos um modo de pensar que produz quebras e fragmentos, no qual as partes são dissociadas da totalidade e tomadas como todos; ou seja, o nosso pensamento opera contra a nossa habilidade de perceber a totalidade. Com a fragmentação do pensamento, temos dificuldade em agir de acordo com nossas intenções e, assim, comportamo-nos

incoerentemente, como se algo de errado ou equivocado existisse na informação ou no nosso conhecimento. Alerta Bohm que fragmentar é diferente de dividir:

"(...) é importante distinguir a fragmentação da simples especialização e da compartimentação prática do conhecimento em diversas subclasses. Evidentemente, algumas destas especializações foram passos essenciais no desenvolvimento da civilização.

Na verdade, o estudo de alguns campos abre como um ato natural de abstração, para podermos concentrar-nos em certas propriedades com maior interesse. Para podermos dar atenção a algo, temos de antecipadamente isolar as suas características principais em relação à infinita e flutuante complexidade que jaz por detrás.

Um tal acto de abstração perceptiva, quando é isento de excessiva rigidez mecânica, não conduz à fragmentação; em vez disso, reflete o relacionamento eternamente mutante do objeto com o seu pano de fundo. Para encontrarmos uma face numa multidão em movimento, por exemplo, requer-se um acto de abstração perceptiva que isole e integre no conjunto as características mais importantes. De modo semelhante, a concentração sem rigidez da mente num domínio de interesse conduzirá à correspondente integração de todas as propriedades relevantes nesse domínio." (Bohm, 1989, p.29).

Assim, diante da crise global que vivenciamos, Bohm sugere que o importante não é conhecer o que a realidade é, e sim como pensamos sobre ela. A evolução da ciência e da tecnologia, a cada dia, possibilita novos entendimentos de como o universo trabalha/funciona, tornando evidente a importância do significado da relação entre estruturas, processos, indivíduos, culturas, resultados, entre outros; ou seja, do grande poder resultante do trabalho integrado. Nesse sentido, as grandes organizações já se mostram atentas para isso, priorizando transformações que favorecem maior nível de comunicação e interação entre seus membros, evitando ações individuais ou isoladas, em prol de entendimentos maiores e melhores acerca de seus objetivos, projetos, intenções.

No âmbito organizacional, e aqui ampliamos para organização educacional, Senge (1990) ressalta a importância da aprendizagem em grupo face aos novos contextos, nos quais organizações e instituições, para avançarem e superarem determinados problemas têm que trabalhar de forma integrada. O aprendizado em grupo é apontado por Senge, como sendo necessário em organizações de qualquer espécie, onde estruturas arcaicas, relacionadas ao pensamento, não mais correspondem ao atual desenvolvimento tecnológico.

De acordo com Senge (1990), aprendizado em grupo caracteriza-se pela capacidade do grupo produzir "coisas", atingir metas por meio de um movimento único - do grupo como um todo, processo esse denominado de 'alinhamento'. 'Alinhamento', para Senge, constitui-se numa condição necessária para que as energias individuais possam seguir numa única direção, permitindo maior harmonia e menor gasto de energia. Embora seja uma disciplina coletiva, o aprendizado em grupo envolve habilidades individuais e áreas de conhecimentos específicas, como num grande time, onde o talento de cada um se une a objetivos comuns; e, ao invés do mero raciocínio em grupo, tem lugar a inteligência de grupo. A inteligência de grupo deve superar a inteligência individual, na medida em que o objetivo comum é incorporado, por cada participante, como pessoal. Isto é, não anulo o que penso em função dos outros, simplesmente os interesses comuns ao grupo tornam-se extensões dos meus.

Na tentativa de entendimento de Bohm, Senge conclui que, através do aprendizado cooperativo, podemos ser mais racionais e inteligentes do que sozinhos. Entretanto, percebe a cooperação como uma forma ou mecanismo de unificar o grupo no sentido de torná-lo coeso, unido, homogeneizado. No entanto, é aqui que Bohm vai mais além propondo que o *Diálogo* tem um sentido muito mais sutil e profundo, que não é só cooperação. Dialogar é compor e partilhar significados - é a real comunicação. Não significa cooperar, concordar ou discordar. É uma espécie de mecanismo básico e disponibilidade para ouvir todo o pensamento (seu próprio e do outro), ver o seu significado e agir de acordo para gerar entendimento (intenção - ato). É, pois, se dispor a uma espécie de jogo livre sem os empecilhos

derivados da adesão rígida a opiniões particulares, é o emergir de algo criativamente novo.

Conforme Bohm, quando um grupo se dispõe ao *Diálogo*, uma inteligência maior é atingida como conseqüência natural dessa atitude inovadora, desta forma de sensibilidade que vai além do simples raciocínio. Daí a aprendizagem em grupo pelo *Diálogo*, defendida por Bohm, ensina-nos a dominar os nossos pensamentos e opiniões, e não sermos dominados por eles. *O Diálogo* é uma forma de explorar o campo do pensamento, isto é, os nossos valores, as nossas emoções, os nossos padrões de pensamento, a nossa memória e suas funções, os nossos mitos e crenças, e o modo pelo qual nossas estruturas neurofisiológicas experienciam a cada instante. É um exercício de se procurar semelhanças nas diferenças e vice-versa. Nós podemos começar a perceber, a partir daí, as ligações ou relações necessárias que condicionam nossas ações aos seus resultados, indo além dos condicionamentos e reflexos dominantes, re-significando nossa visão da realidade.

Reconhecemos, portanto, o *Diálogo,* tal como proposto por Bohm, como um poderoso instrumento para corrigir a incoerência presente atualmente em todas as esferas do relacionamento humano, como instrumento básico de compreensão das formas pelas quais operamos nosso pensamento.

No entanto, Bohm ressalta que existem determinados requisitos básicos para a efetivação do *Diálogo*. É necessário ao *Diálogo* que 'suspendamos' nossas suposições ou idéias, colocando-as a nossa frente, em disponibilidade, para que possam ser cuidadosamente analisadas, tendo a clareza de que suposições são idéias e não fatos últimos, rígidos e incontestáveis; não significando anular, negar ou reprimir nossos pressupostos. É uma forma de tentarmos olhar nossos mecanismos de defesa tão presentes em nossos discursos, propiciando a apropriação de outras visões, para sermos capazes de posicionarmo-nos de forma mais clara e coerente, diante de nossas próprias percepções. Os participantes do *Diálogo* devem manter no grupo um sentimento de coleguismo, como uma troca que se dá num só nível - não deve haver hierarquia, posto que, qualquer autoridade tende a interromper o livre fluxo do pensamento.

No mínimo, somente na fase inicial, facilitadores podem ser necessários para pontuar certas regras ou padrões comportamentais que devem ser respeitados. Através da suspensão de julgamentos, as suposições ou crenças passam a ser identificadas e, assim, podemos atingir os objetivos que queremos com *maior clareza* e coerência. *Diálogo*, significa, enfim, uma busca de entendimento e 'suspender' nossas suposições significa escutar e assistir, observar, dar atenção ao processo real do pensamento e a ordem na qual ele ocorre, tentando perceber a sua incoerência. O objetivo não é transformar ou explicar alguma coisa e sim estar atento, entender.

Deste modo, o *Diálogo* pode ser considerado um espaço onde as pessoas devem se sentir livres para explorar suas pressuposições, tanto coletivas como individuais; suas crenças e sentimentos que, de forma sutil, controlam suas interações. É uma aprendizagem em grupo que envolve atenção, escuta e procura do essencial, e não do que aparece a nível de reflexos. Torna o implícito, explícito, indo além das racionalizações presentes sempre em nossos discursos. Pode ser comparado com a criação artística ou criatividade, que, inicialmente, formal, aos poucos, torna-se natural, visto que incorporamos novas posturas e quebramos estruturas condicionadas.

A habilidade e disponibilidade para escutar é um requisito fundamental para o *Diálogo*. Assim, prestar atenção e refletir no discurso do outro é crucial para percebermos níveis sutis ocultos nas nossas falas. Aprendendo a trabalhar priorizando a reflexão no decorrer da conversação, somos mais capazes de identificar padrões reativos e criar novas idéias ao perceber uma esfera comum de significados.

Nessa perspectiva, por considerarmos a instituição escolar um espaço onde a fragmentação do pensamento se apresenta de forma explícita, o desenvolvimento de diálogos desta natureza encorajaria a percepção de situações hoje estagnadas, como as questões que envolvem planejamentos, reformas curriculares e estruturais, aperfeiçoamento de professores, problemas individuais de alunos ou professores, entre outros, podendo, inclusive apontar para mudanças.

Dentro do âmbito escolar, os professores, por exemplo,

enquanto grupo de aprendizado, teriam a possibilidade de progredir na habilidade do *Diálogo* em direção a níveis, cada vez mais efetivos, que permitiriam mudanças estruturais, em decorrência da resolução de problemas específicos. Com isso podemos dar início a um desenvolvimento maior e mais profundo, na sofisticação de habilidades para identificar e priorizar problemas emergentes, como também refletir com maior clareza e precisão em nossas atitudes e posicionamentos diante de impasses, antecipando condições futuras.

A organização educacional, ao incorporar este novo modo de relacionamento, tenderia a sofrer modificações, tanto de comportamentos e atitudes quanto de experiências. Isto é, novas posturas sobre como interagir juntos ou como pensar coletivamente seriam desenvolvidas. O *Diálogo* seria, então, crucial para que organizações educacionais, ao 'suspenderem' suas formas de atuar, suas posturas já introjetadas e rígidas, viessem a encontrar novos e criativos caminhos capazes de romper estruturas de pensamento que já se mostram incapazes de compreender novas ordens e categorias.

Desta maneira, ao tomarmos consciência do processo do nosso pensamento, por meio do *Diálogo*, torna-se mais claro o empreendimento de mudanças estruturais que possibilitem a criação de organizações ou instituições baseadas numa outra concepção do universo, e que, também, faça uso de uma nova linguagem (linguagem coletiva, um novo conversar) para se compreender a complexidade das relações entre os homens e destes com a natureza e vice-versa, no novo contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOHM, D. & PEAT, D. F. (1989). *Ciência, Ordem e Criatividade.* Tradução por Jorge Silva Branco. Lisboa: Gradiva.

BOHM, D. (1992) . *Totalidade e a Ordem Implicada.* São Paulo: Cultrix.

BOHM, D. (1994). *Thought as a System.* London: Routledge.

BOHM, D. (1996). *On Dialogue.* London. Routledge.

GOMES, A. L. A. A. (1994). *Controle-Liberdade:*

Apontamentos para um Estudo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN, Natal/RN/ Brasil.

GOMES, A. L. A. A. (1998). *A Dinâmica do Pensamento Geométrico: aprendendo a enxergar meias verdades e a construir novos significados.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN, Natal/RN/Brasil.

NAVARRO, A. (2000). *Conhecimento e Ação: Modos de Pensar em Diálogo.* Dissertação de Mestrado, Natal, UFRN.

PINKER, S. (1998). *Como a Mente Funciona.* São Paulo: Companhia das Letras.

SENGE, P. M. (1990). *A Quinta Disciplina: Arte, Teoria e Prática da Organização de Aprendizagem.* Tradução Regina Amarante. São Paulo: Círculo do Livro.

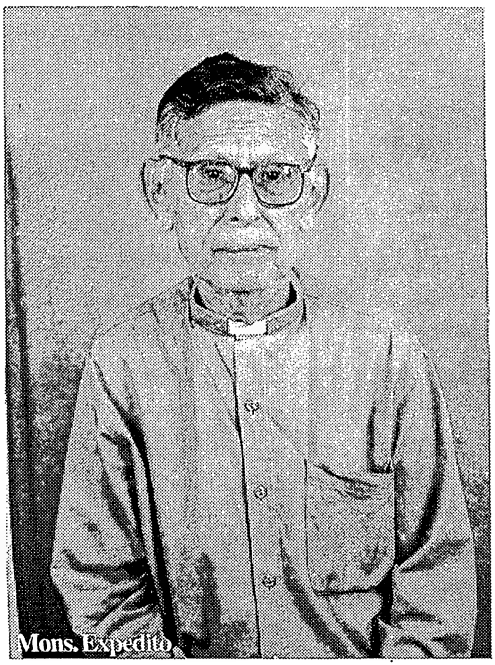
*** Psicóloga / Mestra em Educação**

**** Psicóloga / Doutora em Educação**

O monsenhor das águas

Século Século Século **Dom Eugenio de Araújo Sales***

Há indivíduos que são alvos constantes de pareceres severos da opinião pública e outros, ao contrário, passam pelo mundo, desconhecidos ou ignorados, apesar de relevantes trabalhos realizados. Neste caso encontra-se o monsenhor Expedito Sobral de Medeiros , pároco por 56 anos, em São Paulo do Potengi, no interior do Rio Grande do Norte. Desloquei-me do Rio para celebrar suas exéquias. Ele bem merecia o sacrifício! Sua última grande obra, no campo social, foi aglutinar os homens públicos, a partir do governador, parlamentares, prefeitos e as comunidades flageladas pelas secas, utilizando a força moral da Igreja em busca de solução imediata e duradoura para o abastecimento de água às localidades do interior. Uma das três adutoras recebeu, à revelia, seu nome e somente esta leva água potável a 23 cidades ou povoados. A voz do povo carinhosamente já o apelidara de "o monsenhor das águas", "o profeta das águas". E quem conhece o sertão do Nordeste pode avaliar o alcance do significado desse título.


Mons. Expedito

Na mensagem enviada ao governador do estado, por ocasião do falecimento, a 16 de

janeiro último, por insuficiência respiratória decorrente de um câncer, o presidente da República assim se expressa: "A força e a obstinação com que defendia a expansão da oferta de água para o semi-árido nordestino, como condição essencial para a preservação da vida e da dignidade humana, deixaram-me forte e indelével impressão, permitindo-me passar a denominá-lo de 'apóstolo das águas'." O alvo da luta desse discípulo de Cristo ia além das fronteiras do estado, propugnava pela utilização do excedente hídrico do Rio São Francisco.

A luta pela água é apenas um capítulo, o último e inacabado de toda uma existência sacerdotal a serviço do espiritual – zeloso pároco – e da dignidade do homem.

Falo com conhecimento de causa. O movimento de Natal, com suas variadas e vitoriosas iniciativas, teve sempre em monsenhor Expedito um sustentáculo, um incentivador. Ele fazia parte dos que iniciaram a sindicalização rural em nível nacional, a Campanha da Fraternidade, pequenas comunidades surgidas e assentadas em tono de receptores cativos da Emissora de Educação Rural as escolas de nível médio, a Ação Católica Rural, a formação de líderes, o Plano de Pastoral, a elevação do padrão cultural do clero para melhor servir aos irmãos. Esses e outros empreendimentos começaram a surgir antes do Concílio Ecumênico Vaticano II e em época de extraordinária carência de meios materiais.

Eles sabia que o simples protesto nada constrói. Era firme em preservar a independência da Igreja mas, ao mesmo tempo, pacientemente procurava reunir acima dos partidos os políticos, em busca de uma causa tão nobre como o atendimento aos necessitados do Nordeste semi-árido. Ao sepultamento em sua paróquia do interior potiguar estavam o seu arcebispo e mais três bispos, além de quase todos os sacerdotes da Arquidiocese de Natal. Ele foi sempre, e acima de tudo, um ministro de Deus, fiel à sua Igreja, de onde lhe vinha a força e a orientação do seu trabalho social.

Em certo momento foi instado pelo então arcebispo para assumir a catedral de Natal. Razões de saúde do pároco do interior justificavam o convite de Dom Marcolino Dantas. Como desejasse permanecer onde estava, foi atendido. Há poucos anos foi nomeado,

pelo atual arcebispo, vigário episcopal para o clero, mas residindo em São Paulo do Potengi.

Atravessou o período agudo da contestação na Igreja sem negar o juramento de fidelidade feito no altar a Deus, por ocasião de sua ordenação sacerdotal. Soube ser sempre obediente, um padre no pleno sentido da palavra, mesmo quando lidava com assuntos profanos. Onde estivesse buscava difundir o Evangelho e ajudar os necessitados por amor de Deus. Por isso, conservou até os últimos dias da vida a juventude de espírito e a alegria dela decorrente.

Vi a ampla divulgação da imprensa local, por ocasião do falecimento e enterro, a imensa multidão, o município que parou, as manifestações das autoridades religiosas, civis, do povo de Deus. Grande o sofrimento, ao lado de uma paz fruto de uma vida a serviço do Evangelho. Aludiam à graça de o terem tido como pastor em convivência ininterrupta: o primeiro e único pároco. "Nunca vi tantos homens reunidos chorando tanto", confidenciou a uma freira um velho sertanejo, momentos antes do sepultamento.

Sei que existem no Brasil muitos outros sacerdotes como ele. Isso faz a força da Igreja de Cristo. Aliás, eles cumprem uma missão recebida e esperam o prêmio das mãos de Deus. No entanto, se um ou outro, por fraqueza humana ou outra causa, comete faltas, logo se difunde a má notícia, não raramente complementada como adendos inverídicos.

Antes da celebração da Missa e Exéquias foi feita a abertura do seu testamento. Escreve ele: "A quem me substituir, continue presente junto aos pobres e pelo amor de Deus, não os humilhe. Considero uma grande graça que Deus me concedeu: ser servidor do povo de Deus. Peço a Maria Santíssima, a 'compadecida', que se compadeça de mim e esteja a meu lado, no julgamento. Amém." Assim termina o testamento, com data de 12 de setembro de 1997.

A Igreja Católica, em sua longa e quase bimilenar história, sobrevive pela graça de Deus que age em homens como monsenhor Expedito Medeiros.

***Cardeal, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro (Transcrito do Jornal do Brasil – 12- 2- 2000)**

Av. Hermes da Fonseca.789
Tirol - Natal/RN

Uma casa de Educação de meninas e jovens; dentro dos padrões atuais para o desempenho consciente da mulher cidadã.

*2° Grau Porfissionalizante na formação Técnica em economia doméstica.

***Aulas Práticas**
- Cozinha Prática
- Cozinha Artística
- Vestuário
- Trabalhos Manuais

*** Estágios Supervisionado**
- Puericultura
- Dona de Casa

***Aulas Teóricas**
- Enfermagem e Puericultura
- Nutrição
- Etiqueta Social
- Arte e Habitação

Formando a Mulher
Educando a Família
Servindo ao Brasil

E-mail: ed.natal@.digi.com.br Fone: (84) 222-0964

Ao mais criativo dos nossos governadores

Século-Século-Século Itamar de Souza*

Ao receber o convite dos organizadores deste Congresso para saudar o Prof. Cortez Pereira, vieram ao painel de minha lembrança pensamentos de ilustres expoentes da cultura ocidental. Primeiro, de Marcel Proust, o decantado autor de A LA RECHERCHE DU TEMPS PERDU, quando afirma que "o mundo dos astros é menos difícil de conhecer do que as ações reais das criaturas, sobretudo daquelas criaturas que admiramos... "E segundo, aflorou à minha sensibilidade o pensamento de Santo Agostinho, o genial Bispo de Hipona, que costumava dizer o seguinte: "o que move os homens não são os pés, mas, sobretudo, os afetos". Por esta razão, estou aqui para desincumbir desta honrosa missão. Não sei se terei capacidade suficiente para interpretar adequadamente os sentimentos de todos que resolveram homenagear este grande potiguar.

Durante várias décadas, ao longo da forma republicana de governo, dirigir o Rio Grande do Norte significava criar escolas sem construir o prédio para o seu efetivo funcionamento, ou então, transferir professoras e delegados de polícia para acalmar os ânimos de correligionários radicais. Desde a implantação da República no Rio Grande do Norte até os anos 50 do Século XX, esta foi uma rotina que se repetiu na maioria dos nossos governos. Mesmo assim, houve exceções dignas de encômios e recordação. Refiro-me aos governadores Alberto Maranhão e Juvenal Lamartine. Alberto Maranhão, no seu segundo governo (1908 – 1913) colocou Natal no Século XX, dotando-a de equipamentos modernos, tais como luz elétrica, telefones, bondes elétricos, teatro e praças adornadas com equipamentos fabricados em Paris. Por sua vez, Juvenal Lamartine notabilizou-se por várias outras inovações, sendo a de

maior repercussão o direito, dado à mulher, de votar e ser votada.

Por conseguinte, na República Velha, foram estes os dois governantes mais criativos que o Rio Grande do Norte possuiu.

Do após II Guerra Mundial para os nossos dias, o cenário político-administrativo passou por grandes transformações. A ideologia do desenvolvimento econômico, protagonizada pelos Estados Unidos, invadiu todos os estados democráticos do mundo ocidental. Foi a ideologia que o mundo democrático-capitalista contrapôs à ideologia socialista de inspiração marxista, que prometia libertar o homem de todas as formas de miséria e opressão.

No Brasil, a ideologia de desenvolvimento consubstanciou-se na criação do Ministério do Planejamento, das instituições de desenvolvimento regional, assim como na implantação de secretarias estaduais de planejamento. Sem idéias novas, a nível estadual, estes órgãos corriam o risco de planejar a rotina ou funcionarem como caixa de ressonância das idéias provenientes dos órgãos federais. Em linhas gerais, este foi o cenário nacional dos anos 60 e 70 do Século XX.

Há homens talentosos, inteligentes, que têm a sorte de entrar no cenário da História na conjuntura adequada à realização das suas idéias. Assim aconteceu com o Professor Cortez Pereira. Desde jovem, que ele fez do Rio Grande do Norte a sua paixão intelectual. Passou a sua maturidade adquirindo conhecimentos universais para melhor conhecer a realidade local. Parece ter seguindo a máxima de Tolstoi: "Quem quiser ser universal, escreva sobre sua aldeia". Amar o Rio Grande do Norte, refletir sobre as suas potencialidades, foi uma herança que ele recebeu do Dr. Juvenal Lamartine, amigo e confidente do seu genitor. Mas, o momento mais importante da sua carreira profissional, antes de chegar ao governo do Estado, foi a sua passagem pelo Banco do Nordeste, onde exerceu o cargo de Diretor de Crédito Rural. Dirigindo uma instituição voltada para o desenvolvimento agrícola regional e convivendo com técnicos de alto valor profissional, ele obteve uma visão mais realista das nossas potencialidades. No final dos anos 60, o Professor Cortez Pereira viajou com uma equipe interdisciplinar por vários países da Europa e da Ásia, estudando, na prática, projetos de reforma agrária e colonização. Retomando ao Brasil, ele continuou fazendo suas

análises comparativas. Por isso, quando assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Norte em 15 de março de 1971, ele estava suficientemente preparado para fazer uma administração inovadora. Com a autoridade de quem já estudou todos os governos potiguares, posso afirmar, sem sombra de exagero, que o Professor Cortez Pereira foi o mais criativo de todos os nossos governadores. E quem assim fala, não teve a menor participação no seu governo.

Por conseguinte, assim como os astros, a terra e as flores proclamam a sabedoria de Deus Criador, os projetos – SERRA DO MEL, LAGOA DO BOQUEIRÃO, BICHO-DA-SEDA, O PROJETO CAMARÃO E OUTROS – proclamam, de maneira imorredoura, a criatividade e a inteligência do Governador Cortez Pereira. Se não realizou mais, foi porque lhe faltaram tempo e os recursos financeiros necessários para ir adiante.

Nas suas famosas conferências, ele sempre chamou a nossa atenção para este dado: a natureza do Rio Grande do Norte não é adversa; nós é que trabalhamos com fatores adversos à natureza.

Verdade é que, no período do seu governo, isto é, de março de 1971 até março de 1975, ele realizou uma nova descoberta do território potiguar. Mostrou que é desenvolvendo as nossas potencialidades, com criatividade e obstinação, que alcançaremos os mais elevados patamares do progresso, que todos almejamos.

Por isso, Professor José Cortez Pereira, enquanto das entranhas das terras ariscadas da Serra do Mel brotarem castanhas e cajus; enquanto das águas salgadas do nosso litoral emergirem os camarões em milhares e milhões de toneladas; enquanto a água de côco afagar a nossa sede, o povo norte-riograndense será grato ao seu trabalho inovador e aplaudirá o seu maravilhoso talento. Como potiguar, gratíssimo pela bela página que Vossa Excelência escreveu na nossa História!

*** Saudação que o Professor Itamar de Souza fez ao Dr. José Cortez Pereira, Ex-Governador do Estado, no dia 16 de junho de 2001, por ocasião do encerramento do Primeiro Congresso de Direito Ambiental e Urbanismo, no Centro de Convenções de Natal, promovido pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN)**

"O Cristianismo não é uma filosofia, um código de direito, uma cultura, uma civilização. É vida e tem de viver-se. Mas só a vida cristã é vida perfeita. E o seu manancial é a Eucaristia".

Padre Luiz Monte

Padre Monte – Apóstolo Do Evangelho

Século Século Século **Marcos Maranhão***

Existiu no Rio Grande do Norte um homem de grande valor espiritual, moral e intelectual cuja cultura científica abrangeu todos os campos do conhecimento humano. Foi um sacerdote de Cristo: padre Luiz Monte.

Minha mãe, Dária Cavalcanti Maranhão, fora sua aluna de Ciências Naturais, no velho Ateneu e me falava da vasta erudição do seu professor. Meu, pai, Djalma Maranhão, líder nacionalista, prefeito e deputado mostrava uma afeição ao padre Monte, transmitida a D. Nivaldo. Li, ainda rapaz, o livro do Padre Jorge O'Grady sobre o Padre monte através de Palmira Wanderley e do Padre Luiz Wanderley, meu pároco e professor de latim tomei conhecimento de vários escritos do Padre Monte do qual me tornei admirador confessado.

Dele afirmou Nilo Pereira: "Mais do que professor era Mestre. Foi o pesquisador solitário, o cientista autêntico, o humanismo admirável, capaz de valer sozinho uma Academia."

A filosofia, a história, a matemática, a física, a química, a psiquiatria, a geologia, a botânica, a paleontologia, a biologia, a geometria, a teologia, a poesia e a prosa da literatura eram comuns a este gigante do intelecto que faleceu em plena mocidade, sendo chamado por Jesus ao céu, ele, que tanto batalhou pelo cristo na terra.

Palmyra Wanderley, a grande poetisa potiguar, tão amiga de meu pai, Djalma Maranhão, publicou na "República" em março de 1944, dedicado a memória do Padre Monte o belo soneto "No Campo Santo"

I
"Aqui repousa o sacerdote angélico
De consciência pura e alma serena...
Aqui sossega o sábio no evangélico,
Tão grande em sepultura tão pequena.

II
Aqui descansa o padre humilde, o célico,
O manso e bom. Pastor de doce avena...
Aflorava em seu riso triste e mélico,
A indiferença à sedução terrena.

III
Da vida amarga espinhos dissipava,
Jardineiro das almas procurava
De perfumes celeste embebê-las...

IV
Mãe desolada, enxuga o pranto aflito
Que o teu filho, nas dobras do Infinito
Foi celebrar a missa das estrelas."

Otoniel de Meneses, o celebrado autor de "Praieira", publicou em 14 de junho de 1931 o soneto "Sobre as Ondas", dedicado ao Padre Monte. Veja-se a benéfica influência cristã de Padre Monte sobre o grande Otoniel, por alguns, citado, maldosamente, como ateu, sendo católico.

I
"O maior dentre nós — nem rico ou sábio –
Por mais que neste val goze ou mereça,
Pode afastar a mão da sorte, avessa,
Quando o cálice horrendo impõe ao lábio...

II
O tempo (alveja o dia, a noite desça)

Escreve no seu mágico alfarrábio,
A sentença fatal: glória ou resábio
De amargura e irrisão: - ponta ou cabeça...

III
Cumprem-se as Escrituras! Torvo, lento,
O anjo negro de Pathmos alça o gládio,
- Risca, de norte a sul, o firmamento...

IV
Rui, em surdo golfão de fogo, o mundo...
Jesus, fica conosco! És o Palladio,
A Arca da Aliança, neste mar profundo!"

Nestes nossos dias de impiedade, quando o mal se espalha sobre o mundo, e o egoísmo caracterizado no Demônio da globalização, e o comunismo ameaçam a Terra, o exemplo do Padre Monte, fiel seguidor do Divino Mestre deve ser divulgado, amplamente, para o bem da humanidade.

Luiz Gonzaga do Monte, desde menino orientou-se para Deus, admirando Cristo, o Verbo, e suas relações com o Pai, começando suas missas citando São João: "No princípio existia o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada foi feito. Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens, e a luz resplandece nas trevas e as trevas não o receberam. Esteve no mundo e o mundo foi feito por Ele e o mundo não o conheceu. Veio para o que era seu e os seus não o receberam. Mas a todos que o receberam, deu o poder de se tornarem filhos de Deus, aos que acreditaram no seu nome. Os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem mas de Deus. E o verbo se fez carne e habitou entre nós."

Contou-me o Padre Luis Wanderley que o Padre Monte conhecia a Bíblia nos textos originais do aramaico, grego e latim. Combatia amplamente o bom combate, defendendo a doutrina e mostrando, pela ciência a vitória da Fé.

Gostava de citar o Sermão da montanha, de conformidade com São Mateus: "Vendo Jesus aquela multidão subiu a um monte e tendo-se sentado aproximando-se dele os seus discípulos. Ele pondo-se a falar os ensinava, dizendo:

"Bem aventurados os que têm espírito de pobre porque deles é o reino dos céus.

Bem aventurados os mansos porque possuirão a terra.

Bem-aventurados os que choram porque serão consolados.

Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça porque serão saciados.

Bem aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia

Bem aventurados os puros de coração porque verão a Deus.

Bem aventurados os pacíficos porquê serão chamados filhos de Deus.

Bem aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça, porque deles é o reino dos céus"

Ressalte-se em Padre Monte sua profunda obediência e respeito ao Santo Padre. Seguia em tudo as determinações do Sucessor de São Pedro. Acreditava, como Papini, que só podia haver uma revolução eficaz: A transformação do coração do homem para melhor, através de Jesus Cristo. Longas horas passava conversando com seus amigos o Padre Wanderley e o Padre Walfredo, em muitos momentos de oração. Gostava da oração que o próprio Jesus ensinou aos discípulos, o "Pai Nosso" e a "Ave Maria". Defensor fiel dos dogmas da Igreja, várias vezes era encontrado rezando o Credo Niceno-Constantinopolitano: "Creio em um só Deus, Pai todo poderoso, Criador do céu e da Terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, luz da Luz, Deus Verdadeiro de Deus Verdadeiro; gerado, não criado, cosubstancial ao Pai. Por Ele todas as coisas foram feitas. E por nós homens , e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria e se fez homem. Também por nós foi crucificado sob Pôncio

Pilatos; Padeceu e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras, e subiu aos céus, onde está sentado à Direita do Pai. E de novo há de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos e seu reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos profetas. Creio na Igreja, una santa, católica e apostólica. Professo um só batismo para remissão dos pecados. E espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que há de vir."

A obra do Padre Monte ficou esparsa em jornais e velhos documentos, sendo recolhida por Jurandyr Navarro, que realizou sua Antologia.

Deus, nos seus desígnios incomensuráveis escolheu Jurandyr para pesquisar juntar e difundir esta obra perdida e apresentá-la a posteridade, atônita e deslumbrada diante do esplendor do gênio.

Da imensa produção de Luiz Monte, santo e sábio aos olhos de Deus e dos Homens foram recolhidas algumas jóias cintilantes capazes de mostrar a grandiosidade do tesouro que se encontrava oculto diante de todos, talvez porque só agora a humanidade tenha de entender o campeão da fé, o cientista que debatia física nuclear antes de Einstein, o gigante de interpretação da História Universal nos planos de Deus, o erudito que dominava o grego, o latim, o alemão, o inglês, o francês, o português, o hebraico e aramaico.

Mais do que tudo isso ressalte-se o glorificador da Santíssima Trindade, o filho querido de Jesus, o devoto místico de Maria.

Tenho certeza que neste começo de milênio tão carregado das maldades do Demônio, Deus permitirá os milagres de Luiz Monte e confio plenamente na sua elevação a glória dos altares, canonizado como santo, pra maior glória de Deus e da santa Igreja e salvação das almas.

***Marcos Maranhão, Advogado, Sociólogo, Escritor, Orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.**

Sobre o padre Luiz Monte, disse seu biógrafo, cônego Jorge O´Grady de Paiva: "Não havia fronteiras para sua inteligência. O seu enciclopedismo cultural permite aproximá-lo de Vicente Beauvais, do Venerável Beda ou de Isodoro de Servilha ... Brilhavam-lhe tais centelhas de intuição que tinha quase o dom de adivinhar".

O Século da Luz

João Humberto de Vasconcelos*

Tem sido contínua a marcha da Humanidade no caminho da História.São gerações que passam e se sucedem, deixando inacabada a obra para ser continuada pelos viventes sucessores.

Pela análise histórica, estancamos no longo período da Idade Média. Mas será que paramos mesmo? Ou será que naquela longa fase da História Humana se tenha desenvolvido o gênio da criação científica? Não vamos discutir o fato, vamos considerá-lo.

No último quartel do século XVIII, tivemos a máquina a vapor, ponto de partida para inúmeras criações do gênio humano. A partir de então, desencadeou-se o movimento que ficou conhecido como a Revolução Industrial. Tirou-se o homem do centro gerador de riquezas, colocando-os na periferia das máquinas . A ferramenta, até então, coadjuvava-o na feitura de sua obra e, nesta, ele plasmava a sua marca, um traço quase de sua personalidade. A máquina veio para, paulatinamente, se impor, para extinguir traço de cunho pessoal que chancelava cada obra da lavra do artesão. A obra perdeu, assim, o traço de união com seu criador, pois este desapareceu atropelado pela nova ordem dos projetos industriais. A automação substituiu a consciência da necessidade dos atos de manuseio pessoal. A execução do trabalho fabril, executado sob o império das Corporações de Ofício, perdeu sua razão de ser:

Os inventos se multiplicam em ritmo febril. As atividades se dividem e se especializam. Surgem milagres nos meios de comunicação: vem o telégrafo sem fio, vem o rádio, vem a vulgarização do uso da eletricidade , vem a televisão, chega o telefone. Aparece o computador. As indústrias competem e lançam no mercado seu produtos, os quais, mercê das contínuas pesquisas, incitam perplexidade nos consumidores: é que o novo lançamento deixa seu antecessor ultrapassado.

O mundo se torna fantástico: aparecem o avião e o automóvel. O telefone assume sua forma popular e distintiva de importância e significação social. E o celular. Os hábitos se modificam. Aparece o plástico e dita as suas miríades de aplicações.

Revoluciona-se a Medicina. A infra-estrutura sanitária, as vacinas, os antibióticos, os transplantes de órgãos, tudo isso determinou a prorrogação da morte que já não se impõe com tanta inexorabilidade, substituem-se corações e as vidas continuam.

O homem arroja-se mais. Prepara seus engenhos e viola as entranhas do Cosmos até então resguardadas no ministério da intangibilidade. Afronta-se o espaço infinito e procura-se a definição exata das coisas que Deus criou.

Moldada nos novos termos existenciais, no atropelo das novidades sucessivas, a juventude rebela-se e dá seu grito de independência, para estupefação e inconformidade dos mais velhos.

Os povos sacodem o jugo da milenar subserviência e discutem influência política no concerto das Nações. Criam-se Organismos Comunitários para salvaguardar os interesses das Nações. Surgem as Agências Internacionais de Desenvolvimento. Procura-se aprender com as conseqüências das calamitosas guerras que deslustraram o brilho natural das conquistas humanas.

As Sociedades continuam sua marcha febril incendiada pelas novidades e, sem tempo de parar para meditar, caminham perplexas ante o fenomenal desvario universal.

A técnica sobrepõe-se à importância tradicional do capital na consideração dos fatores de trabalho. A inovação tecnológica altera os termos da equação matemática da produção. As sociedades industriais avultam a sua incomensurável importância e criam mundos fantásticos, e alteram o comportamento humano, e ditam as normas de conduta, e ditatorialmente, influenciam decididamente as leis que regem o curso da História Humana.

Antigos conceitos de conduta pessoal e social são ab-rogados, e surgem as posturas justificadas pela Modernidade. Até a rígida estrutura das Religiões se alteram nos seus procedimentos litúrgicos, sem prejuízo de seus dogmas, e louvam e adoram a Deus de modo espetacular, para encanto e gáudio das multidões.

Talvez nos caiba uma grave consideração e precisemos cultivar permanente meditação: os proveitos e as benesses da moderna Tecnologia e do Progresso têm ensejado usufruto equânime para as pessoas que formam as Comunidades Internacionais?

Assim, fomos surpreendidos pelo Século XX, o Século da Luz o Século do inédito, o Século da viabilidade absoluta.

***Funcionário aposentado do Banco do Brasil, Bacharel em Direito, Pro-Reitor da UFRN, Escritor, Diretor da AFABB/RN (Associação dos Funcionários Aposentados e Pencionistas do Banco do Brasil) e Pensador Católico.**

"Sinto em mim o borbulhar
do gênio".

Castro Alves

Amélia Earhart

Século Século Século **Pery Lamartine**

Ela foi uma das mais ousadas aviadoras do seu tempo e de todos os tempos. Em 1918 trabalhava como funcionária de um hospital militar em Toronto/Canadá, quando começou a se interessar pela aviação, mas só em 1922 conseguiu, em Los Angeles, o seu "brevet".

Em 1927, Amélia e o resto do mundo celebrava a travessia do Atlântico Norte, por Charles Lindenberg. O Sr. George Palmer Putnan, editor de livros e amigo de Amélia, inspirado na travessia de Lindenberg, imaginou uma repetição daquele feito, sendo realizado por uma mulher, mesmo que ela fosse de passageira. "Daria uma ótima história", achava ele. Conhecendo o envolvimento de Amélia com a aviação, convidou-a para aquela aventura e para surpresa dele, ela aceitou o desafio. A viagem foi planejada, usando um avião Fokker chamado "Friendship", levando o experiente piloto Willian Stulutz e o mecânico Gordon. Amélia iria de segundo piloto pela pouco experiência que tinha. O vôo partiu dia 17 de junho de 1928, de Trepassey Bay, Newfoundland/ Canadá e 20 horas e 40

minutos depois pousou em Burry Port no país de Gales. O resultado dessa travessia foi o livro que Amélia escreveu (**20 hours, 40 minutes; our Flight in the Friendship**) publicado por Putnam, com grande sucesso. Em 1932 repetiu a travessia, desta vez sozinha. Nessa oportunidade ela foi recebida até pelo Senado francês. Em 7 de fevereiro de 1931 contraiu matrimônio com seu editor, Mr. George Palmer Putnam em Noank Estado de Connecticut.

A partir daí Amélia fez vários "raids" pelos Estados Unidos, Méxicos e Havaí. Tinha, porém, na cabeça uma meta bem mais ousada: uma volta ao mundo pela rota do equador. Com a ajuda do esposo, comprou um bi-motor moderno para a época (Electra), com equipamentos sofisticados (tinha até piloto-automático, uma novidade nos aviões de então). Planejou a rota a ser seguida: decolava de Oakland (São Francisco da Califórnia) Para Honolulu, ilhas Howland, Nova Guiné e Port Dawin/Austrália. Daí seguia para a África Passando pela Arábia Arábia e depois o Brasil, retornando ao ponto de partida. Estava previsto voar cerca de 10.500 quilômetros sobre água.

No dia 17/03/1937 partiu para iniciar a sua aventura. Na chegada em Honolulu foi acidentada; retornou a Califórnia, reparou o avião e reformulou a rota preferindo agora seguir pelo Leste. Levava em sua companhia o navegador Fred Noomam. No dia 19 de maio seguinte partiu para Miami, onde ficou alguns dias e prosseguiu para Porto Rico, Paramaribo, Fortaleza no Ceará e Natal. Pousou em Parnamirim dia 07/06/1937 às 06:55 da manhã. Aqui, foi hóspede do inglês Scottbroock e escreveu o seguinte comentário sobre o nosso Aeroporto: "é enorme, com pistas longas bem demarcadas e grandes hangares. Com aviões franceses, americanos, alemães e brasileiros pousando e decolando a todo instante, eu imagino que é o aeroporto mais cosmopolita e multilíngua do nosso hemisfério". Na madrugada seguinte, partiu no rumo da África. Gastou 13:02h na travessia do Atlêntico Sul. De Dacar seguiu direto para a Arábia, sobrevoando a África Central. Chegou a Karachi e prosseguiu para Singapura, Austrália e Nova Guiné. No dia 02 de julho Amélia decolou de Lae (Nova Guiné) para enfrentar o Oceano Pacífico, no rumo das Ilhas Howland, um minúsculo ponto no meio

daquele oceano. Desapareceu no mar sem uma causa aparente. O jornal americano Herald Tribune, naquela data recebeu de Lae, uma mensagem comunicando a decolagem dela, as 10 horas (hora local) com destino as ilhas Howland. Após 7 horas de vôo ela mandou uma mensagem comunicando sua posição e que já havia voado 800 milhas. Mais tarde passou outra comunicação informando do céu nublado e coberto. Uma hora adiante passou outra mensagem dizendo que estava voando em círculo. Julga-se que ela já deveria estar próximo as citadas ilhas. Cinco horas depois ela passou o que seria a sua última mensagem: "Estamos voando para frente e para trás, procurando a Ilha". Não se ouviu mais nada de Amélia. Presume-se que na manhã de 3 de julho o avião ficou sem combustível e caiu no mar. Foi montando uma enorme operação de salvamento pela Guarda Costeira Americana, com aviões e barco cobrindo uma área de 265 mil milhas quadradas sem qualquer sucesso. No final de julho as buscas foram suspensas e a afamada aviadora e seu navegador foram dados como mortos. Se tivesse conseguido completar a volta ao mundo pela rata do equador, teria voado 27.000 quilômetros. De qualquer maneira o seu nome ficou ligado aos grandes feitos aviatórios do mundo. Não teve patrocinador; sua renda era o resultado da venda de envelopes de mala postalpara colecionadores. As mensagens enviadas pelo correio ao seu marido, de cada lugar que pousava, Mr. Putnam reuniu todas elas e transformou no livro intitulado **The Last Flight**, ainda hoje bem vendido nos Estados Unidos. Deixou escrito alguns pensamentos e até um poema que parece haver sido inspirado nela própria:

CORAGEM

Coragem é o preço que a vida exige para conceder a paz.
A alma não a conhece, não sabe se libertar
Das pequenas coisas;
Não conhece a pálida solidão do medo
Nem a altura das montanhas, onde a amarga alegria pode ouvir
O zumbido das asas.

Como pode a vida nos conceder a dádiva de viver, compensar
As lúgubres tristezas e ódio impregnado!
A não ser que ousemos.
O domínio da alma? Cada vez fazemos uma escolha, pagamos
Com a coragem para suportar o dia sombrio
E considerá-lo favorável.

Fontes consultadas:

Os livros: - The Last Night – Amélia Earhart – Organizado por George Palmer Putnam Conscise Dictionary of Great 20 th Century Biographies – Karyn Knox Domam Editors. Histórias da Aviação no Rio Grande do Norte – Paulo P. Viveiros – Editora Universitária – Natal – setembro 1974.

***Escritor, Membro da Academia Norte Riograndense de Letras e Agente de Viagens.**

Monsenhor Honório, O Santo Macauense

Gilberto Avelino

No meu livro – AS MARÉS E A ILHA, através da balada, em homenagem às andorinha, que emigraram, disse-vos:

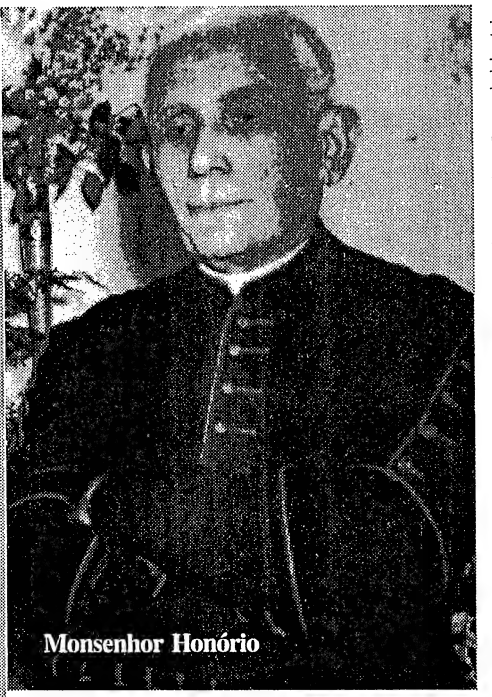
Da minha terra, emigraram
As andorinhas. Por longo tempo,
Detiveram o manso domínio
Dos rumos da cidade.

Nas tardes em neblinas,
Ou nas tardes de verão alto,

Elas vinham,
Ora isoladas,
Ora em bandos,
alegres,
revoluteando.

E povoavam (para a ternura
e o descanso)
" a alva torre do antigo presbitério" –
onde, em sussurro,
rezava
o Monsenhor Honório
(...)

À hora do ***Angelus***, em que o sol lembra pássaro marinho sangrando, e que marca as nuvens de forte vermelho – cinza, levando,


Monsenhor Honório

fundamente, o homem à reflexão, à ternura e à bondade, erguia-se a voz, em prece, do **Monsenhor Honório**.

Levemente, moviam-se os seus lábios, e as mãos, habituadas ao perdão, e que mantinham o gesto de consolar os aflitos, pousavam sobre o seu **Breviário**, tudo se harmonizando com a oração, pronunciada em leveza, semelhante ao silêncio, em favor de todos nós e da nossa terra.

Já no átrio da igreja, os seus olhos volviam-se à "alva torre do antigo presbitério", abençoado as andorinhas, que cantavam a paz e buscavam o sono.

Por forma suave e lenta, soavam os seus passos, no caminho do retorno À casa paroquial.

No vagaroso percurso, entre a igreja e a sua casa, era, decerto seu pensamento povoado por superiores e puras lembranças: do dever cumprido, no infatigável labor da evangelização; do solidarismo aos desprotegidos e humilhados; da súplica permanente em benefício da competência e honradez do homem público; da fé plantada na alma do povo, preservando-lhe o anseio de crescer ou assegurando-lhe a esperança de que jamais faleceriam aos meios, garantidores da sobrevivência, farta e ricamente postos à sua disposição, pelo chão salgado.

Ao fazer o seu itinerário, recebia, dos seus conterrâneos, o festivo alvoroço, para beijar-lhe a mão, ante o que os abençoava, sorrindo enternecido.

Assim, era o **Monsenhor Honório**, extremamente cordial e

bom, sem a mácula, ou sem a pátina do grave pecado, desde a exercitação do sacerdote, no esplendor da sua juventude, à grandeza do amadurecimento dos anos no seu apostolado.

Soube, portanto, dignificar-se, santificando-se no seu glorioso ofício.

Para melhor dimensioná-lo, objetivando o homenagear, e louvar-lhe a memória, ponho em relevo os soberanos versos do seu afilhado, o poeta **EDINOR AVELINO**:

"MONSENHOR JOAQUIM HONÓRIO DA SILVEIRA

Lidando no seu belo e santo apostolado,
Igual a Frei Damião e ao padre João Maria,
à contrição e ao bem de todos – devotado,
para a graça de Deus, o caminho alumia.

As criancinhas estão, quase sempre, ao seu lado.
A inocência ele atrai, como Jesus fazia.
O enfermo, o triste, o cego, o faminto, o aleijado,
abençoa, consola e ampara todo o dia.

Ensinou-lhe a ser manso, humilde e sorridente,
a ter no coração – caridade e doçura,
São Vicente de Paulo, o meigo São Vicente.

Quando disser na terra, a prece derradeira,
Há de subir ao céu, alma serena e pura
De Monsenhor Joaquim Honório da Silveira".

*Advogado, Escritor e Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

"O verdadeiro deve prevalecer sobre o útil, o bem sobre o bem-estar, a pessoa sobre a estrutura".

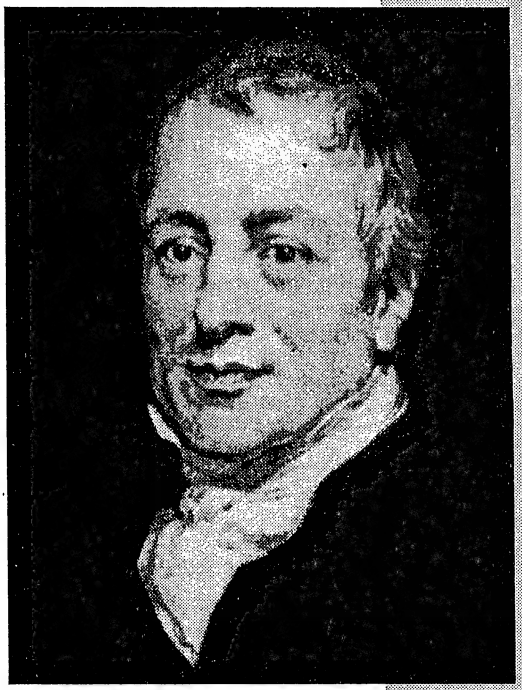
João Paulo II

Um Economista Autodidata e Homem de Negócios

Século Século Século **Paulo Pereira dos Santos***

Naquele século em que todos os grandes economistas passavam pelos bancos acadêmicos, David Ricardo era uma das exceções. Fora autodidata, chegando a conhecer e aprender todas as teorias econômicas da época, a ponto de passar a escrevê-las, aprofundando-as, enriquecendo-as e formulando outras.

Vejamos a seguir uma síntese da trajetória deste grande economista e precoce homem de negócios. Bem sucedido nas duas atividades. Era inglês, nascera em 1772 e falecera em 1823. Membro de destaque da Escola Clássica de Economia Política e considerado o mais importante sucessor de Adam Smith. Filho de um rico capitalista que havia feito fortuna na bolsa de valores. Era de origem judaica. Estudou em seu país e na Holanda, mas não participou de curso universitário. Logo cedo, apresentou pendores para negócios, passando a operar na Bolsa de Valores de Londres por conta própria, conseguia



David Ricardo
1772-1823

acumular grande fortuna antes de completar 30 anos de idade. Ele se mostrou conhecedor prático e profundo da vida econômica capitalista, mesmo antes de tentar conhecer esse mundo econômico no campo teórico. Em 1799, lia a Riqueza das Nações, de Adam Smith e, a partir daí, até o final de sua vida, passou o tempo estudando e escrevendo a respeito de assuntos ligados à Economia Política. Ninguém, na época, teve como ele a capacidade brilhante de elaborar um modelo abstrato de como funcionava o capitalismo. Nisso ele foi insuperável na sua época. Ricardo, como Adam Smith, exerceu uma forte influência sobre o marxismo radical e sobre as tradições neoclássicas conservadoras da teoria econômica, criou um tipo de modelos econômicos abstratos e dedutivos que, até hoje, vêm controlando a teoria econômica. Na verdade, Ricardo foi um dos principais economistas que mais influenciaram a atualidade.

É importante ressaltar que, tanto os predecessores de Ricardo como seus contemporâneos e sucessores, que desenvolveram a Economia Política, foram acadêmicos e intelectuais que interpretaram a realidade econômica a partir de conceitos abstratos. Na época, os chamados "práticos" não tinham vez na teorização da economia, mostravam-se incapazes e com carência de visão larga e profunda sobre esse assunto. Mas Ricardo quebrou esse tabu, fazendo-se um autor de enorme capacidade analítica e de consistência lógica incrível, o que lhe permitiu ser respeitado como um dos maiores economistas do mundo. A época conturbada de Malthus foi a mesma de Ricardo e, como aquele, sofreu influência da Revolução Francesa, da Revolução Industrial, da crescente insatisfação da classe operária e do conflito entre capitalistas e os proprietários de terra. A opinião de Ricardo sobre a classe operária não era, na sua essência diferente da de Malthus. A teoria da população de Malthus foi aceita por Ricardo bem como suas conclusões relativas à natureza e às causas da pobreza dos trabalhadores. É tanto que Ricardo afirmou: **"Aproveito a oportunidade para expressar minha admiração pelo ESSAY ON POPULTION de Malthus. Os adversários dessa grande obra somente serviram para demonstrar a sua força; e estou convencido de que a reputação a que o seu autor faz justiça aumentará, à medida que essa ciência for se desenvolvendo, da qual constitue tão notável expressão".**

(Ricardo, David, Princípios de Economia Política e Tributação, Abril Cultural, São Paulo, SP, 1982 p. 269).

Vale dizer que Ricardo e Malthus tinham opiniões diferentes com relação à questão social do conflito entre capitalista e os proprietários de terras. Os interesses da classe capitalista eram defendidos por Ricardo. Este discordava de Malthus da teoria do valor e da teoria da superpopulação.

SUAS OBRAS

Na verdade, Ricardo, como já se viu, foi influenciado, profundamente, pela obra de Adam Smith, Riqueza das Nações. Leu-a, estudou-a e depois de 10 anos publicava o seu primeiro livro, em 1810, intitulado de The High Price of Bullion a Proj of the Depreciation of Banck Notes (O Preço elevado dos Lingotes de ouro, uma prova da Depreciação das Notas de Banco). A questão do restabelecimento dos pagamentos em moeda foi colocada na ordem do dia por Ricardo nessa sua obra.

Quando havia debates acirrados sobre a legislação de cereais, em 1815, no Parlamento e na imprensa, Ricardo publicava o seu ESSAY On the Influence of the Low Price of Corn on the Profits of Stock (Ensaio Sobre a Influência do Baixo Preço do Trigo nos lucros de Estoques) que repercutiu bastante nos meios econômicos e políticos da época, porque essa obra tratava da questão do protecionismo à agricultura e seus resultados sobre a divisão da renda e o crescimento econômico.

Em 1816, era publicado a sua terceira obra, Proposals for Economical an Secure Currency (Propostas Para Uma Circulação Monetária Econômica Segura). Mas sua obra mais importante surgia em 1817, The Principles of Political Economy and Taxatron (Princípios de Economia Política e Tributação). Este livro apresenta as mais significativas realizações de Ricardo na esfera da teoria do valor e da distribuição.

Naquele tempo, Ricardo, com seus escritos, despertou a atenção de muitos economistas influentes, como Thomas Robert

Malthus, Jeremy Benthan e Jean Baptiste Say, que mantiveram contatos e entendimentos com ele a ponto de se tonarem seus amigos. No processo do seu trabalho intelectual, Ricardo tinha, como hábito ou método, elaborar e desenvolver suas idéias confrontando-as com as desses pensadores, seus amigos. E sob essa linha metódica de trabalho confrontal ele produziu grande parte de suas obras completas.

SUAS TEORIAS

Não há dúvida de que Ricardo, ao lado de Adam Smith, foi o maior representante da Escola clássica de Economia Política. E sua importância para a Economia Política de hoje é ainda significativa. Isso se manifesta nos nossos dias atuais através das formulações de conceitos teóricos feitos pelos economistas, quando se deparam com problemas da teoria de valor, da repartição de renda, do comércio internacional e do sistema monetário. Com outras palavras, os estudos sobre esses assuntos, pelos atuais economistas, têm como ponto de partida as formulações teóricas feitas por Ricardo no início do século passado.

A verdade é que as questões teóricas de Ricardo vêm através de décadas recebendo contribuições de aperfeiçoamento no sentido de se tonarem mais precisas, mais enriquecidas e generalizadas, mas nunca superadas. A imortalização do pensamento de Ricardo, como a de Malthus, Smith, Marx e outros, está no fato de ele ter abordado vários assuntos clássicos que constituíram referenciais obrigatórios para todos aqueles que querem estudar, aplicar ou repensar os fundamentos da Economia Política.

No campo do comércio internacional, Ricardo desenvolveu a célebre **"Teoria das Vantagens Comparativas"**, que consiste em cada país se especializar na produção de determinados bens que apresentem maiores vantagens, isto é, em que seus custos de produção sejam mais baixos do que os dos seus concorrentes.

Foi visto, na obra de Adam Smith, a "Teoria do Valor-Trabalho" com certas falhas, Ricardo a desenvolveu com mais profundidade e

acuidade. Essa teoria tem como idéia básica o fato de que na troca de mercadorias tende a ter uma troca de quantidades iguais de trabalho, insumado na sua produção .

Ele afirmava que, apesar de todas as mercadorias que tinham valor precisassem ter utilidade, porque do contrário não seriam colocados no mercado, contudo, esta utilidade não determinava o valor. E argumentava: **"A água e o ar são extremamente úteis; são de fato indispensáveis à existência, embora, em circunstâncias normais, nada se possa obter em troca deles. O ouro, ao contrário, embora de pouca utilidade em comparação com o ar ou com a água, poderá ser trocado por uma grande quantidade de outros bens.**

A utilidade, portanto, não é a medida do valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial". (IBID.P. 43). Ele ainda, como reforço, dizia que as mercadorias que tivessem utilidade, seu valor de troca viria de duas fontes: "De sua escassez" e da quantidade de trabalho necessária para produzi-las.

Era difícil a aplicação da lei do valor com relação à repartição da renda entre capital e trabalho. Simith tinha conhecimento de que o assalariado não podia receber o valor integral gerado pelo seu trabalho, por isso, adotou a fórmula segundo a qual o valor de cada mercadoria era composto de salários, lucro e renda. Ora, a renda, a rigor, não é compatível com a **Teoria do Valor-Trabalho**.

Ricardo afirmava que, quando o salário era reduzido, o lucro aumentava e quando o salário se elevava, o lucro diminuía. Em resumo, o salário e o lucro eram inversamente proporcional, quando variavam.

Dizia ainda Ricardo que a renda tenderia a aumentar paralelamente ao crescimento demográfico. Imaginava ele que o desemprego, no sistema capitalista, tendia a ser um fenômeno limitado. Para sua surpresa, mais tarde, constatava o rápido crescimento populacional e o declínio constante dos salários, alcançando níveis de subsistência.

Ele fez uma grande descoberta, verificando que se os capitais estão sujeitos à mesma taxa de lucros, o valor das mercadorias passará a depender não só do tempo de trabalho exigido pela sua produção, mas também, do valor do capital nela aplicado e do seu

tempo de rotação. Constatou isso na variação de valores que acontece em função das mudanças na taxa de lucro. Por exemplo, se a taxa for diminuída, os bens do segmento que utiliza muito capital por trabalhador vão ficar mais baratos em comparação aos bens do segmento em que o valor do capital, por trabalhador for menor. Isso, se mantida a quantidade de trabalho incorporado nos diferentes bens, isto é, sem mudança.

Ricardo não percebe toda a importância dessa sua descoberta e a considera como uma forma de corrigir a Lei do Valor. Essa importância foi percebida por Marx quando estudava a Lei do Valor, de Ricardo. Mais tarde, com a contribuição de Sraffa em **"A produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias"**, confirma-se a intuição de Ricardo de que os preços relativos das mercadorias são determinados simultaneamente pela quantidade de trabalho nelas incorporado e pela repetição da renda entre capital e trabalho.

A inflação era, também, objeto de discussão na época de Ricardo. E este atribuía a subida dos preços e do ouro à emissão excessiva de notas incoversíveis. Essa sua afirmação seria hoje considerada como "monetarista". Depois de analisar, estudar, longamente, a influência do crescimento do volume de meios de pagamento sobre os preços, ele chegou a concluir a formulação da **"Teoria Quantitativa da Moeda"**, que até hoje se constitui em fundamentos para a **Teoria Monetária**. O "Padrão Ouro" fora, também, estabelecido por ele, quando tentava demonstrar que o comércio internacional em condições de liberdade, se todos países adotassem moeda totalmente conversível, o volume de moeda se distribuiria entre eles de tal forma que, em cada um, o nível de preços seria pragmaticamente constante.

A Teoria da Renda da Terra, de Ricardo, era definida por ele como sendo **" a parte do produto da terra que é paga ao seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo" (IBID., p. 65).** Essa renda, como dizia Ricardo, é com freqüência confundida com os juros e "como lucro do capital". Na linguagem popular, esta palavra significa o pagamento anual de um agricultor ao dono da terra em que aquele trabalhou. A teoria da

determinação da renda era baseada em duas premissas: a primeira era a de que a terra tinha diferentes fertilidades, e que todas as terras poderiam ter uma ordem a partir da mais fértil para a menos fértil; a segunda mostrava que a concorrência sempre igualava a taxa de lucro dos fazendeiros capitalistas que fossem arrendatários de terra.

CONCLUSÕES

Aos 21 anos de idade, Ricardo casou-se com uma jovem contra a vontade de sua família, o que levou a abandonar a religião judaica e separar-se do pai.

A partir daí, passava a operar na Bolsa de Valores, tendo sido bem sucedido e acumulado vultosa fortuna aos 30 anos de idade, como vimos em páginas anteriores. O mais surpreendente, de tudo isso, foi ele saber desempenhar, com competência, as duas atividades e ser vitorioso em ambas, coisa não comum na época.

Apesar de não ter cursado a universidade, sendo um autodidata, conseguiu conquistar credibilidade nos meios acadêmicos e intelectuais daquele tempo, graças à fundamentação teórica e lógica dos seus escritos econômicos.

As principais formulações teóricas, por ele defendidas, foram aprimoradas e aprofundadas por outros economistas e nunca revogadas, sendo até hoje respeitadas. Seu pensamento econômico foi imortalizado pelo fato de ele ser autor de várias abordagens clássicas que se transformaram em referências obrigatórias para os estudiosos que desejarem aprender ou rediscutir as bases da Economia Política. Por isso, foi considerado o legítimo sucessor de Adam Smith, como o doutor mestre da economia Política.

Pode-se concluir que a contribuição de Ricardo para a Economia Política foi grandiosa, não só pela abrangência e relevância dos assuntos abordados, mas também pela agudeza de habilidade com que utilizou o método lógico-dedutivo.

Prof. Aposentado da UFRN, Economista, Escritor e Sócio Efetivo do IHGRN.

"Todos os fiéis, seja qual for o seu estado ou classe, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade".

(Lúmen Gentiun, 40)

Estigmatizados

Século Século Século Padre Luiz Monte

Os detratores gratuitos do misticismo se habituaram a ver na estigmatização um sintoma irrecusável de nevrose ou de histeria. Na tarefa ingrata de justificar o que afirmam, apelam para o testemunho sereno dos fatos e da experimentação científica. Por um lado, asseguram, a histeria pode determinar, perturbações vaso-motoras localizadas e persistentes, equiparáveis aos estigmas; as cianoses as asfixias locais pela contração espástica dos capilares; dos edemas, os fenômenos dermográficos e tantas outras. Por outro, experimentalmente se tem podido provocar manifestações tróficas da pele dos histéricos hipnotizáveis. A experiência é bem simples coloca-se nos braços de um histérico um retângulo de papel gomado, um selo postal, por exemplo, tendo-se a precaução de envolvê-lo com uma atadura espessa. Persuade-se, então, ao paciente que se acaba de lhe pôr um vesicatório no braço. Passadas algumas horas, retirando-se a atadura, ter-se-á a surpresa de encontrar um flictema, uma ampola cheia d'água sob a epiderme, como se tratar-se de uma vesicatório real. A sugestão foi suficiente para determinar a formação da bolha, sem a presença de substância alguma vesicante. Sobre as bases mal seguras dessas premissas de legitimidade ainda não discutida, é um fenômeno confinante com a histeria; o estigmatizado não passa de um histérico mais ou menos caracterizado.

Convenhamos que há certos fenômenos tróficos da pele, comuns aos místicos e aos histéricos; mas aí concluir-se que todo estigmatizado é um histérico é simplesmente absurdo. Antes de prosseguirmos, digamos de passagem que um estudo mais aprofundado da questão e uma revisão mais cuidadosa dos fatos vieram revelar o quanto de fantasia existe nas apressadas afirmações dos que enxergam nos estigmas uma expressão da histeria. O conceito moderno da histeria evoluiu muito. Os autores recentes têm oposto uma discreta reserva, dando não um formal desmentido às

entusiásticas dos primeiros estudiosos do assunto em questão. A interferência do fator histeria na gênese dos fenômenos tróficos é definitivamente desprezível. Babinski e Opnhein, e isto só para citar o prestígio de dois grandes nomes, trabalhando com histéricos hipnotizáveis, os quais conseguiram, em condições de absoluto controle, reproduzir por via sugestiva, alteração algum da pela localizada e persistente. As vesículas invocadas por sugestão em pacientes histéricos, são possíveis tão-somente quando tenham experimentado anteriormente os efeitos de vesicatório verdadeiro. Sem está condição o **edema** não se forma. Trata-se, pois, mais de um efeito sugestivo do que de um reflexo condicionado.

Hoje, admitem-se autênticas na histeria, somente as perturbações vaso-motoras características dos estados emocionais; eritema pudico, dermografismo, acessos sudorais, ptialismo, etc. Bem pouco do muito que se presumia. Não nos detenhamos, porém em fixar os limites da influência da histeria na determinação dos fenômenos em causa. Admitamos, sem discutir, que possa provocar as perturbações cutâneas, de que falam os autores primitivos. Mesmo assim, que teriam de comuns essas manifestações histéricas, com as verdadeiras estigmatizações ? Vagas analogias, tão-só. Os estigmas não se limitam a fenômenos banais vaso-motores mais ou menos persistentes e localizados. São chagas transfixiantes, transverberações, mortificação profunda dos tecidos adjacentes, destruição do sistema vascular hemorragia abundante; estigmas, que cicatrizavam e se renovavam caprichosamente; os que até há pouco resistiam aos cicatrizantes mais enérgicos, desapareceram sem deixar lesão alguma, e sem o concurso de substância alguma medicamentosa; estigmas, que não supuram assépticos onde não se consegue descobrir um só leucócito vitimado na luta pela defesa tópica. Aos estigmas simples juntam-se não raro fenômenos acessórios – estigmas fosforescentes, perfumados, estigmas de onde o sangue flui contrariamente às leis da hidrodinâmica, levitação, premonição e outras muitas manifestações transcendentes. Donde claramente se infere que, se a estigmatização tem uma fisiologia, esta deve ser em absoluto diferente da fisiologia normal.

Podemos conceder mais, ainda: admitamos que entre pessoas

histéricas se encontrem verdadeiros estigmatizados. Que concluir-se então? Que a estigmatização é uma sintonia da histeria? Absolutamente. Com os histéricos estigmatizados se daria os mesmo que acontece com histéricos, como existem criminosos que não são histéricos, como existem histéricos que não são criminosos. Ainda; há histéricos criminosos, mas cujo crime não é imputável à sua histeria. No caso, a ação delituosa é motivada por certas taras de degenerescência, as quais a histeria esta aliada a título de associação mórbida tão-só e não a título de fator patológico do crime. Atribuir à histeria todos os delitos, só pelo fato de existirem histéricos degenerados, é evidentemente ilógico e pueril. Para que um criminoso tenha sua responsabilidade atenuada, não basta que se tenha responsabilidade atenuada pela histeria, não basta que se prove que alguns histéricos tenham cometido igual ação delituosa. Para tanto seria preciso se provasse que no criminoso concorressem as características psíquicas peculiares aos histéricos. Assim, pois um delito, mesmo encontradiço entre indivíduos, não deve ser atribuído à histeria, quando ao criminoso faltem os elementos diferenciais de um histérico. A razão causal do crime deve então ser pesquisada fora da histeria semelhantemente, contar entre as manifestações histeróides todos os fenômenos de estigmatização somente pelo fato de apresentarem alguns histéricos manifestações tróficas da pele, equiparadas a estigmas verdadeiros, nada mais ilógico e anti-científico. A conclusão seria legítima e rigorosa se a estigmatização fora um sintoma específico da histeria: se fora da histeria não haverá estigmatização. Ora a lição inapelável da experiência é bem diversa. De uma parte, conta-se uma infinidade de histéricos, que não são estigmatizados, De ouro existem numerosos estigmatizados, que não apresentamos sintomas característicos da histeria. Classificar como fenômeno histérico um determinado caso de estigmatização, sem o exame prévio do estigmatizado, é clamorosamente injusto.

Para se evidenciar uma possível relação causal entre a histeria e a estigmatização faz-se necessário de antemão que o estigmatizado seja reconhecido como portador de características histéricas, após exame meticuloso e acurado.

E isso na hipótese provisória de que entre os histéricos se

verificam casos autênticos de estigmatização, o que bem longe está de corresponder à realidade. Todos sabemos que a histeria não é uma doença; é apenas uma forma anormal de reação. E sob o ponto de vista de reação e assimilação psíquicas, o quadro sintomatológico da histeria é inconfundível – impressionabilidade exagerada, mobilidade e irritabilidade de caráter, manifestações emotivas exacerbadas, pendor à simulação, vontade móvel e contraditória, tendência à dissociação. O histérico vê tudo por um ângulo particular; é incapaz de encarar as situações de maneira compreensiva e objetiva; apresenta uma alteração de coordenação, um modo de ser e de agir impulsivo e caprichoso. Ninguém, conhecendo-lhe a vida, por mais obnubilados que tenham os olhos pela obstinação dos preconceitos poderia identificar neste quadro de dolorosa sintomatologia a inamovível estabilidade moral e psíquica do Pobrezinho de Assis. Mesmo que estigmatização constituísse um elemento integrante do quadro sintomático das manifestações histéricas, a razão causal dos estigmas de Francisco deveria ser buscada fora da histeria. Ele, sendo como foi, não pode ser um histérico.

Há, ainda, os que, temerosos do sobrenatural, refugiam-se nas sinuosidade de uma hipótese artificiosa de cujo valor real são eles os primeiros a duvidar, se bem lhes falte o gesto nobre de uma confissão espontânea. Para estes a estigmatização é apenas um fenômeno ideoplástico. A enorme tensão psíquica desenvolvida pela contemplação diuturna dos sofrimentos do Cristo, teria como efeito a representação plástica das imagens dominantes na mente exaltada dos místicos. Em uma palavra: São Francisco recebeu a estigmatização por ter contemplado com fixidez e energia os estigmas de Cristo Padecente. A idéia dominante, que lhe absorvia o espírito no prolongado retiro do Monte Alverne, teve sua expressão fisiológica – os estigmas. A hipótese não resiste aos fatos. Efetivamente. As repercussões psicossomáticas das idéias fixas são evidentes: paralisias, anestesias, hiperestesias, anorexias, impulsos, alucinações, hemorragias. Mas para que estes fenômenos se verifiquem faz mister que a idéia fixa responsável tenha sua origem no subconsciente. O que absolutamente não é o nosso caso, que supõe um ato consciente

e livre – a contemplação. E as repercussões cutâneas de natureza trófica das idéias fixas conscientes, mediante o sistema do grande simpático, são demasiado modestas para que mereçam ser consideradas.

Vê-se que o apelo à ideoplastia para explicar o fenômeno da estigmatização não passa de um salvatério inútil para uma causa já perdida.

Demais, se a exaltação religiosa, os ardentes transportes de uma fé viva e operante, os anseios incontidos da alma desejosa de se unir ao sofrimento de Cristo, fossem suficientes por si sós para determinar a eclosão de estigmas, não se explicaria o fato de não haver estigmatizados nos primeiros séculos do Cristianismo. Madalena, a grande "alucinada" aos olhos cansados da ciência agnóstica, possuía tudo que era preciso como neurose e fanatismo para a fácil manifestação desses fenômenos histéricos. Entretanto, mesmo depois de longos anos de constante e exaustiva contemplação dos sofrimentos do Divino Mestre, ela, que assistiria ao cruciante Martírio do Calvário, não foi uma estigmatizada.

O ardor dos primeiros cristãos, o desejo insopitável que nutriam pelo martírio, o ideal de identificação com o Cristo Padecente, teria oferecido as condições mais favoráveis à manifestação de estigmas. Todavia, com certeza histórica, não se tem notícia de um só caso de estigmatização naqueles belos tempos de fé ardente, pródigos de renúncias e de sacrifícios. Carece de explicação suficiente como entre os quase milhões de mártires – e isto só para falar nos mártires – de ambos os sexos, de todas as latitudes, idades e condições não se tenha manifestado uma só estigmatização.

Um outro fato, aparentemente de medíocre importância aqui merece ser lembrado. Todas as imagens de Cristo na cruz, anteriores ao século dezessete, trazem a chaga do peito no lado direito. Se, nos místicos, os estigmas são a expressão plástica da imagem mental de Cristo Padecente na cruz, parece de maior evidência que os estigmatizados deveriam reproduzir a forma e a disposição das chagas das imagens de Cristo crucificado, que habitualmente tivessem diante dos olhos. Ora, é justamente o que não se verifica. São Francisco e,

A explicação é a seguinte: quando se fala de S. Francisco de Assis falamos implicitamente dos demais Santos; cada Santo, traz um pouco de "Francisco" na sua vida , nos atos, dentro de si. E também, por que S. Francisco, foi escolhido pelos escritores cristãos como o Santo do Milênio que passou, e naturalmente, deste terceiro, pois Francisco pertence a duas eternidades.

A Primeira eternidade a que faz jus S. Francisco, é a vida eterna, a vida autêntica que Deus prometeu para todos seus filhos que saibam viver com dignidade, amor e justiça. É a eternidade junto a Deus, que S. Francisco mereceu, porque viveu sempre o grande amor de Deus, nas pessoas dos homens, amando a natureza e os animais.

São Paulo afirmou que "olho humano jamais viu, nem a mente imaginou o que Deus preparou para seus eleitos" no céu.

A Segunda eternidade de Francisco, é sua memória entre nós. Passaram-se séculos e a imagem, figura, ensinamentos continuam fazendo história e sempre presente para a humanidade. Tornou-se eterno no tempo , sua imagem não passará jamais. Figuras poderosas, caíram no esquecimento; mas "os que promovem a paz, brilharão como luzeiros no firmamento".

Em todos os continentes, sua presença se tornou ETERNA, deixando atrás de si um rastro brilhante de amor e paz. Neste milênio, Francisco continua falando para a humanidade.

E se comunica muito bem, por que ainda fala a linguagem do amor, compreensiva por todos: fala a linguagem da experiência da vida, voltada unicamente para Deus; porque continua falando a linguagem do profetismo pacífico e positivo; porque continua falando a linguagem simples do povo que ainda acredita em Deus. Foi o mais humano dos mortais.

Lança ainda hoje os maiores desafios; sua memória exerce sobre uma presença que interpela e faz confrontos, entre vida e realidade. O confronto da exigência da radicalidade.

Sua radicalidade evangélica, o fez "único depois de Cristo" o único do Pai que fez sempre sua vontade até "a morte de cruz". O desafio da pobreza, o levou a viver o evangelho que recomenda o "deixar tudo" para seguir o Mestre... "Vai, vende o que tens dá-os aos pobres depois vem e segue-me" – S. Marcos. A pobreza para

Francisco, foi um modo de ser evangélico. Sabia amar os pobres, por causa da sua pobreza. Tornou-se o Menor, para ser um dia Maior do Reino do Pai. Sempre que encontrava um pobres, Francisco se auto-examinava, julgando a si e o mundo onde vivia. Queira ser o mais pobre dos pobres. O que mais causa sofrimento na pobreza, não é tanto a carência dos bens, mas o desprezo e descaso dos demais humanos. Preferiu o confronto da pobreza, pois somente ela humaniza as pessoas. Costumava dizer aos seus co-irmãos: "Quando encontramos um pobre, Deus nos julga; ele nos julga... será que você se julga também?"

Lançou o confronto do amor, que ensina a construir a paz, e somente quem ama verdadeiramente, é capaz de revelar Deus, que "é amor"

Sabia viver o amor, com simplicidade como o fez o Mestre Jesus que amava a todos com a força do amor criador de Deus. Francisco via no pobre, uma aparição da divindade e dirigia para ele, amor, atenção, afeto, ajuda.

Viveu o confronto da paz, pois esta vem de Deus; e foi mas além, não só pregando, mas "querendo ser um instrumento de paz" Quem está no poder, é levado fazer a situação dos poderosos que excluem muitos para conservar o mito que estão servindo e tornardo iguais seus súditos.

Francisco, não combateu o poder, orientou-o como serviço. Não quis nenhum cargo, nem mesmo o sacerdócio. Para ele poder pode comprometer a paz.

Concluindo, podemos dizer que o mundo precisa de Francisco, para que ele continue falando neste milênio a linguagem do amor e da paz. Pois somente seguindo seus passos, seremos capazes de refazer o mundo e cantar com ele para sempre: "Altíssimo e onipotente, bom Senhor, Teus são o louvor. A glória e a honra e todo bendizer.

A Ti somente altíssimo são devidos,

Louvado sejas, meu Senhor, com todas as criaturas..."

***Aracaju, 12 de outubro – 2000**
Diretor do Colégio Salesiano de Aracaju(SE).

"Se os frades soubessem quantas e quão graves tribulações e aflições me dão os demônios, não existiria nenhum deles que não agisse com compaixão e piedade de mim".

São Francisco de Assis

Unicidade e Unidade da Igreja

Século Século Século **Auricéia Antunes de Lima***

Sobre a Declaração "DOMINUS IESUS" JESUS É O SENHOR

No final do ano 2000 a Congregação para a Doutrina da Fé, da Santa Sé, divulgou o Documento "Dominus Iesus" (Jesus é o Senhor) , sobre a Unicidade e Universalidade Salvífica de Jesus Cristo e da Igreja por Ele fundada. O fato soou estranho para alguns uma vez que no Ano Santo Jubilar se discutiu intensamente o ecumenismo entre as igrejas cristãs. A forma não diplomática, para alguns, de como foi divulgado irritou os representantes de algumas outras confissões. Disse o Papa João Paulo II que ao aprovar o referido documento quis convidar todos os cristãos a renovar a sua adesão a N.S. Jesus Cristo na alegria da fé, testemunhando una nimemente que Ele é, também hoje e

amanhã, " o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6).

O Santo Padre ressalta que " a nossa confissão de Cristo como Filho único, por meio do qual nós próprios vemos o rosto do Pai(cf. Jo 14,8), não é arrogância que despreza as outras religiões, mas jubiloso reconhecimento porque Cristo se manifestou a nós sem que o merecêssemos... Como o Apóstolo Pedro nós confessamos que " não existe salvação em nenhum outro" (Ac 4,12). O documento, dividido em seis capítulos, não enuncia doutrina nova, mas retoma e reafirma a doutrina Católica confirmando documentos já publicados pela Santa Sé. Três capítulos têm conteúdo cristológico abordando a plenitude e o caráter definitivo da Revelação de Jesus Cristo, os outros têm conteúdo eclesiológico.

PALAVRAS DO PAPA

Diz João Paulo II que a Declaração " Dominus Iesus" mostra que não é negada a salvação aos não- cristãos, mas é indicado o seu manancial último em Cristo, no qual estão unidos Deus e o homem. " Deus dá a luz a todos de acordo com o seu estado interior e ambiental, concedendo-lhes a graça salvífica com meios por Ele conhecidos" (cf. Dominus Iesus, VI, 20-21). O documento explica aos cristãos os elementos essenciais, que não impedem o diálogo, mas mostram as suas bases, pois um diálogo sem fundamento destinar-se-ia a degenerar em verbosidade vazia.

Acrescenta o Santo Padre: " o mesmo é válido também para a questão ecumênica. Se o documento, como o Concílio Vaticano II, declara que " a única Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica", não quer com isto exprimir pouca consideração pelas outras Igrejas e comunidades eclesiais. Esta convicção caminha a par com a consciência de que não é mérito humano , mas um sinal da felicidade de Deus que é mais forte que as debilidades humanas e os pecados, por nós confessados de modo solene perante Deus e perante os homens no início da Quaresma".

A Igreja Católica sofre pelo fato de igrejas particulares e comunidades eclesiais estarem dela separadas. Isso revela a preocupação do Papa com a interpretação do citado documento. "

O documento exprime desta forma, mais uma vez, a minha paixão ecumênica que está na base da minha Encíclica "Ut unum sint". A minha esperança é que esta declaração, que me é muito querida e por mim foi aprovada de modo especial, possa exerce , após tantas interpretações errôneas, a sua função esclarecedora e ao mesmo tempo de abertura."

FINALIDADE DO DOCUMENTO

A Declaração "Dominus Iesus" tem por meta lembrar aos bispos, padres, religiosos, teólogos, estudiosos e aos Católicos do mundo inteiro os conteúdos doutrinários da Igreja fundada por Nosso Senhor Jesus Cristo. Fundamentos imprescindíveis também quando as pessoas estão na busca de Deus em lugares os mais variados. Continuam os esforços para o diálogo entre a Fé Cristã com pessoas de outras religiões.

Os Católicos precisam estudar a sua doutrina para, a partir dela, saber discernir o que é certo do que é errado e entender a profissão de fé do Cristão. " Creio em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis, creio no Espírito Santo,...na Igreja una, santa, católica, apostólica...Professo um só batismo para a remissão dos pecados". São esses os fundamentos que aprendemos ao longo dos séculos. A Igreja sempre proclamou e testemunhou com fidelidade o Evangelho de Cristo.

Estão os Católicos seguindo os verdadeiros caminhos de Jesus? No início de um novo milênio vale uma reflexão sobre tudo isso. Como disse São Francisco de Assis, a missão evangelizadora da Igreja está apenas começando: "vamos trabalhar porque até agora nada fizemos". Uma longa missão a cumprir. Lembremos o que disse o Apóstolo São Paulo: "Anunciar o Evangelho não é para mim um título de glória, é uma obrigação que me foi imposta .Ai de mim se não anunciar o Evangelho" (1 Cor 9,16).

Jesus disse aos seus Apóstolos: "Ide a todo o mundo e pregai o Evangelho a todas as criaturas. Quem acreditar e for batizado será salvo, mas quem não acreditar será condenado" (Mc 16 15-

16). E disse mais : " Todo o poder Me foi dado no Céu e na Terra. Ide, pois, fazei discípulo de todas as nações, batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinai-lhes a cumprir tudo quanto vos mandei. E Eu estou sempre convosco, até o fim dos tempos".(Mt 28, 18-20; Lc 24,46-48;Jo 17,18;20,21; Act 1,8).

INTRODUÇÃO

Em sua introdução a Declaração atesta: " Tendo em conta os valores que essas tradições testemunharam e ofereceram à humanidade, com uma atitude aberta e positiva, a Declaração conciliar sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs afirma: " A Igreja católica não rejeita absolutamente nada daquilo que há de verdadeiro e santo nessas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e de viver, esses preceitos e doutrinas que, embora em muitos pontos estejam em discordância com aquilo que Ela afirma e ensina, muitas vezes refletem um raio daquela verdade que ilumina todos os homens" .

É o empenho eclesial de anunciar Jesus Cristo " Caminho, verdade, e vida" (Jo 4,6) que hoje encontra também ajuda na prática do diálogo inter- religioso, que certamente não substitui, mas acompanha, a "missio ad gentes", graças àquele " mistério de unidade", de que " resulta que todos os homens e mulheres que foram salvos participam, embora de maneira, diferente, no mesmo mistério de Salvação de Jesus Cristo por meio do Espírito".

Refere o texto que a linguagem expositiva da Declaração está em linha com a sua finalidade. "Não se pretende tratar de forma orgânica a problemática da unicidade e universalidade salvífica do Mistério de Jesus Cristo e da Igreja, nem apresentar soluções aos problemas e questões teológicos que são objeto de livre debate, mas voltar a expor a doutrina da fé católica a este propósito, indicando ao mesmo tempo alguns problemas fundamentais que se mantenham abertos a ulteriores aprofundamentos do magistério, para reafirmar as verdades que constituem o patrimônio de fé da Igreja."

Sobre a questão disse o Cardeal D. Eugênio de Araújo Sales,

Arcebispo do Rio de Janeiro: "Por mais que fale em igrejas , nas diversas cidades por onde ia se espalhando a Palavra de Deus nos primórdios da evangelização, subjaz, em todo o Novo Testamento, que Jesus fundou uma única Igreja, que está presente nas autênticas igrejas particulares ou locais. O Senhor Jesus, único Salvador, não formou uma simples comunidade de discípulos, mas constituiu a Igreja como mistério salvífico. "Ele mesmo está na Igreja e ela está nEle"(Jo 15,Iss;Gl 3.28; Ef 4,15-16). Por isso , a plenitude do mistério salvífico de Cristo está na Igreja, unida inseparavelmente ao Senhor Jesus, que opera a salvação na Igreja e opera nela, que é o Corpo Místico de Cristo" (cF 1 Cor 12,12ss).

Disse D. Eugênio Sales que a continuidade entre Jesus Cristo e a Igreja não é somente algo externo ou organizacional. Já o Concílio Vaticano II assim se expressou: " Esta é a única Igreja de Jesus Cristo(...) que o nosso Salvador, depois de sua ressurreição, confiou a Pedro para apascentar" (Jo 21,17),encarregando-o, a ele e aos demais Apóstolos, de a difundirem e a governarem(Mt 28,18ss), levantando-a sempre como coluna e esteio da verdade(1 Tm 3,15;Lumen Gentium,8). Para D. Eugênio o Concílio e o Declaração têm por meta " harmonizar duas afirmações doutrinárias: por um lado a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica e, por outro, a de que há numerosos elementos de santificação e de verdade fora(da estrutura visível da Igreja)".

Explica o Cardeal que o documento proclama, com grande sabedoria, que há igrejas não –católicas, como as ortodoxas, que , embora não vivendo em perfeita comunhão com a católica, " se mantém unidas por vínculos estreitíssimos como o são a sucessão apostólica, uma válida Eucaristia...são verdadeiras igrejas particulares". O documento destaca que "também nessas igrejas está presente e atua a Igreja de Cristo, embora lhes falte a plena comunhão católica do primado, que por vontade de Deus, o Bispo de Roma objetivamente tem e exerce sobre toda a Igreja".

É cada vez maior o número de seitas e igrejas que surgem em todos os lugares do mundo. O homem , por motivos os mais variados, não tem alcançado a transcendência das Coisas de Deus. Na ânsia

de encontrá- Lo, porque almeja a salvação de sua alma, peregrina , bate de porta em porta. Está escrito no Evangelho e por isso não é questão de interpretação, mas é, Palavra de Deus e , portanto, não há dúvida: Jesus fundou a Igreja Católica. Para ser um bom cristão e seguir Jesus radicalmente é necessário viver Seu Evangelho observando a doutrina Católica.

O Cardeal D. Eugênio Sales enfatiza que é "com imensa dor e sincera estima, que a Igreja vê que muitas comunidades cristãs, diferentemente das Igrejas Ortodoxas, abandonaram parte da verdadeira sucessão apostólica. Por isso não podem ser chamadas Igreja, num sentido integral e estrito. Todavia, elas, nascidas da reforma protestante, possuem imensos valores cristãos. Os que foram batizados nessas comunidades estão, pelo batismo, incorporados em Cristo e, portanto, vivem numa certa comunhão, se bem que imperfeita, com a Igreja. A Igreja de Jesus Cristo não é a soma das Igrejas e comunidades, cristãs..." E acrescenta: "quanto à salvação dos outros homens que, sem culpa, não conhecem o Cristo, a declaração insiste em afirmar que também eles se podem salvar. Vem do Cristo, através da Igreja, a salvação, embora não saibamos de que maneira Deus a opera. Ela é mistério de Deus".

OPINIÃO

Em artigo publicado no "L`Osservatore Romano (1-6 janeiro 2001), Angelo Amato trata da questão da unicidade e universalidade do mistério salvífico de Jesus Cristo: " ...a afirmação de Jesus Cristo como único salvador de toda a humanidade opõe-se à tese teológica que justifica o pluralismo religioso não só de fato, mas também de direito e que, portanto, nega a universalidade salvífica do mistério da encarnação do Verbo(...) um incremento da consideração relativista do mistério cristão foi dado, há cerca de vinte anos, com John Hich e Paul Knitter, que falam respectivamente do " mito do Deus encarnado" ou do " mito da unicidade cristã". Trata-se de dois dos mais típicos representantes da Teologia pluralista das religiões, seguidos por vários discípulos. Para eles seria Jesus um dos muitos salvadores religiosos, razão por que todas as religiões seriam

igualmente válidas. Afirma, por exemplo, Paul Knitter: "De maneira mais concreta e incômoda talvez o budismo e o hiduísmo sejam tão importantes para a história da salvação como o cristianismo, ou então que outros reveladores e salvadores sejam tão importantes como Jesus de Nazaré", isto é, abandona-se o mistério de Pentecostes e volta-se ao mito de Babel".

Ao comentar o pensamento dos autores citados Angelo Amato afirma : "a perspectiva deste modelo pluralista não é eclesiocêntrica ou cristocêntrica, nem trinitária, mas genericamente, "teocêntrica', com uma referência mais ou menos direta a um absoluto sacral. Isto é, a salvação viria de "Deus" , não do Deus revelado pelo cristianismo, mas de um Deus inefável ou de um "mistério santo", presente de modos diversos em toda a religião". Jesus Cristo, segundo esse entendimento, desaparece do horizonte como salvador universal: seria simplesmente um mediador relativo ou até mesmo facultativo de salvação.

Na Encíclica "Redemptoris missio" de 1990, o Santo Padre João Paulo II diz : " Jesus Cristo é o único salvador de toda a humanidade(RM 4-11);Existe uma indissolúvel unidade pessoal entre o Verbo eterno e o Jesus histórico(RM 6); O Reino de Deus identifica-se com a própria pessoa de Jesus Cristo"(RM 12-20). E acrescenta: " Os homens , portanto, só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo, e sob a ação do Espírito. Esta Sua mediação única e universal, longe de ser obstáculo no caminho de Deus, é a via estabelecida pelo próprio Deus, e disso Cristo tem plena consciência. Se não se excluem mediações participadas de diversos tipo e ordem, todavia elas recebem significado e valor unicamente da de Cristo, e não podem ser entendidas como paralelas ou complementares"(RM 5).

O Concílio Vaticano II, na Constituição pastoral sobre a Igreja afirma: " A Igreja por sua parte, acredita que Jesus Cristo , morto e ressuscitado por todos(cf 2 Cor 5,15), oferece aos homens pelo seu espírito a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação; nem foi dado aos homens sob o seu céu outro nome, no qual possamos ser salvos"(cf Act 4,12).

O Consultor da Congregação para a Doutrina da Fé, Luís F.

Ladaria, S.I., ao analisar o segundo capítulo da Declaração "Dominus Jesus": O Logos encarnado e o Espírito Santo na obra de salvação, afirma: " Encontramo-nos no centro da fé cristã. Jesus é o filho unigênito do Pai, há uma identidade pessoal entre o Verbo que estava junto de Deus no princípio e Aquele que se fez carne (cf Jo 1,1até 1,14).Não há, por conseguinte, muitos vultos do Logos em que isso se manifesta, mas um só, Jesus de Nazaré..."

O Documento revela que " a ação do Espírito não se coloca fora ou ao lado da de Cristo. Trata-se de uma única economia salvífica de Deus Uno e Trino, realizada no mistério da encarnação, morte e ressurreição do Filho de Deus, atuada com cooperação do Espírito Santo e estendida , no seu alcance salvífico, à inteira humanidade e ao universo"(DI 12,pág.6).

Refere também que a Igreja e Cristo foram "um único Cristo total", porque " como existe um só Cristo, também existe um só corpo e uma só Esposa, uma só Igreja Católica e Apostólica". O Catecismo da Igreja Católica enfatiza que " Não se deve acreditar em mais ninguém, a não ser em Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo" e " Não se deve esperar nova revelação pública, antes da gloriosa manifestação de Nossa Senhor Jesus Cristo".

Afirmações como esta provocaram reações entre estudiosos e membros de outras religiões. Houve dúbia interpretação. O Teólogo e escritor Leonardo Boff, por exemplo, questiona: " ...que dirá ela aos seres , mesmos depois de milhões de anos de evolução e de encontro espiritual com Deus, aos demais cristãos que não são católico- romanos? As respostas são claras e sem titubeios, verdadeiras estocadas de punhal no peito dos destinatários: a vocês, pessoas religiosas do mundo, membros de religiões até mais ancestrais do que o nosso cristianismo(como o budismo e o induísmo)(...) a vocês não resta outro caminho senão a conversão. Fora da conversão só há risco objetivo da perdição...".

Documento da Secção alemã da Sociedade Européia para a Teologia Católica fez a seguinte crítica ao conteúdo do estudo: " Existem tendências à ideologização e à penetração excessiva de elementos de fé estrangeiros e fundamentalistas? Este fato desagradou o Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação para a Doutrina

da Fé, a ponto de responder: "Aborreceu-me muito esse tipo de declaração. Conheço de memória este vocabulário, no qual os *conceitos de fundamentalismo*, centralismo romano e absolutismo jamais faltam(...)esses conceitos se repetem todas as vezes independente do argumento de que se trata(...) nunca lhes vem à mente algo de novo".

ENTREVISTA

Em entrevista concedida ao jornalista Christian Geyer, do Jornal alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung , em 22 de setembro de 2000, o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, fez o seguinte comentário sobre o documento ora comentado: "Antes de tudo desejo expressar a minha tristeza e desilusão pelo fato de que as reações públicas, salvo algumas exceções louváveis, ignoraram completamente o autêntico tema da Declaração. O documento começa com as palavras "Dominus Jesus": trata-se de uma breve fórmula de fé contida na Primeira Carta de São Paulo aos Corintios (cf.1 Cor 12,3), na qual o Apóstolo resume a essência do cristianismo: Jesus é o Senhor(...)".

O jornalista perguntou ao cardeal se no Ano Santo não teria sido mais prudente uma "mensagem às demais religiões, em vez de se pôr a confirmar a própria fé?". Ao que o Cardeal Ratzinger respondeu: " No início deste milênio encontramo-nos numa situação muito parecida com a que é descrita por São João no final do capítulo 6 do seu Evangelho: Jesus havia explicado claramente a sua natureza divina na instituição da Eucaristia .No versículo 66 lemos: " A partir de então muitos dos Seus discípulos se retiraram e já não andavam com Ele" .Hoje nos discursos gerais, a fé em Cristo corre o risco de se banalizar e se perder em palavras vazias. Com este documento o Santo Padre, como Sucessor do Apóstolo Pedro, quis dizer: " Senhor, para quem havemos nós de ir? Tu tens palavras de vida eterna; e nós acreditamos e sabemos que és o Santo de Deus(Jo 6,68 ss).

O Prof Eberhard Júngel (de Tubinga)disse que no documento não se tem em conta que todas as igrejas " a seu modo" querem ser

o que de fato são: Igreja, uma, santa, católica e apostólica". Ao que afirmou o Cardeal: "As questões eclesiásticas e ecumênicas, das quais agora todos falam, ocupam só uma pequena parte do documento, que me pareceu necessário desenvolver para ressaltar a presença viva e concreta de Cristo na história.(...)Essas numerosas igrejas, " contradizem- se. Se todas são igrejas " a seu modo", então esta Igreja é um conjunto de contradições e não é capaz de oferecer aos homens indicações claras."

E acrescentou: (...) "O fato de que todas as comunidades eclesiais existentes recorram ao mesmo conceito de Igreja, parece-me contrário à consciência que têm de si mesmas. Lutero defendia que a igreja em sentido teológico e espiritual não se podia encarnar na grande estrutura institucional da Igreja Católica, a qual ele considerava, ao contrário, um instrumento do Anticristo. Segundo a sua visão, a Igreja estava presente onde a Palavra era anunciada de maneira correta e os sacramentos eram administrados de modo justo. O próprio Lutero julga impossível considerar Igreja as Igrejas locais submetidas aos príncipes : eram instituições externas de assistência certamente necessária, mas não Igreja em sentido teológico".

Os evangélicos , na Alemanha, consideraram uma ofensa serem chamados " comunidades eclesiais" ao que responde Joseph Ratzinger: "Parece-me francamente absurda a pretensão dos nosso amigos luteranos ,isto é, que consideremos essas estruturas surgidas de contingências históricas como Igreja, do mesmo modo que cremos Igreja a Igreja Católica, fundada sobre a sucessão dos apóstolos no episcopado. Seria mais justo que os nossos amigos evangélicos nos dissessem que para eles a Igreja é algo diferente, uma realidade mais dinâmica e menos institucionalizada(...) Não ofendemos ninguém ao dizer que as estruturas evangélicas efetivas não são Igrejas no sentido em que a Igreja católica, quer sê-lo. Elas mesmas não desejam sê-lo" .

Sobre o conteúdo da fé cristã explicou o Cardeal: (...) "No que se refere à fé e ao seu ser compreensível através de teoremas, altera-se o dogma se o considerarmos uma coleção de teoremas: o conteúdo da fé e expressão na sua profissão, que encontra o seu momento privilegiado na administração do Sacramento do Batismo

e que, por conseguinte, é parte de um processo existencial(...).O ponto central da fórmula do Batismo é o reconhecimento de Deus trinitário(...) A fé tem uma sua certeza de conteúdo. Não é uma imersão numa dimensão mística inexprimível, na qual se chega aos conteúdos. O Deus em quem nós cristãos cremos, mostrou-nos o seu rosto e o seu coração em Jesus Cristo: revelou-se a nós.

Sobre a questão do ecumenismo tratada na Congregação para a Doutrina da Fé, enfatizou o Cardeal: " Aceito o conceito de " diversidade reconciliada", se com isso não se entender igualdade de conteúdos e eliminação da questão da verdade a fim de nos considerarem uma coisa só, ainda que creiamos em coisas diversas e as ensinemos.(...) Não existem respostas válidas de maneira absoluta porque não ultrapassamos o nosso humano e, portanto, não podemos desvendar o mistério que une estes dois elementos. (...).São Paulo teve que explicar aos romanos o equívoco surgido do seu ensinamento sobre a graça, segundo o qual, dado que o pecado produz a graça, então no pecado podemos estar tranquilos (cf 6,19).O fato de que Deus possa transformar em bem até mesmo os nossos pecados, não significa, com certeza, que o pecado seja uma coisa boa(...)".

Revela o Cardeal Ratzinger que "o documento não retoma de modo algum a tese subjetivista e relativista segundo a qual cada um pode tornar-se santo a seu modo. Esta é uma interpretação cínica, na qual percebo desprezo para com a questão da verdade e da ética correta. O documento afirma com o Concílio que Deus dá a luz a cada um. Aquele que busca a verdade encontra-se objetivamente na via que leva a Cristo e , com isto, também na via rumo à comunidade , na qual ele permanece presente na história, isto é, na Igreja. Procurar a verdade, escutar a consciência, purificar a própria escuta interior, são estas as condições de salvação para todos".

Sobre o tema muitos falarão mas só existe uma verdade: Deus é uno e verdadeiro e só vivendo Seus ensinamentos poderemos ter uma vida plena de salvação.

***Jornalista, Escritora e Sócio Efetivo do IHGRN.**

"O barulho das armas deve ser substituído pela voz da razão e da consciência: a sincera atenção às legítimas aspirações de todos os povos e a observância escrupulosa do direito internacional são os únicos meios capazes de reconduzir as partes em conflito à mesa das negociações e de delinear um caminho de fraternidade".

João Paulo II

Afinal! Uma Lei de Responsabilidade Fiscal

Século Século Século **Carlos Roberto de Miranda Gomes***

Embora não apresentando forma ideal, mercê da sua origem pouco lisonjeira, a Lei Complementar n° 101, de 04 de maio 2000, publicada no DOU de 05/5/2000, vigente na data de sua publicação sem nenhuma atenção ao resguardo de um período de *vacatio legis*, trouxe a tão aguardada Lei de Responsabilidade Fiscal, provocando, a um só tempo, uma diretriz para as finanças públicas do País e uma radical mudança de comportamento na Administração brasileira.

O seu campo de ação é bastante, largo objetivando o estabelecimento de normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, consagrando princípios constitucionais e promovendo o equilíbrio das finanças do Estado.

A nova lei introduz conceitos claros, consolida toda a legislação esparsa e estabelece limites e diretrizes de observância obrigatória no tocante ao planejamento em reforço ao equilíbrio receita/despesa, preservação do patrimônio, limite de gastos com pessoal, fixação de percentuais aos demais Poderes, inclusive aos Tribunais de Contas e ao Ministério Público, bem como as medidas para que todos possam manter o resguardo desses percentuais, em circunstâncias instantes de sua exacerbação.

Ainda a destacar, que introduziu-se um mecanismo de transparência da gestão pública, através da divulgação da situação de cada ente público, em meios eletrônicos de acesso público, publicação de Relatório Resumido da Execução Fiscal, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, publicação de Relatório da Gestão Fiscal ao final de cada quadrimestre, nos meses de maio, setembro e fevereiro, perante o Poder Legislativo, para avaliar o

cumprimento das metas fiscais, além, da fiscalização realizada sob o comando do Governo Federal, através do Conselho de Gestão Fiscal, com representação paritária de todos os poderes, e esferas de Governo e do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade.

Desde a instituição do Estado Gerêncial, responsável, criativo e eficiente, como pretendeu a Emenda Constitucional n° 19, de 1998, cobrava-se a edição de uma Lei que instrumentalizasse todos os princípios inaugurados, o que agora se concretiza com a LRF.

Lamenta-se, é bom repetir, o açodamento de sua vigência sem a criação de algumas regras de transição, que vem tornando complexa a aplicação da nova Lei, apesar dos esforços de Estados e Municípios através de Seminários e Encontros, sobretudo pelas exigência feitas para o último ano de mandato, que foi alcançado por uma lei aprovada já no quinto mês do mesmo ano.

Outra novidade de grande alcance é a questão da punição às transgressões cometidas à LRF, divididas em sanções aos próprios entes públicos e, em particular aos seus dirigentes. Neste último caso o Diário Oficial da União, em sua edição do dia 20/10/2000, publicou a LEI N° 10.028, de 19 de outubro de 2000, alterando disposições do Decreto-lei n° 2.848, de 07/12/1940 (Código Penal), a Lei n°1.079, de 10/4/1950, e o Decreto-lei n° 201, de 27/02/1967.

Este novo diploma legal vem atender as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, trazendo a certeza do seu cumprimento, dando nova redação ao art. 339 do Código Penal ao disciplinar a pena de 02 a 08 anos de reclusão a qualquer pessoa que der causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administra contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

Com essa penalização, certamente que as denúncias gratuitas vão desaparecer e a exploração política perderá força, resguardando-se, dessa forma, a dignidade dos administradores, muitas vezes levados ao descrédito público por motivos egoístas ou de revanchismo político os quais, ainda que sejam posteriormente esclarecidos, não têm o poder de apagar as aflições sofridas,

deixando pairar dúvidas sobre a conduta do caluniado.

Fora essa postura nova, foi introduzido todo um Capítulo ao Código Penal, que tomou a numeração IV, alcançando a "contratação de operações de crédito" (art. 359-A, B, C, D, E, F, G, e H).

A Lei nº 1,079/50, que define os crimes de responsabilidades e regula o respectivo processo de julgamento do Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Governadores e Secretários de Estado teve alterações em seus artigos: 10,39,40 e 41.

Por fim a Lei de Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, Decreto-lei 201/67, igualmente, sofreu acréscimos de incisos em seus artigos 1º e 5º, todos complementando as ações preconizadas na LRF.

Temos, por conseguinte, um instrumento legal de real relevância para, em definitivo, coibir abusos, mantendo uma gestão fiscal prudente e penalizando os infratores. Queira Deus que seja mantido e aperfeiçoado para o bem do povo sofrido deste amado BRASIL.

***Professor dos Cursos de Direito da UFRN,UNP,ESMARN e CEAF.**

Ali aprendeu os primeiros passos na convi-vência com os humanos, quando não estava nas aulas do curso primário, que fez com brilhantismo. Era inteligente e estudioso e, nos últimos anos do Atheneu, tirou várias notas distintas nunca fazendo uma 2ª época.

Todos em casa gostavam de Pelusio embora tenha dado algum trabalho a minha mãe, com problemas de saúde que, volta e meia, chamava o Dr. Gavião, facultativo de renome na cidade que chegava falando alto e passando "carão" em mamãe e em Pelusio, que me disse certa vez: "Tenho um medo danado desse homem Ele grita muito".

No ginásio de Celestino Pimentel, era aluno aplicado e estudioso tirando notas excelentes nas aulas de Dr. Luís Antônio, temido por toda a rapaziada e também nas aulas de Joaquim Torres que o estimava muito sem saber que Pelusio o imitava que era uma perfeição. Era de bom comportamento, mesmo com o "rigorismo" de Celestino que tinha prazer em suspender ou "dar esbreges" nos estudantes por qualquer tolice.

Aprendeu a gostar de uma "cervejinha" e isso foi uma das razões maiores de suas "preparadas" no Recife onde estudou durante 6 anos, eu Direito e ele Medicina e ali começou a se tornar conhecido pelas suas estórias engraçadas.

No 1º dia de aula na faculdade, na hora do trote, os veteranos mandaram que fizesse uma "dedicação de amor" a uma caloura meio acanhada. Pelusio, com todo seu cinismo, arregaçou as calças, ajoelhou-se e fez uma brutal declaração amorosa. Todos riram muito e, logo ali, conquistou a amizade de todos os exigentes veteranos. Era muito querido também na Pensão de Dona Leocádia, onde morava. Logo no primeiro dia, junto com seu grande amigo Filgueira Filho, ajudou a "fazer a Mudança" de umas prostitutas que moravam na esquina e grangeou num instante amizade de toda a turma. Tornou-se também conhecido na Rua Nova, local onde iam os estudantes, de tarde, fazer o "footing" e namorar.

E *ali*, *no* Recife, fez algumas "presepadas" na pensão e nas aulas da Faculdade. Certa vez, na aula de um professor muito chato, e demais rigoroso, que não era estimado pelos alunos, em plena sala no Hospital Pedro II, o professor chama Pelusio de repente e

pergunta, apontando para o doente sendo examinado, um tipo magro, com um bigodinho. "Dr. Pelusio, com quem se parece este homem?" e Pelusio sem titubear respondeu: "É a cara de Plinio Salgado. Foi uma risadaria tão grande que o mestre suspendeu a aula.

Na pensão de Dona Leocádia que Pelúsio dizia que era muito "braba", tinha um corredor no 2° andar com uma parede cheia de quadros de santos. Dr. Zé Ivo, nos últimos de Medicina, sempre muito católico, acordava sempre tarde para pegar o bonde do Derby e, quase correndo, passava por um quadro de Nossa Senhora das Dores, tocava com a mão, beijava e ia embora. Pois bem, Pelusio arranjou uma foto de uma revista de mulher nua e "pregou" em cima da Santa. Zé acorda tarde, sai correndo e vai colocando a mão quando vê a safadeza e, calmamente diz: "Isso É coisa de Pelusio".

Ele tinha 3 grandes amigos que o estimavam muito e davam corda pra ver as reações de Pelusio: Dix Huit que tinha dois metros contra 1/65 de Pelusio. No dia da luta, os dois, de pijamas , e luvas vermelhas, trocaram uns tabefes e, já combinado, Pelusio pula e bate com a mão na cara do Rosado. Este cai, o juiz levanta a mão de Pelusio seguindo-se uma brutal ovação ao campeão. Tornou-se muito conhecido na Mauricéa, especialmente pelo seu gênio bom e suas "brincadeiras".

Terminado o Curso de Medicina, volta pra Natal com a intenção de abrir Consultório". Entretanto, seus primos, em Augusto Severo, o convidam para ir clinicar no município e Pelusio aceita. Sem médico na cidade, Pelusio poderia começar a profissão o que, de fato aconteceu.

Entretanto, a terra pequena, sem nada pra fazer de noite, levaram Pelusio a abusar da cerveja. Os primos, preocupados, avisaram Papai e o mano volta pra Natal, onde abre consultório na Ribeira junto com a seu velho amigo Antônio Filgueira. Ambos inteligentes e de bom gênio, ganharam um bocado de dinheiro. No interior, Pelusio "arranjou" uma noiva e depois acabou-se tudo. Eu então perguntei: "Pelusio, e o casamento, o que foi que houve? Ele, calmamente, respondeu rindo: "Rapaz ele falava mais grosso do que eu". Logo depois Pelusio conseguiu um bom cargo na Saúde do Porto, onde trabalhou até se aposentar. Vai primeiro trabalhar na

"Polícia Marítima", com Joaquim Barbeiro, Anísio Baú e ele. Toda vez que chegava navio lá iam os 3 a bordo fazer as inspeções da praxe. Pelusio divertia-se muito com Joaquim Barbeiro que, quase sempre bebia junto com Anísio, tornando o trabalho uma "palhaçada" inocente.

Para subir a bordo usavam uma cadeira de vime especial, para o médico, já velho, as pernas não agüentavam. Eu também, algumas vezes fui como interprete e tomei bons whiskies entretanto, o tradutor oficial de Inglês era Arsênio Pimentel que conta uma boa do mano. Numa destas visitas Arsênio foi com Pelusio visitar um navio Polonês. O Comandante, um velho meio chato, não oferece o "grog" costumeiro para o médico e Pelusio sugeriu a Arsênio pedir a "coisa". O Comandante veio de cara meio fechada e botando só uma coisinha num cálice pequeno disse que a bebida era para grandes temperaturas. Pelusio disse então, encha mais. O homem fez cara feia e Pelusio dando um gole bem forte, olha para Arsênio e diz "Fortinho". O Comandante desapareceu.

Várias estórias de Pelusio começavam a ser contadas de outra maneira, sinal que ele em breve estará no "folclore". Cito como exemplo a estória de Dom Eugênio que já ouvi de várias maneiras diferentes. Ele gostava de sair de noite pra tomar umas e outras e a esposa policiava-o rigorosamente. Ele então veio num carro preto e combinou com o motorista: "Quando eu entrar e disser " Boa Noite Dom Eugênio você corra imediatamente. Só que não deu tempo pois a esposa estava atrás da porta e viu toda a encenação e Pelusio levou um grande "esbregue". Outra vez numa festa "chic", uma senhora da alta sociedade , aproxima-se de Pelusio e oferece uma empada: Pelusio olha para a senhora e diz textualmente: "Obrigado. Eu só como empada nu, no banheiro, para não sujar minha roupa azul." A mulher ficou horrorizada e afastou-se escandalizada . Trabalhava com ele mas era funcionário meio faltoso. Certo dia mandizer que estava doente. Pelusio teve necessidade de ir até a Avenida e viu Zé Pinto, que chamou-o e o convidou para tomar uma cerveja. Pelusio enche um copo, toma todo e levantando-se diz: "Espere aí que eu já volto." Zé Pinto então pergunta, "pra onde você vai? Pelusio responde: "Vou ali botar falta em você que disse

deixando pairar dúvidas sobre a conduta do caluniado.

Fora essa postura nova, foi introduzido todo um Capítulo ao Código Penal, que tomou a numeração IV, alcançando a "contratação de operações de crédito" (art. 359-A, B, C, D, E, F, G, e H).

A Lei n° 1,079/50, que define os crimes de responsabilidades e regula o respectivo processo de julgamento do Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, Governadores e Secretários de Estado teve alterações em seus artigos: 10,39,40 e 41.

Por fim a Lei de Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, Decreto-lei 201/67, igualmente, sofreu acréscimos de incisos em seus artigos 1° e 5°, todos complementando as ações preconizadas na LRF.

Temos, por conseguinte, um instrumento legal de real relevância para, em definitivo, coibir abusos, mantendo uma gestão fiscal prudente e penalizando os infratores. Queira Deus que seja mantido e aperfeiçoado para o bem do povo sofrido deste amado BRASIL.

***Professor dos Cursos de Direito da UFRN,UNP,ESMARN e CEAF.**

"O espírito do Senhor repousa sobre mim, porque o Senhor me ungiu".

(Is. 61,1)

As Estórias de Pelusio Melo

Protasio P. de Melo*

As estórias das proezas e "gozações" de meu irmão mais velho, Pelusio Melo, suas "boutades", já correm pela cidade, algumas contadas de forma diferente, alteradas, então resolvi escrever sobre essa figura ímpar da nossa terra.

O 2º Diretor Cultural da SCBEU, o sr. Robert Lindquist, numa mesa de cerveja me disse certa vez: "Protasio, professor Melquíades não tem um osso podre no seu corpo". Eu uso a mesma expressão para Pelusio. Era um homem visceralmente bom e amável, e nunca teve um inimigo. Quem se aproximava dele, passava a admirá-lo, tal a maneira com que tratava os Romanos. Nascido na Rua Vigário Bartolomeu, nas eras de 1911, quatro anos mais velho do que eu, já no tempo dos bondes elétricos, teve infância normal de um jovem de família pobre, que, desde o início, foi ajudar o pai, Graciano Melo, na sua loja. Na esquina da Rua Ulisses Caldas com a Vigário Bartolomeu, a famo-sa Loja "Natal Moderno"

Ali aprendeu os primeiros passos na convi-vência com os humanos, quando não estava nas aulas do curso primário, que fez com brilhantismo. Era inteligente e estudioso e, nos últimos anos do Atheneu, tirou várias notas distintas nunca fazendo uma 2ª época.

Todos em casa gostavam de Pelusio embora tenha dado algum trabalho a minha mãe, com problemas de saúde que, volta e meia, chamava o Dr. Gavião, facultativo de renome na cidade que chegava falando alto e passando "carão" em mamãe e em Pelusio, que me disse certa vez: "Tenho um medo danado desse homem Ele grita muito".

No ginásio de Celestino Pimentel, era aluno aplicado e estudioso tirando notas excelentes nas aulas de Dr. Luís Antônio, temido por toda a rapaziada e também nas aulas de Joaquim Torres que o estimava muito sem saber que Pelusio o imitava que era uma perfeição. Era de bom comportamento, mesmo com o "rigorismo" de Celestino que tinha prazer em suspender ou "dar esbreges" nos estudantes por qualquer tolice.

Aprendeu a gostar de uma "cervejinha" e isso foi uma das razões maiores de suas "preparadas" no Recife onde estudou durante 6 anos, eu Direito e ele Medicina e ali começou a se tornar conhecido pelas suas estórias engraçadas.

No 1º dia de aula na faculdade, na hora do trote, os veteranos mandaram que fizesse uma "dedicação de amor" a uma caloura meio acanhada. Pelusio, com todo seu cinismo, arregaçou as calças, ajoelhou-se e fez uma brutal declaração amorosa. Todos riram muito e, logo ali, conquistou a amizade de todos os exigentes veteranos. Era muito querido também na Pensão de Dona Leocádia, onde morava. Logo no primeiro dia, junto com seu grande amigo Filgueira Filho, ajudou a "fazer a Mudança" de umas prostitutas que moravam na esquina e grangeou num instante amizade de toda a turma. Tornou-se também conhecido na Rua Nova, local onde iam os estudantes, de tarde, fazer o "footing" e namorar.

E ali, no Recife, fez algumas "presepadas" na pensão e nas aulas da Faculdade. Certa vez, na aula de um professor muito chato, e demais rigoroso, que não era estimado pelos alunos, em plena sala no Hospital Pedro II, o professor chama Pelusio de repente e

pergunta, apontando para o doente sendo examinado, um tipo magro, com um bigodinho. "Dr. Pelusio, com quem se parece este homem?" e Pelusio sem titubear respondeu: "É a cara de Plinio Salgado. Foi uma risadaria tão grande que o mestre suspendeu a aula.

Na pensão de Dona Leocádia que Pelúsio dizia que era muito "braba", tinha um corredor no 2º andar com uma parede cheia de quadros de santos. Dr. Zé Ivo, nos últimos de Medicina, sempre muito católico, acordava sempre tarde para pegar o bonde do Derby e, quase correndo, passava por um quadro de Nossa Senhora das Dores, tocava com a mão, beijava e ia embora. Pois bem, Pelusio arranjou uma foto de uma revista de mulher nua e "pregou" em cima da Santa. Zé acorda tarde, sai correndo e vai colocando a mão quando vê a safadeza e, calmamente diz: "Isso É coisa de Pelusio".

Ele tinha 3 grandes amigos que o estimavam muito e davam corda pra ver as reações de Pelusio: Dix Huit que tinha dois metros contra 1/65 de Pelusio. No dia da luta, os dois, de pijamas , e luvas vermelhas, trocaram uns tabefes e, já combinado, Pelusio pula e bate com a mão na cara do Rosado. Este cai, o juiz levanta a mão de Pelusio seguindo-se uma brutal ovação ao campeão. Tornou-se muito conhecido na Mauricéa, especialmente pelo seu gênio bom e suas "brincadeiras".

Terminado o Curso de Medicina, volta pra Natal com a intenção de abrir Consultório". Entretanto, seus primos, em Augusto Severo, o convidam para ir clinicar no município e Pelusio aceita. Sem médico na cidade, Pelusio poderia começar a profissão o que, de fato aconteceu.

Entretanto, a terra pequena, sem nada pra fazer de noite, levaram Pelusio a abusar da cerveja. Os primos, preocupados, avisaram Papai e o mano volta pra Natal, onde abre consultório na Ribeira junto com a seu velho amigo Antônio Filgueira. Ambos inteligentes e de bom gênio, ganharam um bocado de dinheiro. No interior, Pelusio "arranjou" uma noiva e depois acabou-se tudo. Eu então perguntei: "Pelusio, e o casamento, o que foi que houve? Ele, calmamente, respondeu rindo: "Rapaz ele falava mais grosso do que eu". Logo depois Pelusio conseguiu um bom cargo na Saúde do Porto, onde trabalhou até se aposentar. Vai primeiro trabalhar na

"Polícia Marítima", com Joaquim Barbeiro, Anísio Baú e ele. Toda vez que chegava navio lá iam os 3 a bordo fazer as inspeções da praxe. Pelusio divertia-se muito com Joaquim Barbeiro que, quase sempre bebia junto com Anísio, tornando o trabalho uma "palhaçada" inocente.

Para subir a bordo usavam uma cadeira de vime especial, para o médico, já velho, as pernas não agüentavam. Eu também, algumas vezes fui como interprete e tomei bons whiskies entretanto, o tradutor oficial de Inglês era Arsênio Pimentel que conta uma boa do mano. Numa destas visitas Arsênio foi com Pelusio visitar um navio Polonês. O Comandante, um velho meio chato, não oferece o "grog" costumeiro para o médico e Pelusio sugeriu a Arsênio pedir a "coisa". O Comandante veio de cara meio fechada e botando só uma coisinha num cálice pequeno disse que a bebida era para grandes temperaturas. Pelusio disse então, encha mais. O homem fez cara feia e Pelusio dando um gole bem forte, olha para Arsênio e diz "Fortinho". O Comandante desapareceu.

Várias estórias de Pelusio começavam a ser contadas de outra maneira, sinal que ele em breve estará no "folclore". Cito como exemplo a estória de Dom Eugênio que já ouvi de várias maneiras diferentes. Ele gostava de sair de noite pra tomar umas e outras e a esposa policiava-o rigorosamente. Ele então veio num carro preto e combinou com o motorista: "Quando eu entrar e disser " Boa Noite Dom Eugênio você corra imediatamente. Só que não deu tempo pois a esposa estava atrás da porta e viu toda a encenação e Pelusio levou um grande "esbregue". Outra vez numa festa "chic", uma senhora da alta sociedade , aproxima-se de Pelusio e oferece uma empada: Pelusio olha para a senhora e diz textualmente: "Obrigado. Eu só como empada nu, no banheiro, para não sujar minha roupa azul." A mulher ficou horrorizada e afastou-se escandalizada . Trabalhava com ele mas era funcionário meio faltoso. Certo dia mandizer que estava doente. Pelusio teve necessidade de ir até a Avenida e viu Zé Pinto, que chamou-o e o convidou para tomar uma cerveja. Pelusio enche um copo, toma todo e levantando-se diz: "Espere aí que eu já volto." Zé Pinto então pergunta, "pra onde você vai? Pelusio responde: "Vou ali botar falta em você que disse

que estava doente o que não é verdade e volto pra tomar outro copo. Zé Pinto ria de morrer ao contar esta estória.

Um dos episódios mais curiosos da vida de Pelusio, que teve até comentário nos Jornais da cidade, foi o "caso" do Diplomata Espanhol, descendente de Cristovão Colombo. Eis o fato: Veio notícia da Espanha que vinha por aí esse homem importante e pediam prioridade especial para o mesmo. Na repartição, um dos colegas médicos, perguntou: "Pelusio, você vai vacinar o homem"? Responde o mano: "Ele pode ser diplomata lá pras negras dele". "Se não for vacinado vai pra agulha". Risos e balanços de cabeça e Zé Pinto disse: "Você é doido. Vai é ser demitido".

Chega o dia da visita e Pelusio vai ao avião com sua equipe de guardas da Saúde. Feita a inspeção, Pelusio pergunta ao Guarda Chefe. "E então? O homem é vacinado? E o guarda respondeu: Dr. o braço do homem é mais liso que braço de menino novo. Pelusio dirige-se ao Diplomata e, falando bem alto, exclama: "Olhe... seu tetra/avô entrou na América sem vacinação mas o sr. vai ser vacinado agora: "O homem responde sorrindo; "SI SI... cono non". No Rio o Espanhol deu declaração aos jornais elogiando o médico de uma cidade pequena que o tinha tratado como uma pessoa comum. Resultado: Pelusio foi promovido à última letra da Saúde – "O" de Penacho.

E era assim o meu mano Pelusio criatura boníssima estimado por toda Natal. Posso dizer com certeza: Nunca vi Pelusio zangado nem triste. Era sempre risonho, atencioso e delicado, e sempre que podia fazia "gozação" com os outros.

***Bacharel em Direito pela Universidade de Recife e Professor Aposentado da UFRN.**

"Sede Santos – diz o Senhor –
porque Eu sou santo".

(Lu 19,2)

Leite Ribeiro,Modelo De Desportista

Século Século Século Luiz G. M. Bezerra*

Em 06 de abril de 1915, procedente do Rio de Janeiro, chegava a Natal, acompanhado de sua genitora, o tenente Anibal Leite Ribeiro, brilhante oficial da Marinha de Guerra do Brasil, que viera em missão da Armada, como Adjunto da Capitania dos Portos, para integrar-se a oficiais que ocupavam cargos dirigentes na Capitania dos Portos, Escola de Aprendizes de Marinheiros, Estação Radio Telegráfica de Natal e na guarnição do encouraçado "Deodoro", que aqui estacionara, por largo tempo, desde a "I Grande Guerra Mundial".

O tenente Leite Ribeiro viajara com recomendações médicas severas, já que fora acometido no Rio de Janeiro de sérios problemas pulmonares. Vinha trabalhar e também repousar, aspirar o oxigênio purificado de nossos ares, tentando recuperar sua saúde.

No sul, os esportes estavam em efervescência de progresso, Leite Ribeiro trazia o seu entusiasmo pelos esportes náuticos e, encontrando os companheiros de Marinha – Antônio Afonso de Monteiro

Anibal Leite Ribeiro

Chaves, Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; Emanuel Murtinho Braga, Capitão dos Portos; Edwald Possolo (Imediato da Escola de Aprendizes Marinheiros), Raul Elisio Daltro (Imediato do encouraçado "Deodoro") e José Guardim, Capitão Mór, imbuídos da mesma paixão, logo se movimentou em pról dos esportes, principalmente quando visitou a velha Igreja do Rosário e descortinou o belo e lendário Rio Potengi, observando aquele formidável curso de água natural, com tranqüilidade de rio grande, o seu excelente estuário para a prática do remo e natação, que quase não eram praticados em Natal, ficou deslumbrado, o espírito forte de batalhador afeito às lutas mais renhidas, dotado dessa resistência que o mar empresta aos seus marujos, logo entregou-se, com o apoio de seus colegas, à fundação de sociedades esportivas em que muito trabalhou e de modo apaixonado.

Poucos mêses após sua chegada, em 03/10/1915, em histórica reunião, numa das salas da Capitânia dos Portos, cedida pelo Comandante Emanuel Murtinho Braga, o tenente Leite Ribeiro, com a presença de seus colegas da Armada, desportistas e as maiores autoridades do Estado, fundava o Centro Náutico Potengi, reduto primeiro de suas preocupações.

Naquela reunião foi constituída a Diretoria Provisória, sendo eleito Leite Ribeiro, primeiro Presidente do Centro Náutico Potengi, acompanhado dos desportistas Solon Galvão, Cícero Aranha, Oscar Wanderley, Silvino Dantas e outros. A unanimidade, Leite Ribeiro foi eleito seguidamente, Presidente do Centro de 1915 à 1920, sendo considerado pelos desportistas e imprensa da época o principal impulsionador do movimento náutico em Natal e no interior do Estado.

O ten. Leite Ribeiro foi, assim, a móla propulsora para a implantação da educação física em nossa Capital. A partir da posse como presidente do Centro, traçou um planejamento perfeito para o clube, colocando-se à frente de donodados desportistas, venceu todas as dificuldades, apelou para o apoio de grandes vultos – Governador Ferreira Chaves, o Vice, Henrique Castriciano de Souza, Senador Eloi de Souza, Felipe Guerra e outros, e conseguiu levar os ardorosos companheiros de jornada ao fim dos suas nobres idéias.

O ano de 1915 foi um ano de ouro para os esportes do Rio Grande do Norte. 1) Permaneciam em Natal vários militares da Marinha, *todos imbuídos* de acendrado amor aos esportes. 2) Incentivo total das maiores autoridades do Estado a começar pelo governador Ferreira Chaves. 3) A mocidade vibrava com a implantação de forma ordenada da educação física na comunidade. 4) A fundação, de forma solida e para sempre, dos maiores clubes desportivos – Centro Náutico Potengi, Sport Club de Natal, ABC Futebol Clube e América Futebol Clube.

Leite Ribeiro foi quase embatível, como Patrão, das mais diversas guarnições que disputaram páreos de regatas no Rio Potengi. Somente Foi derrotado em Natal após oito anos de disputas e isto ocorreu na regata de 07/09/1923 quando o glorioso e tradicional adversário do Centro Náutico, o Sport Club de Natal,venceu todos os pareos disputados. Quatro dias após, Leite Ribeiro escreveu em "A República, a crônica "SABER PERDER" dirigida aos seus companheiros do Centro, e também aos desportistas, exortando-os a aceitarem a derrota momentânea que representava as contingências naturais do esporte.

A sua atuação à frente do Centro Náutico Potengi foi qualquer coisa de extraordinário, para quem tinha pouco tempo de permanência em Natal. Sem uma sede, sem barcos e sem uma rampa adequada, mesmo assim, com o apoio dos seus colegas, os tenentes Edwald Possolo e José Guardim, convocava, insistentemente, jovens atletas para, pela madrugada ou à tarde, orienta-los de como se devia remar como a técnica necessária, cujos treinos no Potengi eram feitos em baleeiras da Marinha; três mêses após a fundação do Centro Náutico, em galpão improvisado nos fundos da Capitânia dos Portos construiu as quatro primeiras canôas, "Eunice", "Ygara", "Potira" e "Vesper", fabricadas pelos carpinteiros de Natal, José e Antônio Lopes de Oliveira e Ricardo Monteiro, sob sua orientação, e ainda no início de 1916 importou mais duas do Rio de Janeiro – "Guanabarina" e "Guiomar" e logo depois as ioles "Auta" e "Nisia" foram importadas e incorporadas à flotilha; implantou o jornal "O Esporte", o órgão oficial do clube; trouxe a Natal em 1916, os dirigentes da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, Dr.

Osvaldo Palhano e o ten. Ari Parreiras, para uma visita de reconhecimento do remo potiguar.

Conseguiu ainda Leite Ribeiro que, por largo tempo, a Capitânia dos Portos, numa de suas dependências, fosse sede oficial do Centro Náutico Potengi; fundou em 20/01/1916 o Departamento Feminino do CNP, movimento, pioneiro no Estado, sendo eleita presidente Dagmar Chaves, e filha do comte. Monteiro Chaves, além das remadoras Eunice Marinho, Laura Aranha, Uzir, Odete e Neuza Seabra; com o comte. Monteiro Chaves, comandante da Escola de Aprendizes foi introdutor em 12/05/1918 em Natal, de regatas intimas, em baleeira, para moças; com um trabalho persistente e de diplomacia obteve do Ministro Alexandrino de Alencar o terreno, e construiu a sede/garage do clube; mobilizou e galvanizou pela imprensa as autoridades e a sociedade de Natal para as grandes competições náuticas, trazendo para o leito e margens do Rio Potengi, em dias de provas, grande parte da população da capital "que se localizava do Passo da Pátria até o elegante pavilhão destinado aos convidados, em frente a Praticagem acompanhando as embarcações todas elas tripuladas por vigorosos mancebos".

Em 07 de novembro de 1916, Leite Ribeiro, que fora nomeado pelo Ministro Almirante Alexandrino de Alencar, Instrutor da Reserva Naval do Estado, de posse da regulamentação e instruções necessárias, reuniu em Assembléia Geral o Centro Náutico Potengi e objetivou a incorporação dos seus associados à 2ª Reserva Naval da Armada, constituída pelos clubes náuticos do país, compondo um batalhão de reservistas.

Leite Ribeiro trouxe a Natal em 07 de setembro de 1917, pela primeira vez, o fortíssimo conjunto do Clube Náutico, do Recife, para uma disputa amistosa com regata realizada no Potengi, resultando numa estupenda vitoria para o seu clube, cuja guarnição da iole "Auta", a quatro remos, teve em Leite Ribeiro o seu Patrão, e os remadores José Paes Barreto, Edwald Possolo, Júlio Meira e Sá e João Paiva, equipe que fora por ele meticulosamente preparada para honrar, como o fez, os esporte natalense.

Leite Ribeiro promoveu conferências/palestras nas escolas e nos clubes estimulando a pratica da cultura física, e suas palavras

eram verdadeiros hinos à educação física nos diferentes esportes; e destinou barcos em 1918 para a fundação dos clubes náuticos femininos do Centro Náutico Potiguar, de Macau, e Clube Náutico Jundiaí, de Macaíca. Eram remadoras e dirigentes o Centro Náuticos Potiguar, de Macau, Francisca Fagundes, Edith Costa Monteiro, Marieta Wanderley a Alda Silveira Fernandes, e do Clube Náutico Jundiaí (Macaíba), Suzzana Loisan, Nair Seabra, Conceição Câmara, Alice Carrilho e Grace Narisete; Foi o idealizador e fundador do Conselho de Esportes Náuticos, com o apoio de homens notáveis do Estado, órgão destinado a resolver questões pendentes entre os clubes náuticos.

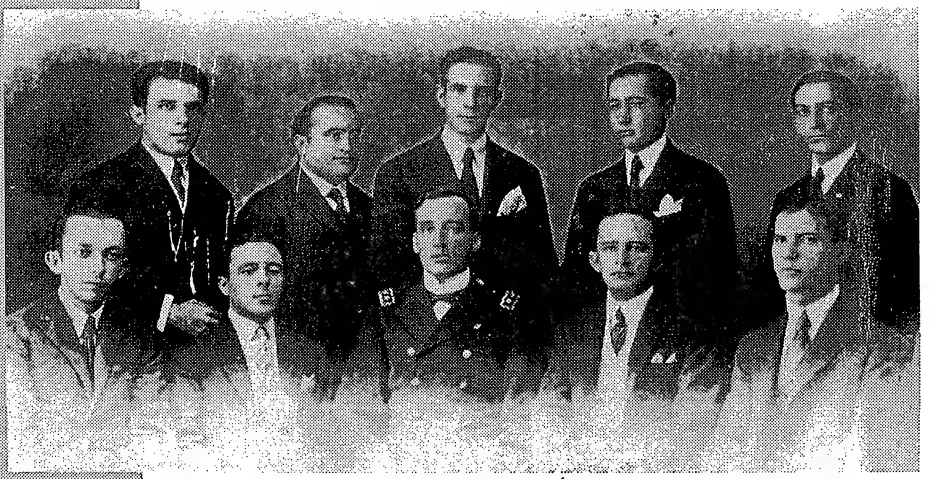
Em Janeiro de 1920 esteve no Rio de Janeiro , representando o Conselho Superior de Esportes Náuticos, para participar pela primeira vez, do "Campeonato Brasil", promovido pela Confederação Brasileira de Desportos, com uma forte equipe de remo do Centro Náutico Potengi. Lutando contra onze concorrentes do Rio Grande do Norte foi o terceiro colocado no páreo "Paulo de Frontin", superado apenas pelas guarnições cariocas e gaúchas, campeãs brasileiras de 1918 e 1919. A guarnição do Centro Náutico era composto por Anibal Leite Ribeiro (Patrão) e os remadores José Paes Barreto, José Elpídio dos Santos das Virgens Pereira e Pedro Ferreira da Silva.

Leite Ribeiro não só preparava os seus atletas para regatas, como também promovia longos passeios de lazer com os atletas masculinos e femininos do CNP em locais de lazer variados em que o Rio Potengi atingia, como Macaíba, Igapó, Carnaubinha, Porto do Padre, Guarapes e todos os pontos em que as tradicionais lanchas de transportes coletivos faziam escalas de Natal/Macaíba. Nas primeiras datas aniversarias do Centro Náutico programava passeios em ioles e lanchas ao Forte dos Reis Magos, que culminavam em bailes, como noticiava "A República" de 03/10/1916: "Ás 14 hs, sob orientação de Leite Ribeiro, seguiram em lanchas especiais e ioles para a fortaleza dos Reis Magos, onde ocorreram animadas danças e foi servido abundante "lunch", regressando-se às 18hs, tudo na melhor ordem".

E não foram apenas estas realizações no campo desportivo

que Leite Ribeiro promoveu no Rio Grande do Norte, durante o largo tempo que permaneceu em nosso Estado.

Quando nos seus primórdios, o futebol entrava em crise, após a fundação da Liga de Desportes Terrestres em 1918, o tenente Leite Ribeiro, com o Comandante Monteiro Chaves, promovia festivais desportivos e lazer para meninos, moças e rapazes da sociedade, aos domingos, na espaçosa Praça Pedro Velho, em três etapas – manhã/tarde e noite. Pela manhã, provas de corridas de 50 100 e 200 mts. Para meninos, além de outros divertimentos; à tarde para moças e rapazes, com provas e corridas de 1.000 mts, "shoots" em distância, arremesso de peso, etc. e para moças, provas de corrida do saco e diferentes jogos, qual deles mais novo e capaz de atrair a curiosidade de enorme multidão, e à noite, no Natal Clube, terminava o programa dos domingos com um baile monumental com a presença da elite da sociedade potiguar, convindo destacar as senhoritas Chiquita Costa, Dagmar Chaves, Izabel Dantas, Ivanoska Chaves, Cencinha Miranda, Ignez Dantas, Lina Lustosa, Dulce Meira e Sá, Aline Brandão, Doralice Barros, entre outras.



QUARTA DIRETORIA DO CENTRO NÁUTICO POTENGI, QUE TOMOU POSSE NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 1920 - Sentados: no centro Anibal Leite Ribeiro, à sua direita Oscar Wanderley e Amaro Pinheiro; a sua esquerda Dr. Luiz Antonio e Cicero Aranha. Em pé: Avelino Freire Filho, Solon Galvão, João Cruz Carvalho, Eneas Reis e Francisco Lopes Teixeira.

A atuação de Leite Ribeiro à frente do Centro Náutico Potengi foi qualquer coisa de extraordinária, para quem tinha tão pouco tempo de identificação em Natal. Inspirados nesse ensinamento de que foi palco o Rio Potengi, os desportistas que desejavam igual êxito para o futebol em Natal, apelaram para a orientação esportiva de Leite Ribeiro e, graças a ele no dia 27/02/1916 em reunião realizada na sede do Centro Náutico Potengi, estava fundada a Liga Esportiva Natalense, com a finalidade de amparar os clubes de futebol filiados – ABC Futebol Clube, Ateneu, América Futebol Clube, PRC Crickt Club e Centro Náutico Potengi, tendo sido eleitos na ocasião dr. Luiz Potiguar Fernandes, presidente; José Potiguar Pinheiro, secretário; e Olavo Wanderley, tesoureiro. Foram criadas Comissões de Futebol e Regatas. Apesar de iniciados os jogos oficiais, a Liga, por motivos vários, não teve êxito. Leite Ribeiro, embora convidado, fez questão de não aceitar qualquer cargo dirigente da entidade, pois não lhe sobrava tempo.

A história dos esportes em Natal, mais detalhadamente, foi contada desde o aparecimento do futebol e o remo em nossa capital. Não haviam jornalistas especializados e poucos órgãos da imprensa, apenas "A República" e a "A Imprensa". Assim mesmo, vez por outra, redatores aderiam ao "foot-ball" e ao remo, noticiavam os primeiros passos daqueles esportes. Dizer quem foi o primeiro jornalista ou cronista esportivo é impossível, julgamos, porém, de dever lembrar que Leite Ribeiro foi um dos pioneiros, pois, a partir do segundo semestre de 1916, passou a escrever, com regularidade absoluta, criando as colunas "Sports", "Vida Sportiva" e "Notas Sportivas" pelas páginas de "A República" e "A Imprensa", com materiais sobre todos os esportes, orientando o leitor a conhecer a prática de várias modalidades, a técnica e suas regulamentações, principalmente o futebol e o remo que davam os primeiros passos em nossa capital. Leite Ribeiro assinava suas crônicas com os pseudônimos "Foward", "Etiel", "Jacinto" e A.L.R., posteriormente o seu próprio nome, cujas crônicas poderão ser encontradas naqueles periódicos até o ano de 1923, pouco antes de retornar ao sul do país. "SABER PERDER", publicada em "A República" e dirigida aos seus companheiros do Centro, invictos há oito anos, quatro dias

após a esmagadora vitória imposta pelo Sport Club de Natal em todos os páreos, na regata de 07/09/1923, foi a sua peça máxima na imprensa, oferecendo também a todos os desportistas potiguares o que representava o verdadeiro sentido do esporte.

Leite Ribeiro Esteve em Natal até 25 de fevereiro de 1924, quando embarcou para o Rio de Janeiro antes de viajar recebeu homenagens de quase todos os clubes sociais e desportivos, e no grande baile de sua despedida no Natal Clube foi também homenageado pelas maiores autoridades da capital. Recebeu os títulos de Presidente de Honra e Benemerito do Centro Náutico Potengi, Sport Club de Natal, Ateneu, América Futebol Clube e Centro Sportivo Natalense, além do Natal Clube e Conselho Superior de Esportes, pelo acendrado amor ao esporte e pelos inestimáveis serviços prestados ao Rio Grande do Norte.

No grande baile do Natal Clube foi distribuído pelos atletas do Centro Náutico Potengi o soneto, emoldurando o retrato do homenageado e publicado em "A República", de 25/02/1924:

Mestre, partís, adeus! Vamos sozinhos
Ficar longe de vós, mestre querido!
– Órfãos, não temos mais vosso carinho
Nem vosso conselho ao nosso ouvido.

O mar vos chama, abrindo seus caminhos
E enquanto ele vos chama embravecido
Sofre conosco o Potengi dourido
De igual saudade nossa, agros espinhos.

Se algum dia voltardes nobre amigo,
Encontrareis o mesmo Rio Potengi antigo,
O mesmo céu, a mesma claridade...

E sentireis, numa alegria infinda,
O vosso nome palpitando ainda
No grande coração da mocidade!

O seu velho amigo, grande desportista do passado, Cícero

Aranha, companheiro de todos os momentos no Centro Náutico Potengi, publicou em "A República" de 19/03/1925, um trabalho impressionante revelando a figura singular de Aníbal Leite Ribeiro, um dos mais expressivos desportistas de toda a história do esporte potiguar.

"A ninguém devia ter surpreendido a notícia da morte de Aníbal. A marcha irrefreável do terrível mal que o vitimou não podia deixar esperanças aos que vinham penalizados acompanhando os seus sofrimentos. Conheci-o na intimidade. O ideal esportivo aproximou-nos por muitos anos e foi na organização e vida do Centro Náutico Potengi a que ele dedicou toda a sua atividade, onde pude estudar-lhe o caráter e a conhecer esse coração incomparavelmente bom, cheio de uma sinceridade rara na mocidade de hoje, aberto todo inteiro aos mais nobres sentimentos, que o faziam atrativo da estima a admiração daqueles que concedia a ventura de sua ambicionada amizade. O meu desditoso amigo veio ferir a saúde de um golpe irremediável, nas costas do Rio Grande do Norte, ali na praia de Pititinga, cumprindo do governo, num inconfortável navio de guerra a delicada missão de reparar o balisamento luminoso nesta parte do mapa. Cuidou tarde de sí. Confiou desmasiado na robustez que a pratica de todos os esportes lhe emprestou aos músculos no ardor de mil vitórias e voltou ao Rio de Janeiro tarde demais para debelar o terrível mal, germinante do seu peito de atleta. O Centro Náutico Potengi que ele criou logo após sua chegada a Natal, foi o reduto primeiro de suas preocupações. Impróprio o meio de desenvolvimento d'uma sociedade desse tipo pelo custo de sua montagem, foi tremenda a luta que ele teve de empenhar para vencer as dificuldades que surgia. E eu que o acompanhei nessa via crucis aberta pela ignorância do nosso povo em matéria de esportes, jamais o vi desfalecer um instante, nem desanimado um minuto. Perseguiu com tenacida própria de um temperamento de aço, despertou entusiasmo pelo ideal, atraiu a mocidade natalense aos centros esportivos e entregou-a ao mar para que a ensinasse a ser forte e sadia exercitando os músculos num ambiente puro e tonificador, conseguiu levantar capitais para aquisição de barcos e montagem de garages e sede dentro de poucos meses.

Foi Grande o seu triunfo mas contribuiu para encurtar-lhe a existência. Ele sabia o mal que a si próprio estava fazendo, mas colocava acima do seu bem estar o grande benefício que desejava deixar com a benção à sua memória e foi reconhecida que a mocidade natalense o idolatrou, gravando por toda a vida o seu nome no coração.

Não quis morrer entre nós. A mim dizia sempre que o seu lugar estava reservado ao lado de seus pais no túmulo da família, à Rua Argentina Reis, Quintino Bocaiúva, em cemitério do Rio de Janeiro, e a caminho do último asilo seguiu em princípios do ano passado.

Não chegara o fim do ano e perdeu a companheira extremosa dos seus dias de infortúnio. Dando-me notícia desse triste acontecimento ele traduzia nas palavras que seguem todo o desespero de sua vida: "O que será de minha vida, agora, meu bom amigo sem aquela que sabia suavizar meus sofrimentos e iludir este mal horrível que me consome de mim e não me deixe sofrer por mais tempo".

Deus se compadecia de Anibal e em começos de janeiro deste ano de 1925 ele me escrevia fazendo as suas despedidas para a morte. A letra de sua carta, a última que me escreveu, bem denunciava a proximidade dessa hora em que o meu querido amigo devia deixar a terra para sempre. E estava resignando à sua sorte. Terminou a carta com estas palavras: **"SALVA O CENTRO NÁUTICO POTENGI. NÃO DEIXES MORRER, EU TE PEÇO NA HORA SUPREMA DE MINHA MORTE".**

E o Centro Náutico Potengi ocupou o seu pensamento até nos extremos lances de sua vida". ("A República", de 19/03/1925.

***Membro da ACERN – Assoc. dos Cronistas Esportivos do RN e do Instituto Histórico e Geográfico do RN.**

Um convite à reflexão

João Samuel de Araújo*

Embora o assunto seja um pouco estranho para uma revista desse gênero, julgo ser importante a sua presença, visto tratar-se de uma espécie de ferida aberta, um problema sem solução. Estou me referindo ao problema da seca no Nordeste. E como, do ponto de vista de um leigo, deveria ser a participação da Igreja.

O nordestino de uma forma geral, depois de mais de duzentos anos de colonização, não aprendeu a conviver com o clima onde nasceu. Todos os governos desde a Monarquia até a República pouco fizeram para encontrar uma resposta adequada para o fato. Açudes foram construídos, canais de irrigação foram abertos, agora se fala na transposição de água do rio São Francisco. Pequenos projetos de assentamento também foram e continuam sendo tentados, quase todos eles se revelando de pouca consistência, incapazes de se tornarem numa solução duradoura. E a busca continua. Sempre se tentando obter ajuda financeira governamental para o combate do problema. A Igreja tem sido chamada a colaborar, particularmente nos momentos mais difíceis, mas , tal qual o Estado, também tem se mostrado incapaz de ajudar. E é aqui, que pretendo oferecer um testemunho, que julgo muito valioso. Para tanto vou contar uma pequena história.

No início dos anos 40, um Padre recém-ordenado foi indicado para assumir a coadjutoria de uma Paróquia considerada muito pobre, numa micro-região do país basco, no norte da Espanha. Não havia o problema da seca, mas as terras eram tão acidentadas que quase nada se produzia no meio rural. Como a cidade não oferecia empregos, grande parte da população ao atingir a maioridade, era obrigada a migrar, ou para outras regiões da própria Espanha, ou para outros mundos. Na época em que esse Padre assumiu a sua função, os problemas eram muitos mais graves, porque a Espanha

tinha acabado de sair de uma guerra civil considerada como uma das piores já vividas pelo ser humano. À falta de moradias, de escolas, de gravíssimos problemas de saúde, somavam-se os graves problemas políticos decorrentes da implantação de uma ditadura feroz. Culminando tudo isso, o continente europeu se encontrava conflagrado por uma guerra que envolveu quase todos os povos, considerada até hoje como a de maior dimensão.

Assumida a função, era preciso identificar os problemas que tanto sofrimento produziam naquele povo. E logo de início foi constatado que não se podia produzir soluções no curto prazo. Era necessário um longo caminho de preparação da criatura humana, para se tentar iniciar uma solução que se provasse duradoura. Naturalmente esse início obrigatoriamente passava pela educação. E uma escola foi aberta para os filhos da classe pobre. Escola de formação profissional, pois não bastava apenas se alfabetizar. Era preciso desde cedo se aprender uma profissão para se ganhar a vida. Mas, também, não bastava ter apenas uma profissão. Necessário, igualmente, o aprendizado de tomar iniciativas. De empreender. De não depender de terceiros. Fosse ou não governo. E nada melhor do que a aplicação da própria doutrina social da Igreja. Que desenhada pelo Papa Leão XIII em 1891, foi ampliada com o Quadragésimo Anno em 1931 e depois complementada pela Mater et Magistra no final dos anos 50. Lamentavelmente hoje tão esquecida.

O ensino do solidarismo baseado na doutrina social da Igreja foi assumido pelo Padre. Assim como a da tomada de iniciativas. Quinze anos depois, isto é, em 1956, foi possível colocar em prática todo um aprendizado de longos anos. Uma pequena fábrica era adquirida por um minúsculo grupo de operários, com a ajuda de tudo quanto foi amigo do Padre, uma vez que o trabalhador, de uma forma geral, nunca dispõe de recursos financeiros para uma aventura dessa espécie, nem tampouco conta com créditos que permitam sonhar com isso. Orientados com muita segurança, esse pequeno grupo de trabalhadores pediu a colaboração de todos que se julgassem em condições de fazê-lo, oferecendo como contra-partida a promessa de que não buscavam solução particular para os seus

problemas. Pretendiam, caso merecessem a confiança do povo, criar soluções duradouras para o mundo do trabalho. Igualmente nada era pedido na forma de dádiva. O que pediam tinha a promessa de retorno. Era um compromisso com data aprazada para ser honrada.

E dessa forma nasceu a primeira Cooperativa de Produção Industrial de que se tem notícia. Pois outra não poderia ser a forma de criação desse empreendimento. No segundo ano de funcionamento dessa Cooperativa e novamente orientados pelo Padre, os trabalhadores, que já haviam criado uma segunda Cooperativa de Produção Industrial, criaram uma pequena Cooperativa de Consumo. Era necessário zelar pelo ganho que vinham obtendo, assim como estender o benefício do cooperativismo aos habitantes da cidade. Em 1959, diante dos graves problemas na obtenção de créditos para ampliação de sua atuação, os trabalhadores foram orientados a criar uma Cooperativa de Crédito. Houve alguma resistência. Os trabalhadores alegavam total inexperiência na operação de uma instituição dessa espécie. Os argumentos do Padre superaram os entraves. A criação da Cooperativa de Crédito se tornou realidade.

Nesse intervalo aconteceram alguns percalços. No segundo ano de funcionamento da Experiência, o governo de Franco praticou o primeiro atentado contra os trabalhadores. Modificou a legislação de previdência social pública da Espanha para proibir o trabalhador filiado a uma Cooperativa de Produção Industrial de contribuir para essa previdência. Tentava dessa forma matar no nascedouro as aspirações do mundo do trabalho. Pois quem iria se aventurar a participar de um tipo de sociedade econômica, se não poderia contribuir para assegurar, pelo menos uma aposentadoria futura? E o trabalhador que já tivesse contribuído durante algum tempo para essa previdência, desejaria ver esse tempo perdido? Essa medida obrigou os trabalhadores a criar a sua própria instituição de previdência fechada, mesmo com enormes dificuldades. E o tiro saiu pela culatra. Menos de 10 anos depois o mesmo Franco voltava a tornar obrigatória a participação de um trabalhador vinculado a uma Cooperativa de Produção Industrial no sistema previdenciário público espanhol.

A pequena escola criada no início de 1943 continuava a desempenhar magnificamente o seu papel. Sua ampliação aconteceu de forma contínua e ininterrupta. Depois da criação das primeiras Cooperativas era necessário a criação de alguns cursos de nível superior, visto que a Experiência necessitava desesperadamente de criação de tecnologia própria. A dependência da compra de tecnologia junto a terceiros poderia se transformar num seríssimo obstáculo para o futuro da Experiência. Por isso alguns cursos isolados de nível superior na área de Engenharia foram criados. A formação das primeiras turmas permitiu a criação do primeiro Instituto de Pesquisas. E logo em seguida mais dois outros Institutos foram criados. Com isso a Experiência de Mondragón deixou de depender de compra de tecnologia. Esses Institutos muito cedo começaram a intercambiar conhecimentos com os principais Institutos de Pesquisas do mundo inteiro.

Um fator que desde o início teve um peso extraordinário no desenvolvimento da Experiência de Mondragón foi a forma encontrada para a gestão do empreendimento. Quase sempre o mundo do trabalho não apresenta maiores dificuldades para produzir, seja lá o que for. O gargalo só se apresenta a partir da comercialização e da distribuição da riqueza. Tendo observado durante longos anos como seria solucionado esses problemas, o Padre concebeu novos paradígmas na área de administração que foram colocados em prática logo na criação da primeira Cooperativa. Isso significava trazer pessoas de fora do quadro social da sociedade para executar toda a parte não produtiva de bens. Isto é, comercialização, finanças e a parte propriamente administrativa, deveria ser contratada sempre junto ao mercado. Jamais deveria ser realizada pelo corpo social. E a distribuição da riqueza produzida deveria sofrer alguma limitação, de forma a não permitir que no próprio mundo do trabalho alguém pudesse se distanciar muito dos outros. Até hoje, decorridos 44 anos da criação da primeira Cooperativa essas formas são respeitadas.

Com a criação de Escolas de nível superior surgiram os primeiros problemas com o mundo estudantil. Desde a criação da primeira escola profissional que a manutenção era realizada através

de uma Cooperativa de Ensino. Que os responsáveis pelos alunos podiam pagar sem maiores dificuldades. Porém com a Escola de nível superior a coisa era diferente. Naquela época praticamente o aluno de uma Escola de nível superior já havia atingido a maioridade. As despesas eram muito maiores. Quem poderia se responsabilizar pela manutenção de um adulto na Escola, se a grande maioria era de origem humilde. E a Escola continuava a funcionar tendo como órgão mantenedor uma Cooperativa de Ensino. Para que ninguém deixasse de estudar alegando dificuldades financeiras uma Cooperativa de Produção Industrial foi criada pelo alunato, da qual somente poderia participar aqueles que estivessem matriculados nos cursos regulares, com idade mínima pre-determinada, e cuja jornada de trabalho não poderia ser superior a 5 horas. Com isso todos os alunos que quisessem trabalhar para manutenção dos seus estudos poderiam fazê-lo. Tinham a obrigação de deixar a Cooperativa tão logo recebessem o seu canudo.

Em 1976 o Padre José Maria Arizmendiarrieta, nome do cérebro que concebeu, criou e, através do mundo do trabalho, colocou toda a engrenagem em funcionamento, faleceu. Quase uma centena de Cooperativas de Produção Industrial havia entrado em funcionamento e desenvolviam suas atividades. Pouquíssimos foram os casos de insucessos. Algumas pessoas chegaram a temer pela continuidade da Experiência. Seus protagonistas principais, os trabalhadores, lamentaram profundamente o desaparecimento do ente tão querido, mas em nenhum momento tiveram o mínimo de receio quanto a continuidade do sucesso. Prova disso é que depois de quase 25 do desaparecimento do Padre, a Experiência não sofreu qualquer solução de continuidade. Hoje ela está presente em nada menos de 40 países pelo mundo afora, tendo nesse período presenciado a transformação da própria Espanha. Que de país totalmente fechado para o mundo, a partir de 1982, com a sua entrada na hoje Comunidade Européia, teve de mostrar capacidade de competir com países como Alemanha, França, Inglaterra, Itália, e outros não menos afamados. Através da chamada Experiência de Mondragón o mundo do trabalho é dono de um complexo econômico que está classificado entre os 10 maiores da Espanha.

Se para o mundo do trabalho a Igreja encontrou solução, criando as condições necessárias para que o capital fosse completamente dominado pelo trabalho, em outras palavras, o capital fosse colocado a serviço do trabalho, será que essa Igreja não é capaz de encontrar solução para a seca no Nordeste? Minha resposta é sim. Na minha visão é perfeitamente possível o encontro de soluções para os graves problemas do Nordeste. Todavia isso só seria possível sem a menor participação da classe política. E por um motivo simples: essa classe política é a principal interessada na manutenção dessa situação. E sendo a principal interessada, claro está que toda e qualquer colaboração que por ela possa ser prestada, terá sempre um componente neutralizador das ações que se busque empreendê-las na solução dos entraves. E condições para isso o Nordeste tem de sobra. Tem um litoral com as praias consideradas as melhores da América do Sul, onde o turismo pode ser explorado quase o ano todo. Além de excelentes condições para produção de alimentos, como o caranguejo, o camarão e, dependendo de alguma pesquisa, a lagosta. Assim como o peixe. E a produção de sal. No interior suas terras são ricas. Depende exclusivamente da água. Que existe nos grandes reservatórios, e em boa parte de seu subsolo. A produção de alimentos nessa outra área também não é difícil. Talvez dependa de alguma pesquisa para se identificar o que pode ser produzido em termos competitivos com outras regiões. Pois em qualidade a produção de alimentos no Nordeste tem se revelado sempre de excelentes qualidades.

As experiências com a reforma agrária até o momento não demonstraram viabilidade para a solução dos problemas. Só que essa reforma agrária imposta por governos, está mais do que provado que nada pode solucionar. Seria importante a própria Igreja buscar a ajuda de pessoas que pudesse oferecer novas idéias dentro da sua doutrina social, buscar uma participação efetiva no processo educativo, de forma a facilitar a absorção de novas tecnologias na produção e de formas diferentes de comercialização do que viesse a ser produzido, juntamente com outra mentalidade de participação da riqueza produzida. Minúsculos exemplos disso já acontece na atualidade. Com exemplos magníficos. Necessita-se de instrumentos

e de meios de ação com o porte da Igreja para que os minúsculos exemplos tenham capacidade de multiplicar-se, para que se alcance um patamar que não permita o retrocesso. Do nosso ponto de vista isso não é tão difícil. O que falta talvez seja uma visão clara de projeto para isso. A regional da CNBB no Nordeste poderia trazer solução para isso. Sem envolvimentos de setores considerados como conservadores ou engajados. O propósito seria exclusivamente a busca de solução para o problema da seca.

***Ex-diretor do BCC (Banco de Crédito Cooperativo) e ex-assessor técnico da Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil de Brasília. Um dos maiores conhecedores do cooperativismo do Brasil.**

Por Uma Cronologia da Psicologia no RN: Produção e Difusão de Conhecimento

Herculano Ricardo Campos*
Oswaldo H. Yamamoto*

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi traçar uma cronologia da produção e da difusão de conhecimento no campo da Psicologia no Estado do Rio Grande do Norte, a partir do pressuposto de que a construção de evidências historiográficas é uma condição necessária para a compreensão da realidade presente. O período compreendido pelo estudo vai desde os primeiros escritos de religiosos, no primeiro quartel deste século, até a criação do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 1976. Intentou-se compreender o evolver na Psicologia no Estado através da remissão ao contexto histórico presente nas duas etapas – pré-acadêmica e acadêmica – propostas para a análise.

Palavras-chave: História da Psicologia; Psicologia no Rio Grande do Norte; Psicologia no Brasil; Ensino de Psicologia.

ABSTRACT

Towards a chronology of Psychology in Rio Grande do Norte:

production and dissemination of knowledge. From the standpoint that historical knowledge is an important conditioni to understand the presente development of any cientific field, the purpose of this study was to describe the chronology of Psychology in the state of Rio Grande do Norte (Northeast of Brazil), in its relation with the diferente historical contexts. The period of time covered was from the first witings of Catholic priests in the early 30s to the cretion of undergraduate course in the Federal University of Rio Grande do Norte in 1976.

Key-words: History of Psychology; Psychology in Rio Grande do Norte; Psychology in Brazil; Psychology teaching.

1 – PSICOLOGIA E HISTÓRIA

Ao analisar, em um texto bastante conhecido, a tentativa de Luís Bonaparte de reeditar o Dezoito Brumário, Marx advertia aos leitores do **Die Revolution** de que os grandes personagens e fatos da história do mundo ocorrem duas vezes, a primeira como tragédia, a segunda como farsa. A idéia da repetição histórica – tema emprestado de Hegel -, traz subjacente, adicionalmente às discussões sobre o caráter científico da História e do estudo de eventos singulares, uma preocupação com o registro acurado e a compreensão das condições nas quais determinados eventos que interessam ao investigador ocorreram. Na raiz desta preocupação reside um pressuposto de que, tomada a História como processualidade, a compreensão dos eventos contemporâneos demanda o entendimento das condições pregressas[3].

O interesse na construção de evidências historiográficas theimer (1989, pg.39), como instrumento para **"nos ajudar a tomar consciência do contexto social em que trabalhamos, e nos tornar menos sujeitos à sua influência irracional" -,** conquanto não seja uma novidade entre os estudiosos brasileiros, apenas recentemente tem se constituído em uma vertente relativamente fértil (Brozek e Massimi, 1998).

Uma das tentativas de construir uma cronologia da Psicologia no Brasil é empreendida por Pessoti (1988) que, estabelece as

seguinte periodização: um estágio **pré-instuticional** estendendo-se desde o momento imediatamente posterior ao descobrimento do Brasil, com os escritos dos missionários, até a criação da Faculdade de Medicina, em meados do século XIX; o **institucional,** daí até a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, dando início ao período **universitário.** A regulamentação da profissão, em 1962, daria início ao período **profissional** que se estenderia até hoje.

Conforme interessante esforço de mapeamento do desenvolvimento histórico da Psicologia no Brasil, tal periodização não está isenta de problemas. Pessoti propõe um critério classificatório que não distingue a produção de conhecimento, institucional ou não, de uma prática profissional que é, fundamentalmente, um produto social cujas determinações não são necessariamente coincidentes.

Todavia, o trabalho de Pessoti pode se constituir em um possível ponto de partida para este estudo, que na expectativa de contribuir para a compreensão das condições atuais desse campo do conhecimento no Estado, tem por objetivo traçar uma cronologia dos eventos que marcaram o evolver da Psicologia no Estado do Rio Grande do Norte até a institucionalização da formação do profissional em Psicologia no Estado – como criação do curso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Não podemos, contudo, tomar as referências de Pessoti linearmente, uma vez que seus marcos de referência são eventos de envergadura nacional e fixados no tempo. Ademais, nosso foco de atenção centra-se mais no acúmulo e difusão dos conhecimentos psicológicos e não na prática profissional. Nesse sentido, em vez de verificarmos a situação do Estado nos diversos momentos da periodização, um divisor de águas mais profícuo nos parece ser institucionalização da Psicologia no âmbito acadêmico, em especial universitário.

2 – A PSICOLOGIA DO RN FORA DO CÍRCULO ACADÊMICO

Não há registros de produção psicológica até o primeiro quartel

deste século no Rio Grande do Norte[4]. Mesmo no período que precede o seu ingresso no âmbito da academia, na primeira metade deste século, o desenvolvimento de estudos no campo da Psicologia era bastante débil, circunscrito aos esforços isolados de intelectuais locais.

Destacam-se, nesse momento, a curiosidade e o espírito perspicaz de dois irmãos, ambos religiosos da Igreja Católica – alimentados intelectualmente pela filosofia tomista e a grega clássica de Aristóteles. Foram inicialmente as idéias do Cônego Luiz Monte, e posteriormente de Nivaldo Monte – que chegaria a Bispo, que marcaram a formação de boa parte dos profissionais das áreas humanista e social, no Estado, pelo menos até a década de 60.

Luiz Gonzaga do Monte, o Cônego Monte, morreu em 1944, aos 39 anos de idade. Segundo seu irmão, **"inclusive porque esquecia de comer, de tanto estudar"!** Autodidata, era considerado um homem de **"nível cultural raras vezes atingido"**.. (N. Monte, comunicação pessoal, 08 de maio de 1977). Durante os anos 30, o Cônego Monte escreveu um grande número de pequenos artigos, versando sobre os mais variados temas. Os intitulados **Freud e Falência do Materialismo em Biologia**, publicados originalmente em **A Ordem**, jornal da Arquidiocese de Natal, respectivamente em 18 e 21 de outubro de 1936, são exemplos das suas reflexões sobre temas psicológicos (Navarro, 1976).

É interessante notar o nível de informações do Cônego Monte, apresentando as idéias freudianas no momento mesmo em que aquele pensador vienense estava no auge da sua produção, embora próximo da morte. A discussão que faz, original na forma de mostrar a diferenciação conseguida por Freud em relação ao modelo wundtiano, é evidência do seu conhecimento da Psicologia, assim como da Filosofia da Ciência.

O Cônego Monte é também autor de um livro, de sugestivo nome, **Fundamentos Biológicos da Castidade**, a respeito do qual escreve Henrique Tanner de Abreu, professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil:

"A extensa e seleta bibliografia e as citações mostram a louvável preocupação de senhorear o assunto apropriando-se das noções mais importantes e de interesse para a matéria a desenvolver. Nela figuram tratados de anatomia, histologia, fisiologia, endocrinologia, psiquiatria, psicopatologia sexual, etc... (citado por Navarro, 1976, p.8)."

Com a trajetória análoga à do seu irmão, desde o início dos anos 40, D. Nivaldo Monte escreveu ao menos três livros que versavam "exclusivamente" sobre Psicologia: **Formação do Caráter,** de 1994, **Formando para a Vida,** de 1948 e **Os Temperamentos,** de 1953.

D. Nivaldo Monte coordenou e ensinou a disciplina **Psicologia Afetiva** nos cursos de preparação ao casamento realizados no período que se estende, não interruptamente, de 1949 a 1962, promovidos pelo Clube de Jovens para um Mundo Melhor (antigo Clube Maraid e La Luz) e pela **Juventude Independente Católica Feminina.** Lecionou **Psicologia geral, infantil e aplicada à educação** (de 12 de abril de 1945 a 8 de maio de 1963) na Escola Normal de Natal e Psicologia na Escola Doméstica (em 1959 e 1960). Além disso é pioneiro isolado no ensino universitário, responsável que era pela disciplina **Psicologia** na Escola de Serviço Social, a partir de 2 de junho de 1945.

Também foi responsável por uma série de "Conferências sobre Psicologia", na Juventude feminina Católica Brasileira em Natal, abordando como temas a **Contribuição da biotipologia para a formação humana** (em 05 de setembro de 1948); **A constituição e Psicologia do temperamento colérico** em 07 de novembro de 1948; **A Psicologia da afetividade** (em 20 de março de 1949); **Psicologia da moda** (em 15 de maio de 1949); **Psicologia da dança** (em 11 de dezembro de 1949; **A Psicologia das mãos** – Conclusão (em 27 de maio de 1951).

A respeito dessas primeiras tentativas de produção e difusão do conhecimento psicológico, deve-se notar que, em que pese o esforço, erudição e nível de informação demonstrados, trata-se de uma produção em muito semelhante ao descrito por Pessoti (198)

com relação ao que denomina período pré-intitucional: religiosos sem compromisso estrito com a produção rigorosa de conhecimento e baixa interlocução com a academia (a despeito da disciplina ministrada por D. Nivaldo Monte na Escola de Serviço Social).

Se, de fato, o desenvolvimento da Psicologia não pode ser conhecido fora de parâmetros mais gerais que englobam a realidade social, econômica e política do país em um dado momento histórico, não devemos negligenciar o fato de que estamos nos referindo à década de trinta no Brasil, um importante ponto de inflexão do ponto de vista político e cultural.

O período compreendido entre o final do século passado (séc. XIX) e início deste foi marcado por uma progressiva complexificação da sociedade brasileira e ebulição de idéias decorrentes, sobretudo, da proclamação da República e da abertura do país à emigração. Era possível identificar certa estratificação emergente, composta de uma pequena burguesia formada por intelectuais, padres e militares; uma burguesia industrial procurando espaço e dos imigrantes (Romanelli, 1984).

Quando – e tardiamente -, já na década de 30, são criadas as primeiras universidades brasileiras – e nelas incluídas disciplinas de Psicologia -, predominava uma ideologia de cunho nacionalista, saudada por intelectuais e artistas da época. Era patente a agitação social, cultural e política do país, que tem por testemunhas eventos como a Segunda República, o Estado Novo, a Semana de Arte Moderna, o tenentismo, a criação do Partido Comunista entre muitos outros.

De acordo com Micelli, foram decisivas as transformações nos planos econômicos (crise do setor agrícola voltada para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do estado em setores chaves da economia etc.), consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia

agrária, aberturas de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos de Estado etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial etc.) (1979, p. XVI).

Não obstante a "ênfase à nossa realidade", ainda procedia-se naquele período a um forte movimento de importação de idéias, tradição no nosso país desde os tempos da colonização, tendo a Europa como modelo.

De acordo com Micelli (1979), aquele movimento desencadeado pelos intelectuais, dentre os quais alguns psicologistas, que se estendia até quase ao final do segundo quartel deste século, expressava as "preferências e opções das antigas classes dirigentes (brasileiras)em matéria de importação cultural" (p.XIX).

Se, nacionalmente, a produção de conhecimento em Psicologia. – já então significativa conforme podia ser detectada, sobretudo nas faculdades de Medicina e em outras instituições de ensino e pesquisa no Rio de Janeiro, na Bahia, em São Paulo e Pernambuco – sofria, de acordo com Anita de Castilho e Marcondes Cabral, dessa "falta de originalidade" (conforme Brozek e Massimi, 1998, p. 210), marca de tradição de nação colonizada e afeita à importação de conhecimento, o Rio Grande do Norte ainda estava bastante longe dessa realidade, como que a reproduzir, internamente, a desigualdade econômica e cultural.

3 – A PSICOLOGIA DO RN NO ÂMBITO ACADÊMICO

À semelhança do quadro nacional descrito por Pessoti (1988), as instituições de ensino superior inicialmente isoladas e, posteriormente agregadas em uma estrutura universitária impulsionam a produção e difusão do conhecimento psicológico no Estado. Uma vez a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) constituir-se em um importante marco do ponto de vista da consolidação da inserção acadêmica da Psicologia no Estado, convém empreender em breve excurso acerca desse ponto.

3.1 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE E O ENSINO DA PSICOLOGIA

O nascimento da Universidade do Estado não foge, em linhas gerais, do panorama traçado por Romano (p998): legatário de práticas centralizadoras consagradas desde o Brasil-Colônia, diversas das universidade oficiais foram criadas com um duplo propósito de garantir prestígio aos "intermediários" junto aos contribuintes locais-regionais a "propiciar instrumentos de comunicação das oligarquias com o núcleo de República" (p.4)

A história da Universidade Federal do Rio Grande do Norte começa no dia 8 de março de 1958, quando esteve em Natal Jurandyr Lodi, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação... trazendo em sua companhia o Dr. José Teixeira Dias, Chefe da Seção do Ministério, o qual sugeriu ao professor Onofre Lopes[7] a criação de uma Universidade no Estado... (UFRN, 1969, p.7).

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada em 18 de dezembro de 1960, na gestão de Dinarte de Medeiros Mariz no governo do Estado, como decorrência da federalização da Universidade do Rio Grande do Norte (URN). Agregação de Faculdades isoladas então existentes, esta havia sido criada em 25 de junho de 1958, sancionada pela Lei nº 2.307/58.

Já funcionavam em Natal as Faculdades de Farmácia (1920-1923) e Odontologia (1923), Serviço Social (1945) Direito (1949), Medicina (1955) e Filosofia (então mantida pela Associação de Professores do RN, 1955, que só inicia suas atividades em 1957. Porém, foram primeiramente federalizadas, as Faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito e Escola de Engenharia (Melo, 1991); UFRN, 1969).

Apesar das faculdades já existentes, a Universidade Federal que surgia necessitava atender a uma exigência adicional constante do artigo 4º da Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960, que federalizou a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (e criou a Universidade de Santa Catarina): a criação ou anexação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras num prazo de três anos (Melo,1991).

Um obstáculo se interpunha, contudo, ao cumprimento dessa exigência: a estadualização da Faculdade de Filosofia mantida pela Associação dos Professores, pelo Governo do Estado, em 1963, na gestão de Aluízio Alves, integrando-se à Fundação José Augusto. Expressão de querelas entre os antigos quadros udenistas[8], os grupos responsáveis pela criação da Fundação (Alves) e da Universidade (Mariz) eram adversários políticos, não havendo interesse em nenhum dos grupos favorecer o outro cedendo a Faculdade, instalando-se o impasse.

Por seu turno, insatisfeitos com os proventos, professores e funcionários da FFCL, com o apoio dos estudantes, desencadeiam um movimento grevista. Como o então Presidente da Fundação José Augusto, Hélio Galvão, não acenasse com a perspectiva de atender às reivindicações alegando falta de condições financeiras e, como o próprio governo do Estado "se isentasse" de participação no problema, os grevistas propuseram à federalização da Faculdade, através do seguinte encaminhamento:

Tratando-se de estabelecimento vinculado ao Estado, embora agregado à Universidade, A Reitoria comunicou o Fato ao Exmo. Ministro da Educação e Cultura, solicitando as soluções cabíveis. Pelo Aviso Ministerial nº 2.555, a Faculdade de Filosofia passou a ser administrada pela Reitoria da UFRN e mantida com recurssos da diretoria do Ensino Superior (UFRN,1969, p.73).

A luta dos professores da Faculdade em prol da federalização revelou-se frutífera, desencadeando um processo de negociações[9], inicialmente obtiveram o aval do ex-governador Dinarte Mariz para a inclusão da Faculdade na Universidade Federal; em seguida, lograram conseguir a aceitação da proposta de federalização do Monsenhor Walfredo Gurgel governador da época, pertencente ao grupo político de Aluízio Alves (Chaves Filho, comunicação pessoal, 28 de abril de 1997). Posteriormente, aproveitando a estada do Ministro da Educação, Raimundo Nunes de Aragão , no Recife, o grupo ouviu, além de incentivos à idéia, orientações sobre o

procedimento junto ao governo estadual e ao Ministro da Educação e Cultura (MEC)[10] – selando a criação da UFRN.

Retomando o fio da discussão acerca da difusão do conhecimento psicológico, as idéias dos irmãos Monte vão sendo propagadas por algumas instituições de ensino superior do Estado notadamente a Escola de Serviço social, de modo que muitos dos responsáveis pelas disciplinas do primeiro currículo do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) tiveram-nas como referência durante sua própria formação.

Sob o ponto de vista do ensino superior, a isenção acadêmica da psicologia potiguar teve início na Escola de Serviço Social, onde era ministrada uma disciplina de Psicologia geral desde a sua criação em 1945, através de D. Nivaldo Monte. Posteriormente, após a criação do curso de Psicologia da UFRN, sede, os responsáveis por essa disciplina. A partir de 1963, a disciplina de Psicologia Médica passou a ser ministrada na Faculdade de Medicina, (Melo, 1991), com uma orientação de base fenomenológica, predominando uma certa preocupação com **"a compreensão do homem"**[11].

3. 2 – O SERVIÇO DE PSICOLOGIA APLICADA

Oralmente ao campo do ensino universitário propriamente dito, no entanto, é através de outra vertente que a Psicologia encontra um impulso acadêmico: trata-se do fundamental papel assumido pelo Centro, depois Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), criado em 1965, junto ao curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Fundação José Augusto, de Natal com o objetivo de ser um local de pesquisas e estudos das futuras pedagogas (UFRN,1969).

O SEPA perseguia o modelo de **"cientificidade"**, buscando, pela Psicologia de então, calcado fundamentalmente nas práticas psicométricas e clínica. Segundo palavras do seu fundador, psiquiatra Francisco Quinho Chaves Filho (1996, p.110), **"buscava-se e pesquisava-se no comportamento a sua patologia, o anormal"** Além da orientação de cunho comportamentalista, foram as teses pisicanáliticas que marcaram seus trabalhos, representado aquela

instituição o primeiro canal por meio do qual as idéias freudianas foram sistematicamente estudadas e aplicadas na pesquisa educacional, ainda nos anos 60.

A predominância da psicometria no SEPA se deve ao trabalho e a orientação imprimida por um grupo de pedagogas que estiveram na direção do Serviço, até início dos anos 70. Esta tendência vai gradativamente perdendo força até que, no início dos anos 80, quando estudantes da primeira turma do curso de Psicologia da UFRN começam alí desenvolver as atividades de estágio curricular obrigatório na área clínica, o chamado "modelo médico" de atendimento[12] individualizado passa a predominar.

No início dos anos 70 à medida em que as ações do serviço foram se consolidando no Estado, chegando a aplicar testes de aptidão para oficial do Exército, **"para motoristas e para candidatos a juiz"** (de Direito), foi ficando claro que não podia desenvolver uma prática **"improvisada"**, desenvolvida **"autodidaticamente por pedagogos"** (Chaves Filho, comunicação pessoal, 28 de abril de 1997).

Em face deste entendimento, dois psicólogos pernambucanos foram convidados a se integrar à equipe, deslocando-se semanalmente a Natal para ministrar alguns seminários, a fazer aplicação de testes mais sofisticados (como o **Psicodiagnóstico de** Rorschch). Ana Lúcia Lobo e Francisco Correia foram, pois, os primeiros psicólogos a desenvolver atividades nos Estados (Correia, comunicação pessoal, 22 de agosto 1997)[13].

3.3 O CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A partir desse legado é que, no ano de 1976, é criado o curso de Psicologia no interior da universidade federal, nomeadamente no Departamento de Estudos Sociais, do Centro de Ciências Humanas[14]. Esse processo reproduz em escala reduzida aquele descrito quando da criação da UFRN: decisão pessoal, sem a consideração de parâmetros propriamente acadêmicos.

Explicações que soam surrealistas, como a necessidade de

atender à esposa do conhecido cartunista Henrique de Souza Filho (Henfil)[15] (mudando-se naquela época para Natal), que havia interrompido seus estudos por não haver aqui o curso, convivem menos inverossímeis, mas igualmente estranhas. Dentre elas, uma eventual disputa intermunicipal com João Pessoa (que contava à época já com dois cursos de Psicologia) ou, uma **"necessidade"** de atender aos interesse daqueles que já trabalhavam com psicologia, no estado, como era o caso dos profissionais do SEPA. Uma outra explicação, mais plausível, que eventualmente poderia ter se associado a algumas das já mencionadas, é a adoção de uma política de expansão de cursos e vagas na Universidade como estratégia para a captação de recursos financeiros da parte do MEC [16].

Quaisquer que tenham sido as motivações, a realidade é que a direção do Centro de Ciências Humanos, letras e Artes na época da criação do curso nomeou, através da Portaria n. 010/76-DC, de 28 de maio de 1976, uma comissão composta por quatro professores; Agnelo Dantas Barreto, José Pires, Maria Dilma Ferreira de Siqueira e Rosa de Fátima Andrade Lima, para estudarem a viabilidade de funcionamento do Curso de Psicologia que poderia vir ser criado pela universidade[17].

Sem embarga da avaliação da comissão e do parecer desfavorável emanado, a administração superior da UFRN toma a decisão de implantar o Curso de Psicologia[18]. Para Lima, uma das poucas psicólogas em Natal no momento da criação do curso e participante, tanto da comissão que avaliou a viabilidade de criação, quanto das discussões para elaboração do primeiro currículo, o clima geral daquele momento, em relação à criação de um curso de Psicologia na UFRN, era de ***preocupação, porque o corpo docente ia ser muito resumido; não tínhamos psicólogos. Tinha as pedagogas que desempenhavam muito bem as suas funções no SEPA, de trabalho com aplicação e correção de testes... O grupo era muito pequeno para (levar) o curso de Psicologia, com todas suas peculiaridades e características (comunicação pessoal, 7 de julho de 1977).***

Em 1976, quando foi criado o Curso de Psicologia da UFRN, o professor que tivesse alguma experiência nas área era requisitado

para ministrar disciplinas, enquanto a administração da Universidade tentava contratar psicólogos em outros Estados. " (Muitos) pedagogos estavam lotados no Departamento de Estudos Sociais, porque a disciplina Psicologia 1, oferecida a toda área humanística (da UFRN), era desse Departamento" (Alves, comunicação pessoal, 28 de fevereiro 1977). Na mesma linha de raciocínio de Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1977), Araújo, comunicação pessoal, 13 de agosto de 1977) diz que, ao saber das orientações para a criação do curso, "ficou estarrecida"; acha que "a comissão foi suficientemente lúcida para dar um 'não'.

Não obstante tais opiniões, portanto, e mesmo "antes da comissão apresentar suas conclusões, a imprensa de Natal já divulgou que o curso de Psicologia estava a ser criado, na UFRN, por ordem do Reitor" (Siqueira, comunicação pessoal, 28 de agosto de 1977). A criação deu-se através da Resolução nº 27/76, do Conselho Universitário (CONSUNI), de 06 de julho de 1976, sendo a aprovação efetuada através da Resolução nº 89/76, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), de 29 de setembro do mesmo ano [19].

Após decisão, foi desencadeado um grande processo de discussão, notadamente por um grupo de pessoas que tinha a responsabilidade de elaborar o primeiro currículo. Tendo por base o currículo mínimo exigido pelo MEC, visando o desmembramento das matérias nele contidas em disciplinas, o grupo valeu-se do exemplo de currículos de outras Universidades, cotejando em face das prioridades estabelecidas para a UFRN.

De acordo com Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1977), as discussões iniciais se deram no sentido de ***"colocar as disciplinas que atendessem a todas as áreas, como optativas"***, visto que tal preocupação não era observada por todas as universidades: ***"por exemplo, as psicologias escolares, nem sempre têm"*** (em todos os currículos). Também participante, ente outras pessoas, das discussões para a montagem do currículo, Correia diz que levou ***material de outras instituições, a título de aprendizagem. Então, eu peguei, por exemplo, currículos das escolas de Psicologia que já existiam em Recife e nós***

analisávamos isso. Ajudei, inclusive, na elaboração de alguns programas, como é o caso da disciplina de Psicologia Social, (...) uma cadeira que eu lecionei durante alguns anos na Faculdade de Filosofia do Recife. Eu acompanhei a nascente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – embora não no curso" (com pessoal, 22 de agosto de 1977).

Quando inicia suas atividades em 1977. O Curso de Psicologia da UFRN conta com um currículo composto por 50 disciplinas "regulares" ou obrigatórias sendo 15 no I Ciclo e 35 no II Ciclo, distribuídas de acordo com a Resolução 001/79 – CONSEPE, de 05 de janeiro de 1979. No intervalo entre as Resoluções 001/79 e 031/80 é publicada uma Minuta de resolução que introduz algumas modificações no primeiro currículo, como mudança de nome e fusão de disciplinas e criação de outras. Nela, ainda não se observava referência ao departamento de Psicologia.

Em seguida, às modificações observadas na Minuta, a Resolução 031/80 – CONSEPE estabelece a *"aprovação do currículo do curso de psicologia"* (Melo, 1991, p. 159), ou seja, o do primeiro currículo oficial já bem diferente daquele observado no início do Curso. O código das disciplinas nesse Currículo referia-se ao Departamento de Psicologia, criado em agosto de 1980 (Melo, 1991, p. 163, pelo desmembramento do Departamento de Estudos Sociais. Em 20 de outubro de 1981, Rosa de Fátima Torres de Lima assume como primeira chefe e, no dia 24 de novembro de 1981, procede à realização da primeira reunião do Departamento de Psicologia.

Nas condições em que o Curso de Psicologia foi gestado e o Currículo proposto, não é surpreendente que este tivesse de passar rapidamente por reformulações. Havia uma insatisfação de professores e estudantes com o ***número excessivo de disciplinas obrigatórias resultantes de um grande desdobramento das matérias do Currículo mínimo do Conselho Federal de Educação (CEF), o encadeamento desnecessário de pré-requisitos que levava o Curso quase à situação de seriado, prejudicando grandemente os alunos que se desnivelaram; e***

com a ausência de um encaminhamento para áreas de Especialização visando a opção do aluno no Estágio Supervisionado (Justificativa Para Modificação do Currículo do Curso de Psicologia).

Se a Psicologia em terras norte-rio-grandenses antes da sua inserção acadêmica apresentava um descompasso com relação à efervescência cultural dos anos 30, antes guardando as características de períodos pregressos, a sua institucionalização não parece ter sido um processo menos problemático.

Nunca é demais lembrar que, sob o ponto de vista da Universidade Brasileira, o período de 1968-1975 caracterizava-se, por um lado, pela proliferação de escolas, na sua maioria funcionando de forma isolada, sem intercâmbio entre as áreas do ensino e da pesquisa, e sem articulação entre seus vários cursos; por outro, sob severo controle ideológico, a Universidade vivia um momento vazio de participação, de debate, da criação e da vida verdadeiramente universitária (20). Foi exatamente nesse contexto que se observou a enorme expansão horizontal da Psicologia no Brasil não só como o aumento do número de escolas como também do surgimento de um sem número de técnicas, teorias, experiências.

Tal controle ideológico exercido pela autocracia burguesa, principalmente a partir de 1968, da mesma forma que gerou uma considerável despolitização do espaço acadêmico-científico, também promoveu uma intensa psicologição do social, com ênfase exagerada sobre *"os fatos da vida pessoal e os motivos íntimos"* (Mancebo, 1977, p. 26 – 27). O debate no âmbito da Psicologia ficava circunscrito às tendências que não ousavam questionar o *status quo* conformado pela doutrina da segurança nacional.

Refletindo sobre aquele período, Coimbra (1995) diz que, no Brasil dos anos 70, acredita (va) se que a aproximação, a descoberta de si mesmo, a liberação das repressões, a busca da autenticidade e do calor humano (eram) fatores essenciais para o bom andamento de uma sociedade. As categorias políticas (eram) transformadas em categorias psicológicas; o importante não (era) o que se faz, mas o que se sente. Ou seja, (havia) um esvaziamento político, há uma psicologização do cotidiano e da vida social (p. 34) (21).

É nesse clima que a Psicologia consolida seu assento no âmbito acadêmico do Rio Grande do Norte. Nesse processo de institucionalização também a marca do colonialismo cultural é evidente: rompe-se com um passado em que, mesmo de forma eventualmente canhestra, procurava-se produzir e difundir conhecimento para uma implantação acrítica de modelos não necessariamente bem sucedidos em outras paragens.

Nos anos que se seguem, define-se o quadro profissional da Psicologia no Estado. Diversos estudos conduzidos sobre os seus diferentes aspectos (Yamamoto et alli, 1990; Yamamoto, Carvalho, Maia, 1997; Yamamoto e Cunha, 1998; Yamamoto, Jucá e Carvalho, 1997; Yamamoto, Siqueira, Oliveira, 1997; Yamamoto, Spinelli, Carvalho, 1996) não poderia deixar de registrar as marcas desse processo de constituição da Psicologia no Rio Grande do Norte – assentada em bases certamente não muito sólidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M.A.M. **O processo de autonomização da Psicologia no Brasil: 1890/1930**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

—. Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social em História da Psicologia. In: BROZEK, J., MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiorafia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998. P. 363-374

BROZEK, J., MASSIMI, M. Historiografia da psicologia no Brasil. In BROZEK, J., MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998.p. 209-221.

CHAVES FILHO, F, Q. A História do SEPA. **Estudos de Psicologia,** v. 1, p. 108-111.1996.

COIMBRA, C. **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre".** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

CUNHA, L. A, GÓES, M. de. **O golpe na educação**. 6º ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985).** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LIMA, D. G. de, MELO, J. C. de M. **12 anos de Universidade (1959 – 1971); implantação e desenvolvimento.** Natal: Imprensa Universitária, 1971.

MANCEBO, D. Formação do psicólogo: uma breve análise dos modelos de intervenção. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 17, p. 20-27, 1997.

MANNHEIM, K. **O homem e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MELO, V. **Síntese cronológica da UFRN: 1958 – 1988.** Natal: Editora Universitária, 1991.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MORAES, D. de. **O Rebelde do traço: a vida de Henfil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

NAVARRO, J. **Antologia do Pe. Monte.** Natal: Fundação José Augusto, 1976.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), **Quem é Psicólogo Brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988. P. 17-31.

ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROMANO, R. **Autonomia universitária.** Natal, 1998. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, C. E. L. da. **Em busca do voto perdido: os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista.** Natal: Coojornat, 1982.

SPINELLI, J. A. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar; 1930/35.** Natal: Edufrn, 1996.

UNIVERSIDADE FEERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Resumo histórico do primeiro decênio da UFRN (1959-1969).** Natal: Imprensa Universitária, 1969.

WERTHEIMER, M, Pesquisa histórica – Por quê? In: BROZEK, J. MASSIMI, M. (Orgs.), **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo: Loyola; Unimarco. 1998. P. 21-41.

YAMAMOTO, O. H. Educação e direitos sociais: o legado da autocracia burguesa. **Educação em Questão**, v. 5, p. 92-123, 1993.

—. CARVALHO, D. B. MAIA, J. F. A Psicologia no RN: o ensino da psicologia da UFRN em questão. **Vivência,** v. 11, p. 89-104, 1997.

—. CUNHA, I. M. F. O. O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. **Psicologia: Reflexão & Crítica,** v. 11, p. 345-362, 1998.

—. JUCÁ, M. R. B. L., Carvalho, D. B. Adeus às armas: o abandono da profissão entre os psicólogos potiguares. **Interações,** v. 2, p. 73 – 88, 1997.

—.OLIVEIRA, S .C. C., SIQUEIRA, G. S., CARVALHO, D.B. Psicologia e escolha profissional a imagem da profissão no RN, **Psico,** v. 28, p. 17-33, 1997.

—. SIQUEIRA, G. S., Oliveira, S. C. C. A Psicologia no Rio Grande do Norte; caracterização geral de formação acadêmica e do exercício profissional. **Estudos de Psicologia,** v. 1, p. 42-67, 1997.

—. SOUZA, I. M. S., OLIVEIRA, I. A. SILVA, L. N. M, FREIRE, M. A. A. , ROCHA , R. M. ROCHA, R. M., ALVES FILHO, S. A psicologia escolar em Natal: características e perspectivas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, n. 2/3/4, p. 40-49, 1988.

—. SPINELLI, S. M., CARVALHO, D. B., O psicólogo escolar em Natal: em busca de uma identidade profissional. **Psicologia: Reflexão & Crítica,** v. 9, p. 13-26, 1996.

NOTAS

[1] Este trabalho constitui-se em uma versão resumida de partes da dissertação de mestrado "Dize-me com quem andas e te direi quem és", apresentada em setembro de 1998 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por Herculano R. Campos, sob a orientação de Oswald H. Yamamoto.

[2] Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[3] "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Marx, 1978, p.17)

[4] Registre-se que há referências ao fato de que na Escola Normal de Natal, fundada antes de 1875, ministrava-se o ensino de disciplinas como Psicologia Geral, Infantil e Aplicada à Educação (Antunes, 1991, p. 53). Não há, contudo, menção à *produção* de conhecimento associada a tal difusão.

[5] Obra que, no ano de 1966, se encontra na sua 6º edição.

[6] Obra que, no ano de 1967, se encontra na sua 7º edição.

[7] Onofre Lopes da Silva, nomeado Reitor em 29 de janeiro de 1959, muito em face da sua identificação com o Regime Militar que empalma o poder em 1964, teve as condições necessárias para se perpetuar na Reitoria por doze anos, bem como para adaptar a UFRN às propostas oriundas dos gabinetes da Reforma Universitária. Como exemplo estaria a implantação do 'ciclo básico', que a UFRN foi a pioneira e campo de teste. "O entusiasmo sempre presente na equipe de homens responsáveis pela direção do Ensino Superior do Rio Grande do Norte encontrou respaldo na reformulação da política de ensino traçada para o Brasil pelo governo Revolucionário. Acompanhando a evolução das medidas institucionais implantadas no País, notadamente a partir de 1968, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte procurou ajustar suas atividades de ensino e de administração à nova ordem programada para a

Universidade brasileira. A reforma encontrou na UFRN toda uma estrutura que ansiava por sua implantação. Motivo porque, embora ainda não em vigor o novo estatuto, o Reitor Onofre Lopes, após estudos efetuados pela Comissão de implantação da Reforma Universitária, determinou as providências necessárias ao funcionamento, em 1970, do **Primeiro Ciclo Geral de Estudos**" (Lima e Melo, 1971, p.39).

[8] Dinarte de Medeiros Mariz era um fazendeiro e comerciante, bastante influente na política da região do Seridó do Rio Grande do Norte, e chamado "coronel", pela força econômica e pelo poder em armas, que dispunha desde o combate à Coluna Prestes, e no movimento revolucionário que, em 8 de outubro de 1930, depôs o Governador Juvenal Lamartine, ou seja, a Revolução de 30. Nesta oportunidade, conspirou para a sublevação do 29º Batalhão de Caçadores, "acantonado em Santa Luzia do Cabugi", junto com "um grupo de sargentos que também conspirava (Spinelli, 1996, p.25). "Estava em contato com elementos da Aliança Liberal da corrente liberal em Natal" (p. 25), e com a mudança do poder coube-lhe a prefeitura de Caicó. Posteriormente, em 1932, foi membro da União Democrática Norte Rio-Grandense, que rompera com a Aliança Liberal se afastando dos cafeístas e tenentistas, e se aproximando dos derrotados do antigo Regime Republicano. Em 1933, ajudou a fundar o Partido Popular do Rio Grande do Norte, e fez parte da sua primeira diretoria; este partido chegou ao poder, no Estado, em outubro de 1935. Aluízio Alves se iniciou na vida pública como jornalista e radialista. "Em 1942, como repórter do jornal A República, (...) [lançou e organizou] uma "campanha de assistência aos flagelados" da seca daquele ano. E dalí, até 1946, esteve envolvido em praticamente todos os projetos de assistência social que se realizaram no Estado. Ao mesmo tempo, tornava-se popular através de dois programas de rádio, (...): o **Glória Brasil**, dedicado aos pracinhas que lutavam na Itália e a **Oração da Ave Maria**, transmitindo diariamente às 18:00". Foi pela primeira vez eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1946. Depois de vários mandatos como deputado pleiteou a legenda da UDN para governo do estado, nas eleições de 1960

quando, "seu arqui-inimigo a partir de 1958 e antigo protetor Dinarte Mariz, governador do Estado, assegurou [a legenda] para seu aliado Djalma Marinho" (Silva, 1982, p.24-25).

[9] Entre os líderes encontravam-se Quinho Chaves, Romildo Gurgel (que assumiu o *marketing* do movimento contra Hélio Galvão), Pedro Zacarias (então presidente do Diretório Acadêmico) e João Faustino (que sucederia a Pedro Zacarias na Presidência do Diretório).

[10] De acordo com órgão ministerial, o governo do Estado deveria ceder à Universidade, como prova da intenção de federalização da Faculdade, um imóvel para situar a futura estrutura. Assim foi feito, de modo que o governo estadual, apesar das pressões em contrário, foi instado a ceder um imóvel na Praça Pedro Velho, zona central de Natal, conhecida como Praça Cívica, onde atualmente funciona o Colégio Estadual de I e II graus Professor Anísio Teixeira, concluindo a federalização da FFCL e as conseqüentes criações da Faculdade de Educação e consolidação da UFRN. Posteriormente, por sugestão do Reitor ao MEC, o Governo, pelo **decreto presidencial n.62.380, de 11 de março de 1968, autorizou o aproveitamento da Faculdade de Filosfofia na Organização da Faculdade de Educação** e Institutos de Ciências Humanas, Letras e Artes, constantes da nova estrutura da Universidade" (UFRN, 1969, p. 73, grifos nossos).

[11] A ponto de seu criador, a psiquiatra Severino Lopes, se dizer influenciado "*mais pela escola alemã, de Kraepelin, Schneider e Jaspesrs*" (Lopes, comunicação pessoal, 22 de maio de 1997).Posteriormente, entre 1973 e 1976, um ex-aluno da disciplina vem assumi-la na condição de professor, aproveitando a oportunidade para ali extrapolar as preocupações de ordem psicofarmacológicas e fenomenológicas, Eduardo Afonso Jr., que desenvolvera estudos de pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), incluía no seu arsenal de trabalho as idéias de Freud e Melaine Klein, por considerá-las importantes na problematização da relação médico-paciente (Afonso Júnior, comunicação pessoal, 26 de maio de 1997).

[12] E acatando sugestão de Paulo Rosas, então membro do

Conselho Regional de Psicologia, para o SEPA regularizar sua situação e se "legalizar".

[13] Em março de 1972, Nilza Maria Molina Mendes, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), passa a dirigir o SEPA, tonando-se a primeira psicóloga a residir e desenvolver atividades profissionais em psicologia no Estado. No final daquele ano, retorna a Natal Rosa de Fátima Torres de Lima, tendo concluído o curso de formação de psicologia na Universidade de Brasília (UNB), tornando-se a primeira psicóloga natalense a exercer atividades na Cidade e no Estado.

[14] No ano de 1971, o Instituto de Ciências Humanas era composta por três departamentos, a saber História, Geociências e Fundamentos Sócio-Econômicos e Filosóficos. Este último é embrião do Departamento de Estudos Sociais, *locus* de criação do curso de Psicologia.

[15] Observe-se que, a julgar pelo impacto da decisão de Henfil de residir em Natal e do lugar que ocupou nesta cidade, a hipótese em questão não parece tão irreal, embora absurda. Para um estudo biográfico de Henfil, ver Moraes (1997).

[16] Diz Lucena Filho (comunicação pessoal, 22 de maio de 1997): "A revolução (sic) deu muito dinheiro para a Universidade, expandiu a Universidade como um modo de neutralizar a classe média. Foi nessa época que apareceu o regime de tempo integral, COPERTID, RETID, etc., com melhoria substancial nos salários dos professores. AS universidades ganhavam mais verbas, se tivessem absorção de mais estudantes, implicando aumento significativo do número de vagas por cursos, contratação de professores, ampliação de quadros etc. Vários cursos foram ampliados na Universidade, até mesmo por sugestão do próprio MEC e, nessa onda de criação de cursos, veio a criação do curso de Psicologia. O Curso de Psicologia tem que ser criado para que nós possamos ter mais verbas para a Universidade.".

[17] Conforme Lima (comunicação pessoal, 7 de julho de 1997), outras pessoas cujos nomes não constam no documento oficial de designação da comissão também dela participaram, como é o caso de Neide Varela Santiago, Ruth Dantas de Araújo e Nilza Molina.

[18] A respeito desse parecer, Lucena Filho (comunicação pessoal, 22 de maio de 1997) justifica-o dizendo que "a base toda (de professores do Departamento de Estudos Sociais e do Centro de Ciências Humanas, necessários para ministrarem as disciplinas previstas no currículo do curso) era de professores pedagogos, uns poucos começando a pensar em Mestrado; o SEPA era (a instituição) mais técnica que nós tínhamos em Psicologia, mas ainda pouco estruturada... Então, o Departamento (na figura da comissão citada acima) se pronunciou como sendo uma temeridade criar o curso naquele ano (1976). Eu me pronunciei contra a criação, como Diretor (sic), porque eu sabia o ônus que ía me dar; nessa época nós tínhamos orçamento-programa, e a Psicologia veio sem estar no planejamento. No primeiro ano do curso de Psicologia eu tive que (destinar) quase setenta por cento do meu orçamento: tive que criar o laboratório, trazer professor visitante – sem que se fizesse uma boa seleção. Eu pedia um ano para preparar laboratórios, trazer técnicos, fazer estudos de currículos etc. O curso saiu a fórceps. A pressão para criação era toda externa ao Estado... e depois veio a pressão dos estudantes dos dois primeiros anos, sobre mim".

[19] O curso de Psicologia iniciou seus trabalhos em 1977, tendo Abigail de Andrade Souza como primeira coordenadora. A Ata da primeira reunião do Colegiado do Curso de Psicologia, realizada em 18 de maio de 1977, só registra a presença da psicóloga Maria Ruth D. de Araújo, embora o nome da também psicóloga Nilza Molina constasse da lista. De acordo com a Ata, os demais professores presentes à reunião não eram psicólogos.

[20] Dentre os autores que trataram da política educacional do período autocrático-burguês, ver Cunha e Góes (1989), Germano (1993) e Yamamoto (1993).

[21] Não é sem razão que o centro do debate era o neo-pragmatismo norte-americano, na discussão Skinner versus Rogers, ou seja, tecnicismo versus humanismo, ainda que tanto uma quanto outra tendência se caracterizassem por uma essencial despolitização. Enquanto Rogers sequer se questionava a respeito da dimensão social do "homem" proposto por ele, Skinner problematizava o tema, embora oferecendo respostas insatisfatórias a certas perguntas, na

medida em que desconsiderava as dimensões do poder econômico e político. Como disse Mannheim (1962, p. 85), ninguém planificou os planificatores. Segue-se portanto, que estes se recrutaram entre os grupos já existentes. Tudo dependerá, portanto, de qual desses grupos, com suas perspectivas próprias, produzirá a energia, a decisão e a capacidade de domínio da vasta máquina social da vida moderna.

***Professor da UFRN**

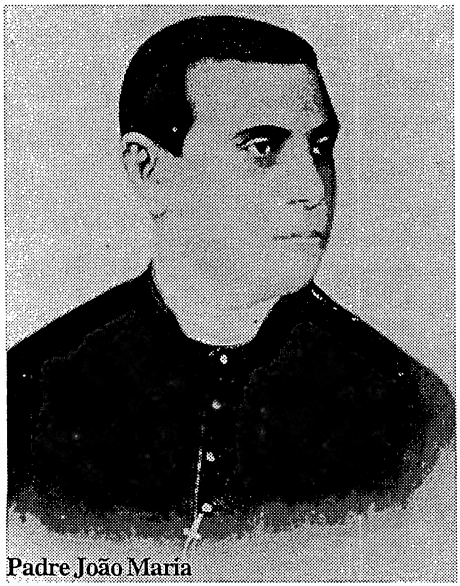
Padre João Maria

(Dados Biográficos)

Nasceu na Fazenda Logradouro do Barro, Jardim de Piranhas, pertencente à época ao município de Caicó, aos 23 de Junho de 1848 e faleceu em Natal no dia 16 de Outubro de 1905.

Foi Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, durante vinte e quatro anos, período de 07 de Agosto de 1881 até à sua morte.

Na Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, do Alto do Juruá, mais conhecida como Igreja do Padre João Maria, foi construído um Mausoléu, onde se acham depositados objetos de uso pessoal, seus ossos esterilizados, seu livro de Teologia Moral, transcrito por ele e outros pertences.



Padre João Maria

Chamava-se João Maria Cavalcanti de Brito, sendo filho legítimo de Amaro Cavalcanti de Brito e de D. Ana de Barros Cavalcanti.

Foi batizado pelo Padre Domingos Pereira de Oliveira, na casa onde nascera, a pedido da sua avó d. Luciana Barros Cavalcanti. Certidão número 12, folha 160, Paróquia de Sant´Ana, de Caicó.

Aos treze anos entrou no seminário de Olinda, Estado de Pernambuco, onde fez o Curso Eclesiástico, compreendendo as

disciplinas: Filosofia, Teologia Moral e Dogmática e a Liturgia. Depois, continuou os estudos finais no Seminário de Prainha, em Fortaleza, Estado do Ceará.

A sua Ordenação se deu aos 30 de Novembro de 1871, na Capela deste último seminário. A primeira Missa celebrada no dia 30 do mês seguinte, dia de Domingo, em Caicó.

A primeira Paróquia que dirigiu foi a de Santa Luzia do Sabugí, no estado da Paraíba. Depois, foi Pároco da Freguesia do Acarí, Rio Grande do Norte. No ano de 1879 foi transferido para Nísia Floresta, então Paparí, na qualidade de Vigário Colado, mesmo assim, foi, em seguida, transferido para Natal, Vigário da Catedral de Nossa Senhora da Apresentação, quando tomou posse em 7 de Agosto de 1881, permanecendo ali até o seu falecimento.

Seu lema – Ser tudo para todos!

Acalentava no espírito um sonho: a construção da Igreja Nova, que tornou-se realidade com a ereção da nova Catedral de Natal.

Era ele assinante da revista francesa **L'ami du Clergé**.

Suas últimas palavras: "O Vigário Padre João Maria, gravemente enfermo, pede uma prece para que Deus, Nosso senhor. Lhe conceda a verdadeira contrição de seus pecados".

Morreu cantando o hino: "Toda pura és Maria..."

O primeiro monumento em homenagem à memória do Padre João Maria foi edificado com contribuições populares, sendo inaugurado em 7 de Agosto de 1919, na Praça que tem o seu nome. Á época governava o Estado, Ferreira Chaves. Foi orador oficial Dr. Manuel Dantas e D. Nestor Lima, então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, lavrou a Ata referente ao evento. Dom Antônio dos Santos Cabral, Bispo de Natal, celebrou Missa solene.

Todo povo de Natal acompanhou o seu enterro, inclusive o Pastor protestante William Porter. À beira do túmulo discursaram o desembargador Meira e Sá e o Tabelião Miguel Leandro, tendo Francisco Ivo Cavalcanti recitado o Soneto de sua autoria, **Uma Lágrima**.

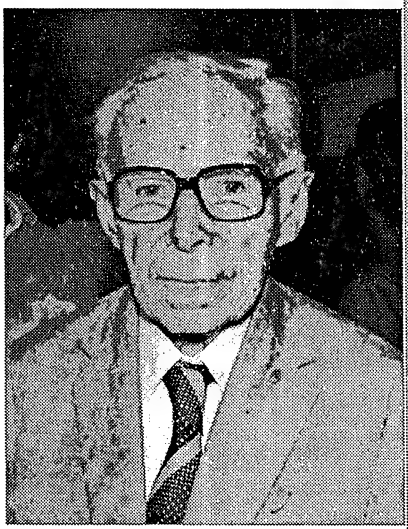
Depois, o túmulo foi construído pelos associados da Liga Artística e Operária de Natal.

Prof. Ulisses de Góis

(Dados Biográficos)

Natalense, nascido em Aldeia Velha, às margens do Potengi amado, aos 25 de abril de 1896 e falecido em 21 de dezembro de 1990, em Natal.

Era casado com d. Alice Carrilho de Góis, não deixando descendentes.



1. Em 1916, foi admitido como Estagiário da Tesouraria da Alfândega de Natal, depois concursado para a Delegacia Fiscal.
2. Membro fundador da Escola de Gazeteiros, depois chamada Escola São Vicente de Paula.
3. Membro fundador da Escola de Comércio de Natal, criada em 08/09/1919, pela Congregação Mariana da Catedral de Natal, cujo Bispo era Dom Antônio Santos Cabral, Incorporada à rede de ensino de Estado. Professor e Diretor.
4. Membro fundador do jornal "A PALAVRA", órgão da Congregação Mariana da Catedral de Natal, fundado em 1921.
5. Em 1926, fundou a Caixa Rural Operária de Natal, transformada, em 1971, em Cooperativa Central de Crédito

Norte-rio-grandense Ltda. Este órgão proporcionou o financiamento de casas para numerosas famílaias de baixa renda.

6. Membro fundador de "O Diário de Natal", órgão católico criado pelo Biaspo de Natal Dom José Pereira Alves, em 1924.
7. Com o apoio do Bispo, Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, foi um dos fundadores do Centro de Imprensa Ltda, em 1932.
8. Membro fundador do jornal "A ORDEM", que passou a ser mantido pelo Centro de Imprensa Ltda, inaugurado em 14/07/1935.
9. Membro fundador do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande do Norte, em 1946, tendo sido seu Presidente, e posteriormente seu patrono.
10. Auxiliado por professores da Escola Técnica de Comércio de Natal e sob a orientação da Congregação Mariana da Catedral de Natal fez surgir à obra social do Passo da Pátria. Essa obra, inestimáveis serviços prestou à comunidade pobre, ali residente, mantendo uma escola profissionalizante, e um centro de assistência às crianças e aos idosos.
11. Em 1940, conclamado pelo escritor Luís da Câmara Cascudo, iniciou um movimento visando á organização do Centro Protetor da Pedra do Rosário.
12. Em 1951, foi Secretário Geral da Comissão encarregada de estudar a vinda da energia para o Rio Grande do Norte.
13. Membro fundador da Academia Potiguar de Letras, fundada em 02/09/1956.
14. Com o apoio das Filhas de Santana, Paróquia N.S de Lourdes, desenvolveu a obra social da rua do Motor, nas Rocas, com assistência a menores e adultos carentes, na década/80.
15. Idealizador da fundação Cultural "Padre João Maria", fundada em 11/04/1987.
16. Um dos fundadores, em 30/09/1957, da Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais de Natal, mais tarde,

incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

17. Comendador da Santa Sé, na Ordem de São Silvestre, nomeado no Pontificado do Papa Pio XII, título concedido por indicação do Dom Marcolino Dantas.
18. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, título concedido em 14/06/74. Eis membro do Conselho de Curadores da UFRN.
19. Membro fundador da Academia Norte-rio-grandense de Ciências Contábeis, em 16/07/1987.
20. Autor da oração acadêmica sobre o ministro João Lira Filho, seu Patrono na Academia Norte-rio-grandense de Ciências Contábeis.
21. Autor de vários trabalhos publicados na imprensa local sobre assuntos religiosos, sociais e econômicos do Estado.
22. Em 1989, fundou o jornal "A VERDADE" que circula mensalmente, mantido pela Fundação Cultural "Padre João Maria".
23. membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1969.
24. Membro da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, matrícula nº 2423, em 10/08/1960.
25. Cidadão Natalense, em solenidade realizada na Câmara Municipal.
26. Membro do Conselho de Educação do Estado e seu Presidente.
27. Homenageado pela Assembléia Legislativa, por iniciativa do deputado Lauro Bezerra, cujo projeto foi transformado na Lei nº 6086, de 27/05/1991, e esta sancionada pelo Governador José Agripino Maia, dando o seu nome à Ponte de Igapó, sobre o Rio Potengi.
28. Membro do Conselho Consultivo da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco – CHESF.
29. Membro da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional, como representante das Cooperativas do Brasil.

30. Professor registrado na Diretoria de Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, em 15/03/1959, nas cadeiras de Português, Matemática, de Contabilidade Geral e Pública.
31. Nasceu em 25/04/1896, na localidade Aldeia Velha, Igapó, município de São Gonçalo do Amarante. Faleceu aos 94 anos de idade, em 21/12/1990, na cidade do Natal.
32. Era casado com d. Alice Carrilho de Góis, de tradicional família do Estado e era possuidora de largas virtudes, tendo participado ativamente de todos os movimentos religiosos de nossa capital.
33. Sócio nº 1 da Associação Norte-rio-grandense de Imprensa.
34. Medalha de Ouro (no mérito contábil João Lira), em 26/11/76.
35. Curso Ginasial no Atheneu Norte-rio-grandense

Agradecimentos

Nesta Edição em homenagem ao Padre Luiz Monte, vigário da Arquidiocese de Natal, fazemos os nossos sinceros agradecimentos pelas colaborações recebidas:

de Jairo Procópio de Moura;

Instituto de Radiologia de Natal Ltda;

Escola Doméstica de Natal;

Universidade Potiguar;

Kerginaldo Jacob de Medeiros;

Antônio Gentil de Souza (BOTTON);

Francisco Gomes da Costa;

Governo do Estado;

pelo Departamento Estadual de Imprensa - DEI